

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**IRES APARECIDA FALCADE-PEREIRA**

**ÉTICA DO CUIDADO X ÉTICA DA JUSTIÇA: O OLHAR FEMININO DE  
ESTUDANTES PRIVADAS DE LIBERDADE**

**CURITIBA  
2013**

**IRES APARECIDA FALCADE-PEREIRA**

**ÉTICA DO CUIDADO X ÉTICA DA JUSTIÇA: O OLHAR FEMININO DE  
ESTUDANTES PRIVADAS DE LIBERDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz

**CURITIBA  
2013**

Catálogo na Publicação  
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Pereira, Ires Aparecida Falcade

Ética do cuidado X ética da justiça: o olhar feminino de estudantes privadas de liberdade / Ires Aparecida Falcade Pereira. – Curitiba, 2013.

183 f.

Orientadora: Profª. Drª. Araci Asinelli da Luz

Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

1. Ética. 2. Mulheres - Educação. 3. Desenvolvimento humano. 4. Gênero. 5. Direitos humanos. 6. Reformatórios para mulheres. 7. Mulheres - Cuidados. 8. Valores. 9. Auto-estima. 10. Dignidade. 11. Autopercepção. I. Título.

CDD 376

**IRES APARECIDA FALCADE-PEREIRA**

**ÉTICA DO CUIDADO X ÉTICA DA JUSTIÇA: O OLHAR FEMININO DE  
ESTUDANTES PRIVADAS DE LIBERDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Aprovada em 27 de março de 2013.

Banca Examinadora:

---

Dra Maria Tereza Uille Gomes  
Secretaria Estadual Justiça Cidadania e Direitos Humanos

---

Dra Fanny Añaños  
Universidade Granada - Espanha

---

Dr Elionaldo Fernandes Julião  
Universidade Federal Fluminense

---

Dra Marília Carvalho  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

---

Dr Ricardo Antunes de Sá  
Universidade Federal do Paraná

**CURITIBA  
2013**



## PARECER

Defesa de Dissertação de **IRES APARECIDA FALCADE PEREIRA** para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, DR<sup>a</sup> ARACI ASINELLI DA LUZ (Presidenta), DR<sup>a</sup> FANNY TANIA AÑAÑOS BEDRIÑANA (Por Skype), DR. ELIONALDO FERNANDES JULIÃO e DR. RICARDO ANTUNES DE SÁ (Membros Titulares), arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“ÉTICA DO CUIDADO X ÉTICA DA JUSTIÇA: O OLHAR FEMININO DE ESTUDANTES PRIVADAS DE LIBERDADE”**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR <sup>a</sup> . ARACI ASINELLI DA LUZ		Aprovada
DR <sup>a</sup> . FANNY TANIA AÑAÑOS BEDRIÑANA (Por Skype)		Aprovada
DR. ELIONALDO FERNANDES JULIÃO		Aprovada
DR. RICARDO ANTUNES DE SÁ		Aprovada

Curitiba, 27 de março de 2013.

**Profª Drª Mônica Ribeiro da Silva**  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Profª. Dra. Monica Ribeiro da Silva  
Coordenadora do Programa de  
Pós-Graduação em Educação  
Matricula: 125750

“Não se nasce mulher: torna-se mulher.”  
(Beauvoir)

“Sempre entendi que o amor é o mais poderoso e o menos estudado sentimento humano.” (Mantegazza)

“A mulher pode ser proclamada a alma do mundo.” (Schuré)

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa a Deus pela vida, inspiração e oportunidades recebidas.

Ao meu pai Luiz Julio Falcade e a minha mãe Irene Vinck Falcade, *in memorian*, pela marcante personalidade, de honestidade, perseverança, criatividade e coragem para transpor obstáculos. Pelas lições de sustentabilidade e consciência de mundo de valor impagável.

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Araci Asinelli-Luz, que orientou com tanta dedicação este trabalho de pesquisa, pelo apoio, ensinamentos e estímulo intelectual. Pelas intermináveis orientações, apoio, paciência, incentivo e confiança a mim dedicados.

À minhas filhas Dóris Regina e Iara Beatriz, aos meus filhos André Victor e Diógenes Antônio pela solidariedade, companheirismo e compreensão pela minha ausência nesta jornada de estudos. Meu orgulho por fazerem parte de minha vida.

Ao meu companheiro Valmir pelo apoio.

Aos demais familiares pela confiança e incentivo.

Às professoras da banca Dra. Fanny Añños, Dra Maria Tereza Uille Gomes, Dra Marília Gomes de Carvalho e professores Dr. Elionaldo Fernandes Julião, Dr. Ricardo Antunes por participarem de minha defesa, obrigada.

À UFPR, que através de seu Programa de Capacitação me abriu as portas e me acolheu na realização de mais esta etapa de minha vida.

Às 10 mulheres estudantes privadas de liberdade que aceitaram contribuir na pesquisa, agradeço pela confiança e contribuição. Sem vocês este trabalho não seria o mesmo.

Aos diretores, agentes penitenciários e chefes de segurança do Complexo Médico Penal, minha gratidão.

À diretora do CEEBJA Dr. Mário Faraco, Ana Beatriz Tosato, pela solidariedade.

À linguista Marta Lucia Baião de Carvalho e Jairo Vinícius Lavarda que revisaram com precioso cuidado esta produção, meu apreço.

Aos colegas e companheiros/as de trabalho do Sistema Penitenciário: professores e professoras, psicólogas e pedagoga, pesquisadores e pesquisadoras do mundo que de alguma maneira colaboraram seja com conhecimentos, seja com apoio, estímulo e amizade.

Aos amigos e amigas pela compreensão, ausências nas horas de estudo.



FALCADE-PEREIRA, Ires Aparecida. **Ética do cuidado X ética da justiça: o olhar feminino de estudantes privadas de liberdade.** Dissertação de Mestrado. Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

## RESUMO

A presente dissertação analisou os pressupostos conceituais que facilitam a compreensão da ética do cuidado e da ética da justiça, apresentadas e argumentadas por Carol Gilligan (1990), dentro das interpretações de estudantes mulheres que se encontram em situação de privação de liberdade. A pesquisa de campo, de cunho qualitativo e exploratório, caracteriza-se como um estudo de caso e tem como sujeitos de pesquisa 10 mulheres que frequentam a escola do Sistema Penitenciário na unidade junto ao Complexo Médico Penal - Pinhais - PR. Para a coleta de dados, findado o calendário escolar, foram utilizadas as técnicas de aplicação de questionário para caracterização dos sujeitos da pesquisa e análise da autoestima e autoconceito, o grupo focal e a narrativa. Como instrumentos utilizamos, além do questionário semiestruturado, um roteiro temático para o grupo focal e a carta como gênero textual para a narrativa. Para a análise dos dados, utilizamos a Análise de Conteúdo na especificidade de Análise Clínica e Núcleos de Significação de Aguiar e Ozella (2006). A partir de indicadores que emergiram do corpus da pesquisa, foi possível identificar quatro Núcleos de Significação e sua estreita ligação com os quatro componentes interligados que dão suporte à Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Bronfenbrenner (1996), enquanto exemplar para ilustrar a complexidade que envolve a vida de mulheres apenadas. Os encaminhamentos metodológicos seguem os pressupostos éticos aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná. Os resultados desta pesquisa se evidenciam pela gritante necessidade de contemplar como direito humano as especificidades de gênero no cuidado e justiça aplicados ao cárcere feminino. Desta forma, a educação é apontada como um caminho imprescindível para respeitar a dignidade das mulheres privadas de liberdade.

**Palavras-chave:** ética do cuidado; ética da justiça; gênero; estudantes privadas de liberdade; desenvolvimento humano.

FALCADE-PEREIRA, Ires Aparecida. **ethic of care X ethics of justice: the feminine look of students deprived of liberty**. Dissertation. Education Sector, Federal University of Paraná. Curitiba, 2013.

## ABSTRACT

This dissertation analyzed the conceptual assumptions that facilitate the understanding of the ethics of care and ethics of justice, presented and argued by Carol Gilligan (1990), within the interpretations of female students who are in a situation of deprivation of liberty. The field research, a qualitative and exploratory, is characterized as a case study and its research subjects 10 women who attend school in the Penitentiary System unit with Medical Complex Criminal - Pinhais - PR. To collect the data, ended the school year, we have used a questionnaire to characterize the subjects of the research and analysis of self-esteem and self-concept, the focus group and narrative. As instruments we use, in addition to semi-structured questionnaire, a thematic guide for the focus group and the letter is textual genre to the narrative. To analyze the data we used content analysis, the specificity of Analysis and Clinical Significance of Nuclei of Aguiar and Ozella (2006). The indicators that emerged from the corpus of the research was to identify four possible Nuclei of Meaning and its close links with the four interconnected components that support Bioecological Theory of Human Development, proposed by Bronfenbrenner (1996) as an example to illustrate the complexity involves the lives of women apenadas. The guiding methodological follow the ethical approved by the Ethics in Research Sector of Health Sciences of the Universidade Federal do Paraná. These results are evidenced by the glaring need to contemplate as a human right the gender specificities in care and justice applied to the female prison. Thus education is identified as a crucial way to respect the dignity of women deprived of their liberty.

**Keywords:** ethics of care, ethics of justice, gender, students deprived of liberty; human development.

FALCADE-PEREIRA, Ires Aparecida. **éthique de l'éthique des soins de justice: le look féminin d'étudiants privés de liberté**. Dissertation. Secteur de l'éducation, Université Fédérale du Paraná. Curitiba, 2013.

## RÉSUMÉ

La présente thèse a examiné les hypothèses conceptuelles qui facilitent la compréhension de l'éthique des soins et de l'éthique de la Justice- sous les apports théorique empruntés à Carol Gilligan (1990) - à partir des interprétations des femmes élèves qui se trouvent dans une situation de privation de liberté. Recherche sur le terrain, d'ordre qualitative et exploratoire, se caractérise comme une étude de cas de 10 femmes qui fréquentent l'école du Système Pénitentiaire auprès de l'Unité Criminelle Médicale, Complexe-Pinhais-PR. Pour la collecte de données, fermé le calendrier scolaire, techniques d'application des questionnaires semi-structuré ont été utilisées afin de caractériser les participantes de la recherche, ainsi qu'un script de thèmes, pour les groupes de discussion, concernant l'estime de soi et l'image de soi. Outre les instruments supra mentionnés, nous utilisons la lettre comme un style littéraire du récit. Pour l'analyse de données, nous utilisons l'Analyse de Contenu dans le cadre de l'Analyse Clinique et le Noyaux de Significations de Aguiar et Ozella (2006). A partir d'indicateurs qui ont émergé du corpus de la recherche, il a été possible d'identifier quatre Noyaux de Signification et de leur lien étroit avec les quatre éléments interconnectés qui soutiennent la théorie Bioécologique du Développement Humain, proposé par Bronfenbrenner (1996), comme exemple pour illustrer la complexité qui entoure la vie des femmes prisonnières. Les références méthodologiques suivent les hypothèses éthiques approuvées par la Comissão d'Éthique en Recherches du Secteur des Sciences de la Santé de l'Université Fédérale du Paraná. Les résultats de cette recherche montrent le besoin criant de considérer, comme un droit humain, les spécificités de genre, en ce qui concerne les soins et la justice appliqués à la prison pour femmes. De cette manière, l'enseignement se démarque comme une façon de respecter la dignité des femmes privées de leur liberté.

**Mots-clés:** éthique des soins; éthique de Justice; sexe; étudiantes privées de liberté; le développement humain.

FALCADE-PEREIRA, Ires Aparecida. **ética del cuidado X la ética de la justicia: la mirada femenina de estudiantes privadas de libertad**. Disertación. Sector de la Educación de la Universidad Federal de Paraná. Curitiba, 2013.

## RESUMEN

Esta disertación analiza los supuestos conceptuales que facilitan la comprensión de la ética del cuidado y la ética de la justicia, presentadas y discutidas por Carol Gilligan (1990), dentro de las interpretaciones de las estudiantes que se encuentran en situación de privación de libertad. La investigación de campo, de perspectiva cualitativa y exploratoria, se caracteriza como un estudio de caso y tiene como sujetos de investigación 10 mujeres que asisten a la escuela en la unidad de Sistema Penitenciario junto al Complejo Médico Penal - Pinhais - PR. Para recopilar los datos, tras haber terminado el año escolar, hemos utilizado las técnicas de aplicación de cuestionario para caracterización de los sujetos de la investigación y análisis de la autoestima y autoconcepto, el grupo focal y la narrativa. Como instrumentos, utilizamos, además de cuestionario semiestructurado, una guía temática para el grupo de enfoque y una carta como género textual para la narrativa. Para analizar los datos se utilizó el Análisis de Contenido, específicamente el Análisis Clínico y Núcleos de Significación de Aguiar y Ozella (2006). Desde los indicadores surgidos a partir del corpus de la investigación se identificaron cuatro Núcleos de significación y su estrecha relación con los cuatro elementos interrelacionados que apoyan la Teoría Bioecológica de Desarrollo Humano, propuesta por Bronfenbrenner (1996) como ejemplo para ilustrar la complejidad implica la vida de mujeres apenadas. La metodología de este trabajo sigue los supuestos éticos aprobados por el Comité de Ética en Investigación del Sector de Ciencias de la Salud de la Universidad Federal de Paraná. Los resultados de la presente investigación se evidencian por la fuerte necesidad de contemplar como derecho humano las especificidades de género en la atención y justicia aplicadas a la cárcel de mujeres. Así, la educación se enseña como un camino fundamental para respetarse la dignidad de las mujeres privadas de libertad.

**Palabras clave:** ética del cuidado, ética de la justicia, género, estudiantes privadas de libertad, desarrollo humano.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização das participantes da pesquisa. . . . .	27
Tabela 2 – Assuntos que compõem as questões do questionário . . . . .	33
Tabela 3 – Conteúdos qualitativos determinantes dos indicadores e núcleos de signifi- cação. . . . .	75
Tabela 4 – Coleta de dados. . . . .	78

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIDS	Síndrome da imunodeficiência adquirida
CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos
CFB	Constituição Federal do Brasil
CMP	Complexo Médico Penal
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
C	carta
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DST	Doença Sexualmente Transmissível
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ESEDH	Escola de Educação em Direitos Humanos
GTI	Grupo de Trabalho interdisciplinar
GF	grupo focal
INFOPEN	Sistema de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP	Lei de Execução Penal
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MJ	Ministério da Justiça
MP	Ministério Público
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAMA	Programa de Assistência à Mulher Apenada
PNSSP	Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário
PPCT	Processo-pessoa-contexto-tempo
Q	questionário
TBDH	Teoria Bioecológica de Desenvolvimento Humano
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFPR	Universidade Federal do Paraná
SEAP	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SEED	Secretaria Estadual de Educação
SEJU	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b>	<b>23</b>
2.1	Delineamento da Pesquisa	23
2.2	O espaço e o lugar da pesquisa	25
2.3	As mulheres da vez e da voz	26
2.4	Coleta de dados	28
2.5	Instrumentos da coleta de dados	32
2.5.1	Questionário	32
2.5.2	Narrativa	33
2.5.3	Roteiro para o grupo focal	34
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS</b>	<b>36</b>
3.1	Ética do cuidado x ética da justiça segundo Gilligan	36
3.1.1	Ética da justiça e do direito - Teoria do desenvolvimento moral segundo Kohlberg	37
3.1.2	Ética do cuidado segundo Gilligan	42
3.1.3	Bioecologia do Desenvolvimento Humano e seus pressupostos teóricos	69
<b>4</b>	<b>RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</b>	<b>73</b>
4.1	Tratamento e análise dos dados	73
4.2	Núcleo I - a pessoa	77
4.2.1	A discriminação de gênero: o cuidado como referência de vida e afeto. O sofrimento como alavanca para mudança	77
4.2.1.1	Sentimentos e percepções acerca da infância	79
4.2.1.2	Sentimentos e emoções em relação aos cuidados no cárcere:	86
4.2.1.3	Cuidadores dos/as filhos/as	90
4.2.1.4	A discriminação de gênero no Sistema Penitenciário	92
4.2.1.5	O sofrimento como alavanca para mudança	99
4.3	Núcleo II – o contexto	104
4.3.1	A justiça como forma de organização de vida. As drogas como ponto de fuga dos problemas e do caminho do crime	104
4.3.2	As drogas (lícitas e ilícitas) como ponto de fuga dos problemas e o caminho do crime	110
4.4	Núcleo III – o processo	114
4.4.1	O trabalho e a escola como alternativas de ressocialização e reinserção social	114
4.5	Núcleo IV – o tempo	120
4.5.1	O pagamento da pena como forma de reinserção e oportunidade de mudança	120
4.6	Tecendo a teia na complexidade do Sistema Penitenciário, uma análise internúcleos	123
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS</b>	<b>147</b>

<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>160</b>
<b>Apêndices</b>	<b>167</b>
<b>APÊNDICE A Questionário</b>	<b>168</b>
<b>APÊNDICE B Roteiro para o grupo focal</b>	<b>170</b>
<b>Cartas</b>	<b>175</b>
B.1 Carta 1 - Drika	175
B.2 Carta 2 - Camille	176
B.3 Carta 3 - Pipa	177
B.4 Carta 4 - Iza	181



# 1 INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, os movimentos sociais feministas estavam a postos, as mulheres reivindicavam naquele momento seu espaço e reconhecimento junto à sociedade dos Homens. Em meio à busca de espaço e reconhecimento feminino, surge a *ética do cuidado*, em 1982<sup>1</sup>, escrita por Carol Gilligan. Sua inquietação ao perceber dois modos de falar e pensar em relação a homens e mulheres por parte dos pensadores e filósofos históricos, reforçados pelos de sua época, volta a atenção de suas pesquisas ao fato dos *sujeitos morais* que não eram neutros, tinham gênero. O sujeito moral reconhecido era o homem como representante generalizado de humanidade e esta era a única forma universal de ver a ética e a moral até então. Assim, ao perceber e desvendar uma nova abordagem aos modelos estabelecidos, se consolida e se estrutura a “ética do cuidado” (GILLIGAN, 1990). Ela dá novo sentido à ética e à moralidade, mostrando que a ética feminina também existe, acontece e se estabelece de forma diferente. Portanto, a autora avalia a ética e a moral partindo de perspectivas diferentes.

Rousseau (s.d), em seu “Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens”, assim se manifesta:

Concebo na espécie humana duas espécies de desigualdade. Uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito ou da alma. A outra, que pode ser chamada de desigualdade moral ou política porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou pelo menos autorizada pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos diferentes privilégios de que gozam alguns em prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros ou mesmo fazer-se obedecer por eles (ROUSSEAU, s.d., p.27).

A ética do cuidado e a ética da justiça são praticadas pelo feminino e masculino respectivamente. O desprezo pela conduta feminina pode ser melhor compreendido ao tratarmos dos conceitos históricos da posição das mulheres nas relações sociais. As colocações de alguns pensadores/as (BEAUVOIR, 1980; BENHABIB 1987, ROUSSEAU s.d, DINIZ, 2000) que retratam o lugar que a mulher ocupava, um espaço pouco valorizado, desprezível em muitos, marcavam

<sup>1</sup> Ano da publicação de Uma Voz Diferente.

que a mulher vivia uma situação em que não tinha voz nem vez de ser gente, de ser respeitada e reconhecida como pessoa portadora de direitos humanos.

As características do modelo de desenvolvimento moral apresentados por Kohlberg<sup>2</sup> (HABERMAS, 1989) excluem as mulheres e são estas que impulsionam Gilligan (1990). Assim, ela referencia sua pesquisa e atribui ao sexo feminino os valores de cuidado e responsabilidade como plenamente morais. Analisa as atribuições e o lugar consagrados à mulher pela sociedade, os quais estão interligados de forma direta a estabelecer o lugar do feminino na sociedade. Esta questão será melhor apresentada no Capítulo 3 desta dissertação.

Os dois sexos, na verdade, nunca partilharam o mundo em igualdade de condições e, ainda hoje, embora a condição feminina venha evoluindo, a mulher continua arcando com um ‘pesado fardo’, *handicap*, como cita Beauvoir (1980). “Mesmo quando os direitos lhes são arbitrariamente reconhecidos, uma forte pressão do hábito impede que a mulher encontre nos costumes expressão concreta de sua dignidade, respeito e reconhecimento efetivo” (p.19).

Por muito tempo, a sociedade avalizou a divisão sexual do trabalho com a correlata diferenciação de dois âmbitos: “o mundo do público, da razão, da igualdade - pelo menos perante a lei - e o mundo doméstico, que é o mundo das necessidades corporais de se alimentar, descansar, necessidades sexuais e afetivas - apoio emocional - satisfeitas pelas tarefas femininas do cuidado” (PULEO, 2004, p.7).

A história construída, ou melhor, escrita inicialmente quase que exclusivamente por homens<sup>3</sup>, tem sido cruel com as mulheres, negando-lhes o direito e o reconhecimento efetivo de seu lugar e potencial. A ela foi destinado um papel de compreensiva e passiva, capaz de tudo suportar. Esta condição a colocava numa posição na qual lhe era proibido reivindicar como sujeito capaz de ter vontade própria, por não possuir os meios concretos para tanto; sentia o laço necessário que a prendia ao homem sem reclamar a reciprocidade dele e porque muitas vezes se comprazia no seu papel de outro.

Os pressupostos citados são enormemente criticados por Gilligan (1990) pelos perigos e injustiças da dominação e pela falta de respeito para com a diferença. O direito a discernir diante da particularidade de uma cultura dominante, elevada à categoria universal, reivindica um

<sup>2</sup> A teoria de Desenvolvimento Moral de Kohlberg é datada 1969.

<sup>3</sup> Há casos de mulheres que publicaram seus escritos com pseudônimo masculino, dada a discriminação e inferiorização feminina da época.

modelo de educar diferente das formas clássicas, que mantém a estrutura social de dominação dos mais fracos.

Foucault<sup>4</sup> (1984) considera o sujeito como um lugar de fala, no qual é constituída pelo domínio discursivo a forma de ser mulher, receita pronta, elaborada por uma cultura machista que não quer abrir mão de suas vantagens, “corpos constituídos como sujeitos pelos efeitos do poder” (p.183). Assim, seguindo esta mesma linha de análise, podemos perceber que a constituição do sujeito “mulher” atravessou toda uma reflexão teórica articulada aos movimentos feministas em diferentes países ocidentais e empenhou-se em dismantlar a construção “natural” do feminino enquanto apenas o “outro” do homem. A busca de um significante geral para a multiplicidade do ser-mulher colocava a afirmação de um sujeito-em-si, não apenas um reflexo invertido ou uma construção do olhar masculino (SWAIM, 2005).

Para Gilligan (1990), Benhabib (1992), dentre outras pensadoras que defendem uma nova abordagem ética para o sujeito humano, as experiências ditas femininas como os cuidados dedicados aos outros e as experiências ligadas ao fato de ser mãe, promovem valores diferentes daqueles que prevalecem na ética da justiça. Afirmam ainda que essas experiências estimulam a formação de conceitos do eu e da moralidade, diferentes dos conceitos tradicionais e favorecem um modo de pensamento baseado na percepção moral empática de situações particulares, em vez de recorrer a princípios gerais.

As ideias de Nietzsche (2001) podem ser aqui representadas já que seus escritos sobre ética se referem diretamente às consequências das dominações e da subordinação sobre o desenvolvimento das características ideais. Seus ideais podem ser aplicados à educação da humanidade como um todo, pois para ele a moralidade é uma sublimação do impulso vital dos fortes sobre os fracos. A origem e sustentação da moralidade acontecem pelo controle dos conteúdos internalizados que se impõem. Assim, as ideias e a moral dominantes têm como resultado um sistema de opressão genérico e de classe na forma de uma heterossexualidade obrigatória (apud BENHABIB, 1992). Este é um ponto a que Gilligan (1990) também se reporta, mostrando a insistência de manter culturalmente a imagem de “menina boa” com o propósito de domesticar as mulheres, tratando-as somente como seres compreensivos, carinhosos, dados ao cuidado e responsabilidade, numa “vitimização feminina” (BENHABIB, 1992, p.56).

<sup>4</sup> Para Foucault, as origens das diferenças de gênero estão nos jogos de poder cultuados pela sociedade.

Ao estabelecer o diálogo, enfocando as potencialidades de gênero, na posição de Gilligan (1990) há o reconhecimento das mulheres como parte da sociedade em seu sentido pleno. Busca uma abordagem de ética a partir da visão da mulher e altera os paradigmas estabelecidos até então, discutindo a ética do cuidado e da responsabilidade, contrapondo-a com a ética da justiça, tal qual Kohlberg (1989) a propõe. Aborda a sensibilidade, a emoção e o afetivo como visões femininas, dentro dos princípios da ética, valorizando o significado do “cuidado” e das diferenças.

Ao discutirmos a ética do cuidado visamos estabelecer o lugar e a importância da mudança de conceitos, terminologia e atitudes do culto à desigualdade, na maioria das vezes preservada pelas próprias mulheres.

O sentido que assume a sociedade a partir de “Uma Voz Diferente” (GILLIGAN, 1990) vence os paradigmas da ciência convencional que reforça a ideia de desigualdade como sendo atributo da natureza. Ao propor a ética do cuidado em oposição à ética da justiça, de Kohlberg (*apud* HABERMAS, 1989), apresenta uma proposta focada no feminino, apontando o cuidado e a responsabilidade como alternativas à orientação universalista da ética normativa da justiça.

Apresentamos, portanto, esta pesquisa sobre a ética do cuidado, o pensar, o agir e o existir feminino no cotidiano de mulheres privadas de liberdade e que estejam frequentando a escola junto ao sistema penitenciário do Paraná porque acreditamos que a escolarização é um diferencial importante na vida de mulheres presas, permitindo-lhes o repensar enquanto seres históricos nas questões relativas ao cuidado e à justiça.

Enquanto pesquisadora e atuando como educadora no Sistema Penitenciário paranaense, percebemos a escassez de pesquisa neste contexto, para além das questões penais, o que nos motivou a melhor compreender a visão das internas do sistema sobre a ética do cuidado e da justiça, dando-lhes voz e vez enquanto sujeitos de direitos.

A trajetória da pesquisadora, percorrida ao longo dos anos de trabalho e estudos, revela empenho nas causas de justiça social e direitos humanos, na busca pela igualdade e reconhecimento pelas causas femininas. Realizou seus estudos e formação voltados para a Biologia, Filosofia e Psicologia, cujas áreas se entrelaçam na tecitura do conhecimento, oportunizando o acesso à concepção de complexidade que o tema emerge. Ao conhecer a teoria de Gilligan em 2003, mesmo antes de atuar como profissional no Sistema Penitenciário dedicou-se ao es-

tudo das concepções sociais das questões de gênero e, ao mesmo tempo as questões relativas à educação junto ao Sistema Penitenciário brasileiro. Trabalhando há oito anos com estudantes mulheres e homens privados de liberdade na função de professora de Educação de Jovens e Adultos - EJA séries iniciais, ciências e biologia, seu foco de pesquisa volta-se para este público. Participou da construção do Plano Estadual de Educação nas Prisões do estado do Paraná no ano de 2012. No momento da pesquisa, a pesquisadora responde pela direção auxiliar do Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA) Dr. Mário Faraco, escola específica que atende somente jovens e adultos em privação de liberdade de Curitiba e Região Metropolitana no estado do Paraná. O exercício do distanciamento destas funções e o papel de pesquisadora que a função exigiu, bem como o uso de diferentes técnicas e instrumentos metodológicos, permitiu a coleta de dados em profundidade. A confiança manifesta pelas mulheres pesquisadas se mostrou fundamental para que falassem de questões tão íntimas e delicadas.

Temos como pressuposto que a ética do cuidado pode vir a contribuir para as indagações apresentadas no tratamento de mulheres em privação de liberdade, percebidas no contexto da educação como real possibilidade de contribuição no desenvolvimento humano presente e futuro. Há também a intenção de repensar as questões de gênero que se apresentam mascaradas diante da lei de igualdade entre todos, invisibilizada nas relações diárias. A história nos mostra que o sistema de sociedade e relações é sexista<sup>5</sup>, onde o modelo masculino é o padrão.

[...] formas de controle social, à herança patriarcal, à aplicação do direito pelo âmbito moral, entre outros, que se reproduzem, em uma instituição (SANTA RITA, 2007, p.32).

Mesmo diante das dificuldades e resistências sociais apresentadas, a sociedade começa, tanto fora como dentro das paredes do cárcere, a manifestar-se pela insistência do reconhecimento dos direitos humanos dos/as encarcerados/as como sujeitos de direitos e cuidados.

Tendo em vista esta realidade, esta dissertação se propõe a verificar como as mulheres estudantes em privação de liberdade percebem as questões da teoria da ética do cuidado e a ética da justiça manifestadas ao longo de sua vida, inclusive no cárcere. A pesquisa dirigida às internas do CMP<sup>6</sup> (Complexo Médico Penal) atendidas pelo CEEBJA Dr. Mário Faraco tem como

<sup>5</sup> O caráter de invisibilidade do feminino dentro do cárcere é superior ao vivido fora das paredes e grades.

<sup>6</sup> O CMP é a única unidade prisional de atendimento médico, psiquiátrico e psicológico especializado em todo o Complexo penitenciário do estado do Paraná. Atende homens e mulheres em condição de privação de li-

referenciais as Teorias da Ética do cuidado, de Gilligan (1990) e da justiça de Kohlberg (1989), enquanto pressupostos da Educação Moral, e a Teoria Bioecológica de Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (1996) proporcionando a leitura sistêmica e complexa que o tema exige.

Apresentamos os seguintes pressupostos de pesquisa:

- As mulheres privadas de liberdade compreendem os papéis sociais apresentados pela sociedade como atribuições e construção social, percebendo o cuidado e a justiça como fatores morais importantes na vida do homem e da mulher;
- O conhecimento científico da ética do cuidado propicia uma maior compreensão das atitudes para melhorar a qualidade de vida individual, bem como sua responsabilidade com os recursos naturais (desenvolvimento bioecológico);
- As transições ecológicas no Sistema Penitenciário possibilitam a representação de papéis necessários ao convívio e sobrevivência no espaço de privação de liberdade.

Assim, temos como objetivo geral da pesquisa possibilitar outros paradigmas para o Sistema Penitenciário no atendimento às mulheres a partir da perspectiva da complexidade que envolve a ética do cuidado, a ética da justiça e o desenvolvimento humano. Como objetivos específicos propomos:

1. Descrever o perfil das mulheres privadas de liberdade internas no CMP que frequentam a escola no Sistema Penitenciário, os motivos que as levaram à privação de liberdade, bem como as manifestações de autoestima e autoconceito;
2. Investigar qual a representação que as mulheres em privação de liberdade têm das questões de cuidado e justiça como habilidades humanas;
3. Avaliar as transições ecológicas vivenciadas pelas estudantes detentas e sua repercussão no seu desenvolvimento no que tange ao cuidado e à justiça;

---

berdade, regime fechado, que necessitam de tratamento e acompanhamento especializado. Normalmente as pessoas que estão neste espaço cumprem medida de segurança para tratamento por terem cometido crimes influenciados ou decorrentes dos Transtornos Globais de Desenvolvimento (psicoses, esquizofrenia, psicopatias, dependência de drogas, dentre outros).

4. Contextualizar a teoria da ética do cuidado e a ética da justiça junto a mulheres em privação de liberdade que frequentam a escola.

A dissertação tem a seguinte estrutura organizacional:

O primeiro capítulo apresenta o contexto da pesquisa e trata da metodologia utilizada. Nele explicitamos o delineamento qualitativo e exploratório da pesquisa que, segundo Martinelli (1999), é um “instigante desafio”, como também o é investigar a ética da pesquisa junto a mulheres privadas de liberdade. Caracterizamos o estudo como pesquisa de **campo** podendo ser compreendido como **estudo de caso**. Neste capítulo, também descrevemos o campo de pesquisa, ou seja, a escola do CMP que atende a população feminina, bem como os sujeitos da pesquisa que correspondem a 10 mulheres que frequentaram a escola nas aulas de ciências e Biologia no período dedicado à pesquisa.

Além disso, o capítulo descreve as técnicas e instrumentos de coleta de dados e a forma de tratamento e análise dos mesmos. Os dados foram coletados utilizando-se de grupo focal, aplicação de questionário semiestruturado e narrativa por meio da escrita de carta. Para a análise de dados, foram seguidas as orientações da análise de conteúdo (Bardin, 1977) na especificidade proposta por Aguiar e Ozella (2006) com a análise clínica e núcleos de significação.

O segundo capítulo trata dos fundamentos teóricos que embasam a pesquisa e dão suporte para as discussões dos dados coletados. Neste sentido, está organizado em tópicos conforme os aspectos discutidos durante a pesquisa: ética do cuidado X ética da justiça segundo Gilligan (1990). A Teoria de Desenvolvimento Moral de Kohlberg (*apud* HABERMAS, 1989) presume que os homens sejam mais desenvolvidos moralmente e que as mulheres não estejam incluídas neste modelo por não atingirem satisfatoriamente os padrões masculinos, ou seja, a orientação universalista da ética normativa da justiça. A partir dela, delineamos os limites e nuances da ética e moral do cuidado segundo Gilligan. Apresentamos as descobertas da autora sobre a ética do cuidado (feminino) e a ética da justiça (masculino) bem como utilizamos outros/as autores (BENHABIB, 1987, 1992; BOFF, 1999, PULEO, 2004) que corroboram esta teoria. Quais as implicações dessa posição para a reflexão ética? Neste capítulo estudamos a posição de Gilligan como contraponto com a teoria de desenvolvimento moral de Kohlberg, fomentando uma visão de desenvolvimento moral do ponto de vista feminino. Segundo Benhabib (1987), a obra

de Gilligan é uma contribuição de desenvolvimento pós-convencional da vida moral que não é formalista, mas que é sensível no contexto, em lugar de ser compreendida como uma renúncia total ao universalismo. Apresentamos também os conceitos da Bioecologia do Desenvolvimento Humano e o paradigma do pensamento complexo. Estas perspectivas vêm colaborar no entendimento da complexidade do contexto de mulheres no sistema penitenciário, a realidade vivida pelos sujeitos da pesquisa. A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) e o paradigma da complexidade se aplicam no Sistema Penitenciário, pois privilegiam o processo, a pessoa, o contexto e o tempo das mulheres encarceradas do CMP.

No terceiro capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa de campo junto a mulheres estudantes do sistema penitenciário do CMP no que se refere às suas compreensões sobre a ética do cuidado e da justiça, discutindo os resultados à luz das teorias e referenciais que embasam a pesquisa. Ainda neste capítulo, retomamos o problema de pesquisa, seus objetivos e pressupostos, discutindo e apresentando encaminhamentos e considerações à respeito dos resultados, análise e as aplicações possíveis.

E por último, no capítulo IV, as considerações finais acerca das questões de gênero, desenvolvimento humano, o papel da educação na ressocialização e a ética do cuidado e da justiça para além da autoestima.

Apresentamos também o referencial bibliográfico utilizado, os anexos e apêndices, destacando o material que atende a legislação que contempla a Ética de Pesquisa envolvendo seres humanos.



## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

### 2.1 Delineamento da Pesquisa

Por pesquisarmos as estudantes no espaço prisional, ambiente “natural” ou um dos microsistemas de desenvolvimento humano das pesquisadas, delineamos a pesquisa de campo como proposta. Escolhemos como ambiente a ser pesquisado o sistema penitenciário por termos a intenção de buscar a descrição profunda e completa das experiências, percepções, pensamentos, emoções e comportamentos particulares das mulheres estudantes privadas de liberdade. Assim, a pesquisa se caracteriza como **estudo de caso** numa perspectiva exploratória e descritiva. O estudo de caso, na concepção de Martinelli (1999), “propõe a exploração e o aprofundamento dos dados para a transcendência da realidade investigada” (p.45), além de ser “adequado para investigar a vida de uma pessoa quanto a existência de uma entidade de ação coletiva, nos seus aspectos sociais e culturais” (p. 46). Neste caso específico, buscamos compreender os motivos subjacentes, as razões e os significados internos do comportamento das mulheres em relação ao cuidado de si e dos outros e em relação à ética da justiça.

Como a pesquisa foi realizada no espaço de trabalho da pesquisadora, as informações e contatos iniciais ocorreram formalmente, com relatos e autorizações específicas para a realização da pesquisa.

Na posição de Lüdke e Andrés, o estudo de caso como estratégia de pesquisa [...] Pode ser semelhante a outros, mas é também distinto, pois tem um interesse próprio, único, particular e representa um potencial na educação. Destacam em seus estudos as características de casos naturalísticos, ricos em dados descritivos, com um plano aberto e flexível que focaliza a realidade de modo complexo e contextualizado. (in VENTURA, 2007, p.385).

Ao determinarmos o foco da investigação, estabelecendo os contornos do estudo, partimos para a coleta dos dados utilizando instrumentos variados, ampliando a possibilidade de descrever e explorar as qualidades das inter-relações que são possíveis no sistema prisional e sua relação com as perspectivas do cuidado e da justiça. Durante a pesquisa, o movimento teoria-

prática foi constante: a exposição do estudo e sua importância junto aos setores envolvidos, o convite aos sujeitos da pesquisa para sua participação voluntária, as autorizações e preparação do campo, a coleta de dados diversificada e em diferentes momentos, a análise sistemática dos dados coletados, a realização do relatório e o ajuste das estratégias de busca de informações. Segundo Gil (1995), o estudo de caso não aceita um roteiro rígido para a sua delimitação, mas é possível preestabelecer quatro fases na sua realização: delimitação da unidade-caso, a coleta de dados, a seleção, análise e interpretação dos dados e a elaboração do relatório.

A pesquisa exploratória e descritiva, a partir do estudo de caso, permite reunir, conforme afirmam De Bruyne e colaboradores (*apud* LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 2010, p.170) “informações tão numerosas e tão pormenorizadas quanto possível com vista a abranger a totalidade da situação. É a razão pela qual se socorre de técnicas variadas de recolha de informação”.

Sem qualquer restrição aos métodos quantitativos, comuns nas pesquisas que envolvem as prisões, principalmente sob o enfoque penal ou da segurança pública, esta dissertação tem como princípio metodológico a abordagem qualitativa. Em primeiro lugar porque, não se trata de uma pesquisa sobre a prisão feminina, mas sim da possibilidade de dar a vez às vozes femininas em microssistema de relações de encarceramento para que, sob essa ótica, manifestem sua compreensão sobre o cuidado em contraposição à justiça. Segundo, porque de acordo com Minayo (2008, p. 57), o método qualitativo “tem seu papel, seu lugar e sua adequação” junto a “grupos e segmentos delimitados e focalizados” para o estudo “das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”.

Desta feita, explorando diferentes possibilidades de obtenção de dados e sua descrição à luz da bioecologia do desenvolvimento humano enquanto abordagem da complexidade, a pesquisa qualitativa nos permite interpretar e analisar os dados, individual e coletivamente, buscando seus significados, bem como a identificação de caminhos, na perspectiva de gênero, para a ética do cuidado e da justiça no cárcere.

## 2.2 O espaço e o lugar da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, sul do Brasil, junto a dez estudantes privadas de liberdade que cumprem suas penas no Complexo Médico Penal (CMP) sendo, por isso, considerado grupo vulnerável. O contexto está ligado à sala de aula de Ciências e Biologia do CEEBJA Dr. Mário Faraco, uma escola estadual de Educação de jovens e adultos em privação de liberdade situada na Região Metropolitana de Curitiba, com sede em Piraquara. A escola atende todo o complexo penitenciário da Região Metropolitana e penitenciárias centrais do estado do Paraná, sendo ao todo onze unidades em diferentes espaços.

A escola está voltada, portanto, para jovens e adultos em privação de liberdade, de ambos os sexos, em todas as fases da educação básica: alfabetização, fase I, fase II do ensino fundamental e ensino médio. Seus estudantes possuem idade entre 18 e 60 anos. A modalidade oferecida é a EJA (Educação de Jovens e Adultos) de forma presencial, com atendimento individual e coletivo.

O microssistema<sup>1</sup> escola encontra-se distante dos demais microssistemas que compõem o espaço geográfico de convivência social mais amplo do sistema penitenciário, ficando restrito às relações internas dos estudantes e profissionais da educação que atuam no sistema prisional. Por estar isolado, tem pouca interferência dos familiares e sociedade como um todo. Nele atuam os profissionais da educação (professores/as, pedagogos/as, técnico-administrativos e pessoal de apoio) específicos para o sistema penitenciário e que interagem, quando necessário, com as unidades de saúde e justiça dentro e fora do espaço prisional.

O espaço onde a pesquisa aconteceu é restrito ao CMP, ala feminina, junto às estudantes que estavam concluindo o módulo de Ciências (sete estudantes do Ensino Fundamental) e/ou Biologia (três estudantes do Ensino Médio) e que aceitaram participar. Entre as grades e entre as celas há um espaço, uma cela adaptada para sala de aula, um microssistema onde as estudantes têm a possibilidade de estudar e, por conseguinte, desenvolverem-se.

Os sujeitos da pesquisa pertencem ao grupo de população vulnerável e por ser pesquisa que envolve seres humanos foi avaliada pelo Comitê de Ética da UFPR sob o parecer **CAAE**:

<sup>1</sup> Bronfenbrenner (2011) na Teoria Bioecológica de Desenvolvimento Humano (TBDH) descreve o microssistema como o ambiente dentro do qual o indivíduo está em atividade em um determinado momento de sua vida. Ele é o “complexo de relações entre a pessoa em desenvolvimento e o ambiente imediato no qual ela está contida” (p.23).

09204612.0.0000.0102.

As mulheres participantes da pesquisa apresentavam no período de coleta de dados quadro clínico favorável para responder por si só aos instrumentos, mesmo que algumas delas ainda necessitassem do uso de medicamentos.

## 2.3 As mulheres da vez e da voz

Constituiu o estudo de caso o conjunto de 10 mulheres presas no CMP que, na condição de estudantes, completavam o módulo de Ciências e ou Biologia<sup>2</sup> por ocasião da pesquisa.

Os nomes de identificação das participantes da pesquisa são nomes fantasia/fictícios e foram escolhidos pelas próprias pesquisadas para lhes garantir o anonimato. Estes nomes só aparecerão quando os dados forem relativos ao questionário e à narrativa. Nas sessões do grupo focal, os nomes não aparecerão, pois o *corpus* da pesquisa representa o coletivo das estudantes em privação de liberdade.

Conforme é possível visualizar no quadro 1, as dez mulheres estudantes participantes da pesquisa possuem idades entre 24 e 43 anos; quanto ao estado civil, a maioria (seis) foi casada ou teve um relacionamento fixo; atualmente estão separadas e/ou divorciadas, embora três delas se declarassem solteiras. Duas são solteiras, pois nunca tiveram um compromisso ou relacionamento fixo de morar junto com o companheiro; uma é casada e uma é viúva. Dentre elas, nove (9) têm filhos/as; só uma não é mãe. Em relação ao grau de escolaridade, três estão cursando o Ensino Médio e sete o Ensino Fundamental. Atualmente todas encontram-se regularmente matriculadas no CEEBJA Dr. Mário Faraco.

---

<sup>2</sup> As disciplinas de Ciências e Biologia foram ministradas pela professora pesquisadora em momento anterior a esta pesquisa.

Tabela 1 – Caracterização das participantes da pesquisa.

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Profissão</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Artigo/ crime</b>	<b>Nº de filhos/ as</b>
Pipa	33	Ensino médio incompleto	Casada	Manicure	163 - dano qualificado - uso de drogas	4
Drika	38	Ensino médio incompleto	Separada	Vendedora	157 - roubo - uso de drogas	5
Camila	31	Fase II ensino fundamental incompleto	Viúva	Garota de programa/ Prostituição	121 - homicídio - uso de drogas	3
Bia	30	Ensino fundamental incompleto	Separada	Do lar	33 - Tráfico de drogas - usuária	nenhum
Ana	37	Fase II ensino fundamental incompleto	Solteira	Manicure	157 - roubo uso e venda de drogas	1
Toco	38	Fase II ensino fundamental incompleto	Separada	Prostituta/ Bailarina	121 - homicídio	1
Camille	25	Ensino médio incompleto	Solteira	Telemarketing	33 - tráfico de drogas - usuária	1
Iza	43	Fase II ensino fundamental incompleto	Separada	Balconista	157 - roubo uso e venda de drogas	3
Nenê	24	Fase II ensino fundamental incompleto	Separada	Do lar	Crime com crianças não identificado	1
Ninfa	38	Fase II ensino fundamental incompleto	Divorciada	Pensionista	157 - Roubo	1

FONTE: a autora.

O quadro 1 mostra a baixa qualificação profissional (duas profissionais do sexo, duas manicures, uma balconista, uma pensionista, uma atendente de telemarketing, duas do lar), a informalidade do mercado de trabalho<sup>3</sup> onde atuam e a ligação com o tráfico de drogas como elo da criminalidade da maioria, aliado ao furto, ao roubo ou ao homicídio (oito mulheres). Apenas uma delas, com 24 anos de idade, apresenta baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto) e sem indicação profissional (apresenta-se como do lar) e tem seu crime relacionado à criança, sem esclarecer sua especificidade. São mulheres jovens, vítimas de violência e

<sup>3</sup> As mulheres quando questionadas sobre sua profissão tiveram dificuldade em identificar e assumir sua profissão ou forma de ganhar a vida.

discriminadas pela condição de gênero desde sua infância.

Aristóteles em sua obra refere-se à natureza feminina como diferente e inferior. Este é um dos fatores que contribuem para reforçar e manter esta condição de inferioridade até o presente. Podemos apontar o essencialismo genérico<sup>4</sup> como o principal fator de desigualdades entre gêneros, pois sustenta a existência de naturezas desiguais no homem e na mulher. Contribuindo de forma significativa para manter a inferioridade essencial da mulher, encontramos a tradição filosófica que, ao longo da história da filosofia e da humanidade, utiliza-se de formas diversas para justificar esta concepção, mantendo e legitimando o estado de dominação masculina sobre o feminino. Esta concepção coloca a mulher como frágil, em condição inferior ao homem, justificada como determinação da natureza e do universo, portanto, imutável. Assim, preserva-se a condição de dominação masculina como sendo necessária e justa (ARISTÓTELES, 1978, *In* CARVALHO, 1999).

## 2.4 Coleta de dados

Para a coleta de dados relativa à pesquisa de campo, conforme já explicitado na metodologia, foram utilizados três diferentes métodos, cada um com sua especificidade, objetivos e instrumento. Antes do preenchimento do questionário relativo à coleta de dados cadastrais, as participantes tiveram acesso às informações necessárias sobre a pesquisa, bem como o acesso ao termo de consentimento livre esclarecido (TCLE) conforme os procedimentos da ética em pesquisa envolvendo seres humanos.

O **primeiro momento** de coleta de dados deu-se em sala de aula, na presença da pesquisadora, por meio da aplicação de um questionário de preenchimento individual, com questões semiestruturadas para obtenção de dados que explicitaram ou caracterizaram o grupo de pes-

<sup>4</sup> A concepção clássica de alma e corpo mantém como pano de fundo a razão dos argumentos do essencialismo genérico, justificando que, além da alma estar desvinculada do corpo, ela estaria ligada exclusivamente à racionalidade, à liberdade, ao masculino e ao universal. Restaria assim o corpo, em segundo plano, englobando a sensibilidade, a passividade e o feminino. Há a evidência e a primazia do racional sobre o sensível, como se os mesmos fossem dispostos numa hierarquia como “estado natural” do ser humano. Desta forma, a ação moral carrega ao longo de sua história a inferioridade feminina, julgando as mulheres como seres incapazes de transcender sensações e paixões corporais, ficando à margem da moralidade, justificando-se pela incapacidade de autodomínio (domínio do racional sobre o sensível). Assim, a mulher é considerada alguém incapaz de fazer uso adequado da razão. O consenso é de que a razão feminina é ineficiente para exercer a soberania, além de ser guiada por instinto, paixões e sentimentos.

quiza em relação à idade, escolaridade, situação familiar, conhecimento do artigo ou crime que influenciou a privação de liberdade, bem como questões que permitem analisar a autoestima e o autoconceito das participantes da pesquisa. As mulheres pesquisadas puderam esclarecer dúvidas sobre as questões no momento de responder ao instrumento.

Importante ressaltar que essas mulheres, mobilizadas pelas questões relacionadas a elas, usaram o momento para esclarecer e complementar, oralmente e por escrito, algumas situações num diálogo com a pesquisadora e com as demais participantes. Parece ter ficado claro a elas que suas histórias pessoais não estavam em julgamento naquele momento.

Num **segundo momento** de coleta de dados, foi utilizada a técnica da narrativa por meio da produção de uma carta onde cada uma das participantes da pesquisa pôde expressar-se livremente, de tal forma que caso se sentisse à vontade, pudesse falar sobre as percepções e compreensão que faz sobre o cuidado em sua vida. Sobre isso organizamos uma descrição fundamentada no item 2.5.3.

Os dois encontros subsequentes relativos às aulas de Ciências e Biologia após o período formal de aulas, foram utilizados para a realização do grupo focal. O TCLE foi lido novamente, dando às participantes a possibilidade de decisão em continuar ou não participando da pesquisa. Assim, a adesão das participantes à pesquisa foi integral e voluntária.

A escolha do *grupo focal* como técnica de coleta de dados foi adequada tendo em vista a discussão de ideias e opiniões espontâneas a partir da participação de todas, sem coação. Para Lervolino (2001) “a essência do grupo focal consiste justamente na interação entre os participantes e o pesquisador, que objetiva colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos” (p.16).

O grupo focal foi composto por dez participantes e ocorreu em dois momentos: no primeiro, as participantes se apresentaram umas às outras e falaram sobre suas concepções de vida entre o cuidado e a justiça em suas vidas. Movidos pela ansiedade e dificuldade de uso da prisão para se pronunciarem naturalmente, os sujeitos da pesquisa utilizaram esse espaço como forma de desabafo de suas angústias e de oportunidade de se expressarem sem o controle comum do cotidiano da vida no cárcere. Frente a essa transição ecológica, a pesquisadora percebeu aquele tempo como necessário para a confiança das internas em relação à pesquisa e deixou que as falas fluíssem livremente. Terminado o tempo, em virtude dos horários da cadeia, em acordo

com as participantes, agendou mais um encontro para a continuidade do grupo focal, voltado para as questões específicas do estudo.

No segundo encontro, a pesquisadora promoveu a discussão entre as participantes, mediando a expressão de opiniões e ideias entre elas sobre os temas de estudo, evitando a necessidade de formular questões. O tempo médio de cada um dos encontros do grupo focal foi de aproximadamente duas horas. Para Dias (2012), no ponto de vista do participante, a reunião é completamente flexível e não estruturada, abrindo espaço à discussão sobre o assunto apresentado. De acordo com o autor:

O objetivo central do grupo focal é identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade. Seus objetivos específicos variam de acordo com a abordagem de pesquisa. Em pesquisas exploratórias, seu propósito é gerar novas ideias ou hipóteses e estimular o pensamento do pesquisador, enquanto que, em pesquisas fenomenológicas ou de orientação, é aprender como os participantes interpretam a realidade, seus conhecimentos e experiências. (DIAS, 2012, p.3).

O/a moderador/a e/ou pesquisador/a é uma peça importante do grupo focal. Para que realize um bom trabalho, deve conhecer muito bem os objetivos da pesquisa e dominar a técnica para se manter neutro e evitar introduzir qualquer ideia preconcebida na discussão. Deve manter uma postura flexível e ter boa experiência em dinâmicas de grupo para que possa conduzir a discussão sem inibir o fluxo livre de ideias<sup>5</sup>, promovendo a participação de todos e evitando que certas pessoas monopolizem a discussão. É recomendável que o moderador não esteja diretamente envolvido com o problema em foco, justamente para não direcionar a discussão. Em geral, o moderador é responsável pela elaboração do roteiro de entrevista, a condução da discussão, a análise e o relato de seus resultados. Em certos casos, atua inclusive no recrutamento dos participantes. Daí a habilidade e capacidade de interagir sem interferir com posicionamentos pessoais na discussão. Dada à complexidade e especificidade do estudo de caso, a presença de alguém alheio ao sistema poderia dificultar a coleta de dados, motivo pela qual a mediação do grupo focal foi realizada pela própria pesquisadora.

A dinâmica e a interação do grupo torna-se parte integrante da técnica, pois os participantes, engajados na discussão, dirigem seus comentários aos outros participantes, ao invés de intera-

<sup>5</sup> importante ressaltar que na ocasião da pesquisa, pelo fato de ser professora do Sistema Penitenciário, recebeu a confiança de poder pesquisar o grupo sem interferências de outros elementos que pudessem coibir as falas interferindo na qualidade e fidedignidade dos dados coletados.



girem apenas com o moderador. Caterall e Maclaran (1997) consideram a interação do grupo como algo produtivo que amplia o espectro de respostas, ativando detalhes de experiências esquecidas e desinibindo os participantes.

Geralmente a atuação das pessoas em um grupo obedece a certa progressão de níveis. O moderador tem a difícil tarefa de conduzir a reunião de forma a ultrapassar o nível superficial e defensivo, normal em qualquer interação entre pessoas desconhecidas, com intuito de alcançar o lado autêntico de cada participante.

A moderadora/pesquisadora promoveu a discussão entre as participantes sem se dirigir diretamente a cada uma delas, isto é, sem que a dinâmica do grupo focal parecesse uma série de entrevistas individuais. O papel do moderador é muito mais passivo do que o de um entrevistador. Diferentemente de outras técnicas de grupo, seu objetivo é a sinergia entre as pessoas e não o consenso.

Quanto mais ideias surgirem, melhor. Frente à quantidade de informações trocadas nesse tipo de reunião, o moderador pode ser auxiliado por um anotador ou pela gravação da sessão em áudio e/ou vídeo, desde que os participantes assim o permitam. No caso desta pesquisa, em função da especificidade e complexidade do contexto, a pesquisadora optou pela gravação e posterior transcrição, autorizada pelas participantes e explicitada no TCLE, facilitando a manutenção da fidelidade das informações compartilhadas no grupo focal.

O sucesso do grupo focal está relacionado diretamente à definição clara do objetivo da pesquisa, ao planejamento da discussão, à habilidade e independência do moderador e à escolha de participantes que consigam se expressar bem e que se sintam confortáveis em compartilhar ideias e sentimentos.

O grupo focal propiciou oportunidade às participantes de exporem aberta e detalhadamente seus pontos de vista sobre a temática abordada, trazendo à tona respostas mais completas que as fornecidas inicialmente no questionário, permitindo à pesquisadora conhecer melhor e mais profundamente o grupo pesquisado, um dos objetivos deste estudo de caso.

O grupo focal possibilitou a identificação de informações mais profundas do que as acessíveis nos relacionamentos interpessoais. A diversidade e profundidade de respostas geradas pela participação combinada do grupo revelaram dados com maior riqueza de detalhes do que

o somatório das respostas individuais obtidas nos outros métodos de coleta<sup>6</sup>.

## 2.5 Instrumentos da coleta de dados

Conforme descrito anteriormente, três tipos de instrumentos de coleta de dados foram utilizados na pesquisa: questionário, roteiro para o grupo focal e a carta enquanto meio para a narrativa.

### 2.5.1 Questionário

O questionário como instrumento de coleta de dados, foi utilizado para buscar informações que ajudassem a explicitar o perfil social das detentas, bem como verificar o padrão de autoestima e autoconceito que apresentam. O questionário é um instrumento que permite o anonimato das estudantes, permite que as pessoas o respondam no momento que lhes pareça mais apropriado e evita expor os pesquisados à pressão sob determinada questão. Tecnicamente o questionário é um instrumento de investigação composto por um número flexível de questões, apresentadas por escrito e sob controle do pesquisador segundo determinadas categorias ou unidades de análise, servindo tanto às pesquisas qualitativas quanto às quantitativas. O uso do questionário diferencia-se da entrevista, pois nesta última as perguntas e respostas geralmente são feitas de maneira oral, propiciando uma relação mais dialógica entre pesquisador e entrevistado.

O questionário para esta pesquisa contém quinze perguntas abertas relativas a informações que auxiliam a traçar o perfil das participantes, tais como: idade, escolaridade, estado civil, profissão, situação e vínculo familiar, conhecimento penal relativo ao seu processo criminal, uma questão de reflexão sobre a moral e uma questão em que cada participante é convidada a fornecer um pseudônimo ou nome fantasia para ser identificada junto à pesquisa, de tal forma a lhe garantir o anonimato quando os dados forem divulgados na dissertação.

Além das questões abertas, foi organizado um segundo bloco com dez questões objetivas formuladas utilizando a escala *likert*. São dez frases afirmativas com possibilidade de a parti-

---

<sup>6</sup> As diferentes formas de coleta de dados asseguraram aprofundar as informações prestadas, além de possibilitar nova oportunidade para as participantes falarem sobre a realidade investigada.

participante concordar ou não segundo uma escala de cinco possibilidades (Discordo Totalmente; Discordo; Concordo; Concordo Totalmente; Não sei precisar). Esta bateria de itens refere-se à compreensão e identificação da autoestima e autoconceito das entrevistadas. A escala *likert* é uma escala psicométrica das mais conhecidas e utilizadas tanto em pesquisa quantitativa quanto em qualitativa. O questionário utilizado nesta dissertação foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná e corresponde ao Apêndice A.

Tabela 2 – Assuntos que compõem as questões do questionário

Bloco de questões	Nº de questões	Assuntos
Parte 1: questões abertas	1	Identificação
	2; 3; 12; 13	Dados pessoais e situação familiar
	4; 5; 6; 7; 14	Situação penal
	8; 9; 10; 11	Filhos e relação com o cuidado
	15	Moral: dilema de Heinz
Parte 2: questões fechadas	1; 2; 4; 6; 7; 8	Autoestima e autoconceito positivo
	3; 5; 9; 10	Autoestima e autoconceito negativo

Fonte: a autora.

O quadro 2 mostra os assuntos abordados no questionário e que, complementados aos dados obtidos junto ao grupo focal e à narrativa, permitem responder ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos na dissertação. Na parte 2, bloco de questões fechadas, para que as participantes revelem autoestima e autoconceito positivo, as questões de n. 1, 2, 4, 6, 7 e 8 devem ter concordância como resposta e as questões de n. 3, 5, 9 e 10 devem ter a discordância como resposta. O inverso demonstra autoestima e autoconceito negativos.

## 2.5.2 Narrativa

Elegemos a carta como forma de expressão livre das representações sobre as noções de cuidado na vida das estudantes detentas por entendermos que a forma pessoal e direta em que esta se dá espontânea e livre de regras ou limites formais, permite a expressão efetiva e facilita a comunicação entre as estudantes e a pesquisadora. A censura, se houver, é determinada pela própria participante da pesquisa.

Para Dutra (2002), a narrativa como técnica de coleta de dados foi utilizada favorecendo as estudantes pesquisadas

[...] contar sua história, narrando os fatos, acontecimentos e afetos que percorrem a sua trajetória vivencial. E, na medida em que o faz, desvela a sua experiência, ao mesmo tempo em que a constrói e reconstrói, através da linguagem. Ao contá-la, ela nos introduz na sua vida, sensibiliza-nos e coloca-nos como participantes da sua experiência, fazendo do pesquisador um sujeito dessa experiência (p.371).

Pela relevância da possibilidade de trazer informações novas ao estudo de caso, a narrativa enriqueceu a pesquisa qualitativa, pois por ela, de acordo com as informações trazidas pelas pesquisadas, agregou a espontaneidade de vir à tona fatos importantes e significativos para o tema pesquisado. Nesta técnica evidenciamos a afirmação de Schmidt (1990) quando ressalta que “cabe ao pesquisador colocar-se, então, mais como um recolhedor da experiência, inspirado pela vontade de compreender, do que como um analisador à cata de explicações” (p. 70).

Na narrativa espontânea, as experiências pessoais significativas foram colocadas sem receios e acanhamentos, pois ao mesmo tempo em que facilitaram a expressão, garantiram o caráter anônimo das informações prestadas trazendo, nesta perspectiva, a dimensão existencial do viver humano e os significados vivenciados pelas estudantes em relação ao seu estar-no-mundo. A carta como recurso para a narrativa aborda a experiência como uma dimensão existencial do vivido e expressa uma nova forma de comunicação e informação. Benjamin (1994) definiu a narrativa como “uma forma artesanal de comunicação” (p. 205).

A consigna para a narrativa solicitada às estudantes participantes da pesquisa foi: “escreva uma carta para a pesquisadora narrando: como você se sente cuidada ao longo de sua vida (desde a infância até o momento atual)”.

### 2.5.3 Roteiro para o grupo focal

Após a aplicação dos questionários e a realização da narrativa por meio das cartas, a leitura do corpus da pesquisa até aqui construído permitiu verificar as questões de pesquisa que necessitavam de aprofundamento e melhor explicitação. Desta forma, organizamos um roteiro de assuntos a serem trabalhados no âmbito do grupo focal. A saber:

1. Sobre o cuidar e os cuidadores;
2. Sentimentos e sensações sobre a privação de liberdade;

3. Fatos/fatores que contribuíram para a privação de liberdade;
4. Os motivos que as levaram a infringir a lei;
5. O modelo de justiça do Brasil;
6. Mudança de vida e oportunidades;
7. A pena, a justiça e o crime cometido;
8. Condição atual de vida;
9. A cadeia, o sofrimento e a visão do mundo e da sociedade;
10. Discriminação entre homens e mulheres na sociedade e no presídio;
11. Tratamento no presídio e questões de gênero;

O roteiro estruturado foi submetido à análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná e encontra-se nesta dissertação como parte do Apêndice B.

## 3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

### 3.1 Ética do cuidado x ética da justiça segundo Gilligan

A obra de Gilligan (1990) sugere que a tradição deontológica da teoria moral exclui e desvaloriza a experiência de vida moral específica e afetiva das mulheres. Ela efetuou novos estudos os quais apontaram discrepâncias no paradigma básico do estudo de desenvolvimento do julgamento moral segundo Kohlberg, em relação às mulheres. De início, percebeu que esta teoria era válida apenas para avaliar o desenvolvimento de um dos aspectos da orientação moral, que se centra na ética da justiça e dos direitos. De acordo com suas análises durante a pesquisa, as mulheres, sujeitos da investigação, percebem as contradições onde antes prevalecia a uniformidade e se dão conta ao longo do processo de que há um duplo sentido em seu agir moral. Percebem então a injustiça, a desigualdade, revendo assim os processos antes considerados justos, igualitários e progressistas.

A filosofia moral ocidental marginalizou e, às vezes, mesmo condenou valores como a responsabilidade e a solicitude para com pessoas particulares, valores que pressupõem uma concepção dos seres humanos como interdependentes forçados e desiguais. Essa concepção traduz a experiência que tem as mulheres com o cuidado e a educação dos filhos (JAGGAR, *in*: CANTO-SPERBER, 2003, p.625).

Estudos científicos revelam que as sociedades adotaram implicitamente a vida masculina como norma. Desde a história do Jardim do Éden, afirma-se que a mulher é a desviante. Porém, Gilligan, em resposta à teoria de Kohlberg, mostra a face feminina esquecida ou diminuída na teoria do desenvolvimento moral. O reconhecimento da mulher como sujeito moral está com frequência condicionada à renúncia do ponto de vista feminino ou associada a este. Muitas vezes as mulheres para se tornarem iguais, agem e julgam do ponto de vista masculino, ocasionando uma falsa igualdade na medida em que priorizam o ponto de vista masculino em detrimento do feminino.

A análise de Gilligan se volta aos comportamentos desempenhados ante determinadas situações de meninos e meninas, de homens e mulheres, para a partir da prática mostrar a face do cuidado desenvolvido pelo feminino. Portanto, faz-se necessária a compreensão e conhecimento da Teoria do Desenvolvimento Moral de Kohlberg apresentada a seguir.

### 3.1.1 Ética da justiça e do direito - Teoria do desenvolvimento moral segundo Kohlberg

Apresentaremos, neste capítulo, a teoria do desenvolvimento moral estabelecida por Kohlberg (ética da justiça e do direito) com o objetivo de expor os estágios morais, onde Gilligan oferece oposição e referência na sua discussão e apresentação da ética do cuidado e da responsabilidade.

Kohlberg estabeleceu a teoria da consciência moral<sup>1</sup> oferecendo conceitos de um desenvolvimento da capacidade de julgar moral, a qual segundo ele efetua-se da infância até a idade adulta, passando pela adolescência. Para ele, existe um modelo invariável, um ponto de referência normativo da via evolutiva analisada empiricamente, constituída por uma moral guiada por princípios. Visa assim reduzir a multiplicidade empírica das concepções morais encontradas a uma variação de conteúdos em face das formas universais do juízo moral e explicar as diferenças estruturais que subsistem como diferenças dos estágios de desenvolvimento da capacidade de julgar moral. Sua teoria utiliza resultados da ética filosófica para a descrição das estruturas cognitivas que subjazem a juízos morais guiados por princípios. Desta forma, a filosofia moral de Kohlberg está organizada em vista de adiantamentos filosóficos ligados a Kant e ao direito natural racional sobre a “natureza do juízo moral” (*apud* HABERMAS, 1989).

São três os pontos de vista a partir dos quais Kohlberg introduz as premissas tomadas de empréstimo à filosofia: cognitivismo, universalismo e formalismo. Kohlberg distingue seis estágios do juízo moral que se podem compreender nas dimensões da reversibilidade, universalidade e reciprocidade como uma aproximação gradual das estruturas da avaliação imparcial e justa de conflitos de ação moralmente relevantes:

---

<sup>1</sup> A teoria do desenvolvimento aqui exposta foi extraída do livro de Habermas “Consciência moral e agir comunicativo”. Tradução de Guido Almeida. Rio de Janeiro :Tempo Brasileiro, 1989

## **Nível A - pré-convencional**

### **Estágio 1: O Estágio do Castigo e da Obediência**

O direito é a obediência literal às regras e à autoridade, evitar o castigo e não fazer mal físico. O que é direito é evitar infringir as regras, obedecer por obedecer e evitar causar danos físicos a pessoas e propriedades. As razões para fazer o que é direito são o desejo de evitar o castigo e o poder superior das autoridades. Este estágio adota um ponto de vista egocêntrico. Uma pessoa neste estágio não considera os interesses dos outros ou reconhece que diferem dos interesses do ator, nem relaciona dois pontos de vista. As ações são julgadas antes em termos das consequências físicas do que em termos dos interesses psicológicos dos outros. A perspectiva de sua autoridade é confundida com a própria autoridade. (HABERMAS, 1989, p.152).

### **Estágio 2 - O Estágio de Objetivo Instrumental Individual e da Troca**

O que é direito é seguir as regras quando for de seu interesse imediato. O direito é agir para satisfazer as necessidades e interesses próprios e deixar que os outros façam o mesmo. O direito é também o que é equitativo, isto é, uma troca igual, uma transação, um acordo. A razão para fazer o que é direito é servir às necessidades e interesses próprios num mundo em que é preciso reconhecer que as outras pessoas também têm seus interesses. Este estágio adota uma perspectiva individualista concreta. Uma pessoa neste estágio separa os interesses e pontos de vista próprios dos interesses e pontos de vista de autoridades e outros. Ele ou ela está cômico de que todos têm interesses individuais a perseguir e que estes estão em conflito, de tal modo que o direito é relativo (no sentido individualista concreto). A pessoa integra ou relaciona uns com os outros os interesses individuais conflitantes através da troca instrumental do outro ou da boa vontade do outro, ou pela equidade, dando a cada pessoa a mesma quantidade.

## **Nível B - convencional**

### **Estágio 3 - O Estágio das Expectativas Interpessoais Mútuas, dos Relacionamentos e**



## **da Conformidade**

O direito é desempenhar o papel de uma pessoa boa (amável), é preocupar-se com as outras pessoas e seus sentimentos, manter-se leal e conservar a confiança dos parceiros e estar motivada a seguir regras e expectativas. O que é direito é corresponder ao que esperam as pessoas que nos são próximas ou àquilo que as pessoas geralmente esperam das pessoas em seu papel como filho, irmã, amigo, etc. “Ser bom” é importante e significa ter bons motivos, mostrar solicitude com os outros. Também significa preservar os relacionamentos mútuos, manter a confiança, a lealdade, o respeito e a gratidão. As razões para fazer o que é direito são: ter necessidade de ser bom a seus próprios olhos e aos olhos dos outros, importar-se com os outros – porque, se estivéssemos no lugar do outro, iríamos querer um bom comportamento de si próprio (regra de ouro). Este estágio adota a perspectiva do indivíduo em relação com outros indivíduos. Uma pessoa neste estágio está cônica de sentimentos, acordos e expectativas compartilhados, que adquirem primazia sobre os interesses individuais. A pessoa relaciona pontos de vista através da regra de ouro concreta, pondo-se na pele de outra pessoa. Ele ou ela não se considera a perspectiva generalizada do sistema (HABERMAS. 1989)<sup>2</sup>.

### **Estágio 4 - O Estágio da Preservação do Sistema Social e da Consciência**

O direito é fazer o seu dever na sociedade, apoiar a ordem social e manter o bem-estar da sociedade ou do grupo. O que é direito é cumprir os deveres com os quais se concordou. As leis devem ser apoiadas, exceto em casos extremos em que entram em conflito com outros deveres e direitos sociais estabelecidos. O direito também consiste em contribuir para a sociedade, o grupo ou a instituição. As razões para fazer o que é direito são: manter em funcionamento a instituição como um todo, o autorrespeito ou a consciência compreendida como o cumprimento das obrigações definidas para si próprio ou a consideração das consequências: “E se todos fizessem o mesmo?” Este estágio diferencia o ponto de vista societário do acordo ou motivos interpessoais. Uma pessoa neste estágio adota o ponto de vista do sistema, que define papéis e

<sup>2</sup> De acordo com Kohlberg, as mulheres seriam imorais, por de acordo com seus critérios de análise chegarem somente até o nível 3.

regras. Ele ou ela considera as relações individuais em termos do lugar no sistema.

### **Nível C - pós-convencional ou baseado em princípios**

As decisões morais são geradas a partir de direitos, valores ou princípios com que concordam (ou podem concordar) todos os indivíduos compondo ou criando uma sociedade destinada a ter práticas leais e benéficas.

#### **Estágio 5 - O Estágio dos Direitos Originários e do Contrato Social ou da Utilidade**

O direito é sustentar os direitos, valores e contratos legais básicos de uma sociedade, mesmo quando entram em conflito com as regras e leis concretas do grupo. O que é direito é estar cômulo do fato de que as pessoas adotam uma variedade de valores e opiniões, que a maioria dos valores e regras são relativas ao seu grupo. Essas regras “relativas”, contudo, devem em geral ser apoiadas no interesse da imparcialidade porque elas são o contrato social. No entanto, alguns valores e direitos não relativos, tais como a vida e a liberdade, têm de ser apoiados em qualquer sociedade independentemente da opinião da maioria. As razões para fazer o que é direito são em geral: sentir-se obrigado a obedecer a lei porque fizemos um contrato social, fazer e respeitar leis, para o bem de todos e para proteger seus próprios direitos e os direitos dos outros. As obrigações de família, amizade, confiança e trabalho também são compromissos ou contratos assumidos livremente e implicam o respeito pelos direitos dos outros. Importa que as leis e deveres sejam baseados num cálculo racional de utilidade geral: “o maior bem para o maior número”. Este estágio adota a perspectiva do prioritário em face da sociedade – a perspectiva de um indivíduo racional cômulo de valores e direitos prioritários em face dos laços e contratos sociais. A pessoa integra perspectivas pelos mecanismos formais do acordo, do contrato, da imparcialidade objetiva e do devido processo. Ele ou ela considera o ponto de vista moral e o ponto de vista legal, reconhecem que estão em conflito e acha difícil integrá-los. (HABERMAS, 1989, p.154).

#### **Estágio 6 - O Estágio de Princípios Éticos Universais**

Esse estágio presume a orientação por princípios éticos universais, os quais toda a humanidade deve seguir. No que diz respeito ao que é direito, o estágio 6 é guiado por princípios éticos universais. As leis ou acordos sociais particulares são, em geral, válidos porque se apoiam em tais princípios. Quando as leis violam esses princípios, agimos de acordo com o princípio. Os princípios são universais de justiça: a igualdade de direitos humanos e o respeito pela dignidade dos seres humanos enquanto indivíduos. Estes não são meramente valores reconhecidos, mas também são princípios usados para gerar decisões particulares. A razão para fazer o que é direito é que a gente, enquanto pessoa racional, percebeu a validade dos princípios e comprometeu-se com eles. Este estágio adota a perspectiva de um ponto de vista moral de onde derivam os ajustes sociais ou onde se baseiam. A perspectiva é a de qualquer indivíduo racional que reconhece a natureza da moralidade ou a premissa moral básica do respeito por outras pessoas como fins, não meios.

Kohlberg compreende a passagem de um para outro estágio como um aprendizado. O desenvolvimento moral significa que a pessoa em crescimento transforma e diferencia de tal maneira as estruturas cognitivas já disponíveis em cada caso que consegue resolver melhor do que anteriormente a mesma espécie de problemas, a saber, a solução consensual de conflitos de ação moral relevante. Sua interpretação, nesse processo de aprendizagem, está em concordância com Piaget, como um desempenho construtivo do aprendiz. As estruturas que subjazem à faculdade de julgar moral não devem ser explicadas primariamente por influências do meio ambiente ou por programas inatos e processos de maturação, mas como resultado de uma reorganização criativa de um inventário cognitivo preexistente. Para Kohlberg, os estágios do juízo moral formam uma sequência de estruturas discretas e invariáveis, irreversível e consecutiva. Formam uma hierarquia no sentido de que as estruturas cognitivas de um estágio superior superam as estruturas dos estágios inferiores, mas sempre as conservam de forma reorganizada e diferenciada. “As condições sociocognitivas não são concebidas com nitidez analítica suficiente para que se possa ver por que a sequência indicada exprime uma hierarquia no sentido da lógica do desenvolvimento” (HABERMAS, 1989, p.160).

A seguir, abordaremos a ética do cuidado e da responsabilidade como ponto de desenvolvimento feminino, estudada e referendada por Gilligan em oposição ou complemento à ética da

justiça e direito apresentada por Kohlberg (1969) referente ao desenvolvimento moral masculino.

### 3.1.2 Ética do cuidado segundo Gilligan

Gilligan (1990) teve um papel marcante na história da humanidade com a ética do cuidado. Apontou de forma original e desbravadora as diferenças entre os comportamentos éticos dos homens e das mulheres. Defendeu a ideia de que a eticidade feminina está baseada no cuidado, ao passo que o sentido ético masculino baseia-se no princípio da justiça, sendo, portanto, a ética da justiça essencialmente masculina.

A diversidade que sua obra contempla é de fundamental importância, não só para a ética feminista, como também para a história da filosofia e ciências afins. O impacto de sua teoria foi marcante, pois abriu a discussão sobre as diferenças entre homens e mulheres e mais especificamente sobre os papéis de gênero nos seus posicionamentos éticos.

Gilligan apresenta argumentações de outros pensadores/as para engrossar e reforçar suas descobertas. Apresenta definições de Nancy Chodorow (1974) que defende a influência da diferença de tratamento para ambos os sexos. A humanidade já destina exclusivamente à mulher a responsabilidade de cuidar da prole. Argumenta sobre “a reprodução dentro de cada geração, de certas diferenças gerais, e quase universais que caracterizam a personalidade e os papéis masculinos e femininos”, atribuindo essas diferenças entre os sexos não à anatomia, mas antes ao “fato de que as mulheres, universalmente, são grandemente responsáveis pelo cuidado inicial dos filhos” (GILLIGAN, 1990, p.17).

Na verdade, seus estudos estão entre as temáticas de projetos contemporâneos da filosofia moral que buscam apreender e compreender a diferença moral nos principais conflitos das relações que envolvem jogos desiguais de força, seja na esfera de hierarquia ou poder.

Os relacionamentos e as questões de dependência e independência são vivenciados diferentemente por homens e mulheres, como cita Gilligan:

Para os meninos e homens, a separação e individuação acham-se criticamente vinculadas à identidade de gênero, visto que a separação da mãe é essencial para o desenvolvimento da masculinidade. Para as meninas e mulheres, questões de feminilidade e identidade feminina dependem da consecução da separação da mãe ou do progresso da individuação (GILLIGAN, 1990, p.18).

Resumindo a masculinidade define-se através da separação, enquanto a feminilidade define-se através do apego; homens apresentam dificuldades nos relacionamentos, enquanto mulheres na individuação. Essa diferença descritiva do desenvolvimento infantil vai fazer a grande diferença na vida das mulheres, pois a incapacidade de se separar da mãe define-se como uma incapacidade de se desenvolver. Este é um dos aspectos que influenciará o desempenho do papel masculino e feminino na vida adulta.

É aí que a concepção da essência inferior vai impregnar os argumentos dos pensadores. Para Piaget, “As meninas são mais condescendentes em suas atitudes quanto às regras, mais dispostas a fazer exceções e mais facilmente tolerantes a inovações.” (*apud* GILLIGAN, 1990, p.20) Nestes estudos e observações, Piaget se refere ao senso legal, essencial para o desenvolvimento moral. Para ele, este é menos desenvolvido nas meninas do que nos meninos. De igual forma, Lever (*apud* GILLIGAN, 1990) afirma que o pressuposto do modelo masculino é o melhor, já que ele se ajusta às exigências do modelo de êxito empresarial, extremando a sensibilidade e cuidado pelos sentimentos de outrem, os quais têm pouco valor de mercado e podem até impedir o êxito profissional.

Segundo Gilligan (1990), ao argumento de Piaget (1994) de que as crianças aprendem o respeito pelas regras para o desenvolvimento moral ao praticar jogos regulamentados, Kohlberg (1969) acrescenta que essas lições são mais efetivamente aprendidas através das oportunidades de assumir papéis que surgem durante as disputas pendentes. Consequentemente, as lições morais inerentes aos brinquedos infantis são bem definidas entre os gêneros; os meninos tendem a elaborar os conflitos encaminhando as brincadeiras ao sucesso pessoal, enfrentando a derrota de forma diferenciada das meninas, que normalmente tendem a praticar brincadeiras onde as disputas ocorrem somente de forma indireta e normalmente tendem a interromper as brincadeiras nos pontos de conflito (GILLIGAN, 1990).

Sendo assim, a forma como se permitem e se proíbem as ações e os papéis desempenhados pela criança e adolescente vai moldando um sujeito nos padrões e moldes estipulados com rigor pela sociedade. Referindo-se a esta perspectiva, Lever cita “as diferenças de sexo nas atividades lúdicas durante a infância, meninos e meninas chegam à puberdade com uma relação interpessoal diferente e uma diferente gama de experiências sociais”. Assim, também Erik Erikson afirma estas diferenças apregoadas pelo tratamento diferenciado para meninos e para

meninas: “a adolescência é a época em que o desenvolvimento oscila quanto à identidade, a menina chega a essa encruzilhada ou psicologicamente em risco ou com um roteiro diferente” (*apud* GILLIGAN, 1990, p. 21).

As meninas, portanto, desde cedo estão ligadas a uma percepção diferente da vida. É o que Gilligan (1990) apresenta como visão diferenciada e inovadora:

A deferência das mulheres radica-se não apenas em sua subordinação social, mas também na substância de seu interesse moral. A sensibilidade às necessidades dos outros e a presunção de responsabilidade por cuidar levam as mulheres a atender outras vozes que não as suas e a incluir em seu julgamento outros pontos de vista. A fraqueza moral das mulheres manifesta na aparente difusão e confusão de julgamento, é assim inseparável da força moral das mulheres, um excessivo interesse em relacionamentos e responsabilidades. A relutância em julgar pode ser em si indicativa do cuidado e interesse por outros que infundem a psicologia do desenvolvimento das mulheres e são responsáveis pelo que é tido em geral por problemático em sua natureza (GILLIGAN, 1990, p. 27).

Benhabib (1992) argumenta a favor de Gilligan considerando genuinamente morais as obrigações e as relações do cuidado, as quais fazem parte do núcleo moral e, diferentemente do que afirmam Habermas<sup>3</sup> (1989) e Kohlberg (1969), não são marginais a este.

Para Gilligan (1990), o lugar das mulheres na vida dos homens tem sido o de alimentadora, cuidadora, companheira e tecelã dos relacionamentos. Esse cuidado não tem sido valorizado e respeitado pelos homens. Miller (1976) se refere a este aspecto de forma incisiva, quando o foco na individuação e realização individual se estende à idade adulta e a maturidade é igualada com autonomia pessoal; porém, a preocupação com os relacionamentos surge como fraqueza das mulheres em vez de uma força humana.

Diversos são os enfoques que evidenciam a depreciação do julgamento moral das mulheres. Neste aspecto, as qualidades que a sociedade julga ser da idade adulta são a capacidade para pensamentos autônomos, poder decisório e ação responsável, todos associados à masculinidade e considerados indesejáveis como atributos do gênero feminino. Esta mesma sociedade cultiva o estereótipo de divisão entre amor e trabalho, concepção desequilibrada por favorecer a separação do eu individual em detrimento da conexão com os outros, pendendo mais no sentido de uma vida autônoma de trabalho do que no sentido da interdependência de amor e cuidado.

<sup>3</sup> Jürgen Habermas, filósofo que apresenta e discute as teorias do desenvolvimento moral de Kohlberg.

É, portanto, sobre o pano de fundo de que o desenvolvimento moral das mulheres não condiz ou não importa ao modelo de desenvolvimento e sucesso aceito pelo mercado de trabalho, que ainda se encontra resistência e obstinação, pois ele centra-se na elaboração dos relacionamentos e cuidado, considerado intuitivo ou instintivo pela sociedade. Esse fato, porém, estabelece uma linha crítica do desenvolvimento psicológico nas vidas de ambos os sexos.

Quando Kohlberg (1969) estabelece os seis estágios referentes ao julgamento moral da criança, segue a mesma linha dos estudos de Freud e Piaget. Na teoria de Kohlberg, as mulheres são tratadas como inexistentes prova disso é que realizou sua pesquisa por 20 anos apenas com meninos. Na universalização de sua teoria, define todos que não atingem esses estágios como deficientes no desenvolvimento moral, e neste grupo inclui as mulheres, que para ele atingem somente o terceiro estágio dessa sequência. Nesse estágio, a moralidade é concebida em termos interpessoais e a bondade é igualada com o ajudar e agradar a outrem, específico ao funcionamento de vida das mulheres.

Gilligan evidencia que para se enquadrarem nesta escala as mulheres deveriam entrar na arena tradicional da atividade masculina, assim reconhecendo a insuficiência dessa perspectiva e progresso morais, como os homens no sentido dos estágios mais elevados, onde estão subordinados às regras (estágio quatro) e a princípios universais de justiça (estágio cinco e seis) (*apud* HABERMANS, 1989).

Baseado nesta definição é que Gilligan enumera o paradoxo aí existente. Os próprios traços que tradicionalmente têm definido a bondade das mulheres, seu cuidado e sensibilidade às necessidades dos outros, são aqueles que as assinalam como deficientes no desenvolvimento moral. Entretanto, nessa visão do desenvolvimento moral, a concepção de maturidade é extraída do estudo da vida de homens e reflete a importância da individuação no seu desenvolvimento. Segundo ela, não se pode construir uma teoria e afirmação sem ter realizado um estudo específico da vida das mulheres, como o fazem Freud, Piaget e Kohlberg. Nessa concepção, o problema moral surge de responsabilidades conflitantes e não de direitos de disputa, e exige para sua solução um modo de pensar que é contextual e narrativo em vez de formal e abstrato. Essa concepção de moralidade como envolvida com a atividade de cuidado centra o desenvolvimento moral em torno da compreensão da responsabilidade e dos relacionamentos, assim como a concepção de moralidade como equidade vincula o desenvolvimento moral à compreensão de

direitos e regras (GILLIGAN, 1990).

A diferente construção de problema moral pelas mulheres pode ser considerada como a razão crítica para o seu fracasso em se desenvolver dentro das limitações do sistema de Kohlberg. Considerando todas as construções de responsabilidade como evidência de uma compreensão moral convencional, Kohlberg (*apud* HABERMAS, 1989) define os mais elevados estágios do desenvolvimento moral como decorrentes de um entendimento reflexivo dos direitos humanos. Ele evidencia duas das respostas a questões de uma pesquisa sobre a natureza da moralidade da responsabilidade, em sua ênfase à separação em vez de conexão, em sua consideração do indivíduo em vez do relacionamento como principal atitude.

Gilligan (1990) aponta que o desprezo pela dimensão sensível, evidenciado na maioria das teorias, também está presente nos estudos de Kohlberg, os quais são tendenciosos numa perspectiva masculina, pois as próprias falas relatadas mostram que os homens se preocupam quanto às pessoas interferirem nos direitos dos outros, enquanto as mulheres se preocupam quanto à possibilidade de omissão, de não ajudar os outros quando se poderia ajudar. A concepção de direitos de moralidade que Kohlberg caracteriza nos estágios cinco e seis destina-se a chegar a uma resolução objetivamente equânime ou justa para os dilemas morais sobre as quais todas as pessoas racionais possam estar de acordo. A concepção de responsabilidade centra-se, pelo contrário, nas limitações de determinada resolução e define os conflitos que restam (GILLIGAN, 1990).

Em análise dos argumentos apresentados por Habermas e Kohlberg, percebemos que ambos desconsideram a concreta realidade de que antes de qualquer indivíduo ser adulto foi necessariamente uma criança, e que as responsabilidades e o cuidado são essenciais para que se torne um adulto moralmente competente e autossuficiente.

Gilligan percebe outras discrepâncias na teoria formalista de Kohlberg, como o persistente baixo nível das mulheres em comparação aos homens. Tais diferenças podem ser avaliadas observando a maturidade e padrões morais diferenciados. Isto implica como define a psicologia das mulheres num modo mais contextual de julgamento e num diferente entendimento moral. Assim, Gilligan (1990) conclui: “dadas as diferenças nas concepções das mulheres do eu e da moralidade, as mulheres trazem ao ciclo da vida um diferente ponto de vista e organizam a experiência humana em termos de diferentes prioridades” (GILLIGAN, 1990, p. 32).



A distinção entre ética da justiça e do direito e ética do cuidado e da responsabilidade percebida por Gilligan abre espaço para explicar o desenvolvimento moral das mulheres. As mulheres parecem mais inclinadas a revelar sentimentos de empatia e simpatia, seu julgamento é mais contextualizado, imerso nos relacionamentos e seus pormenores. Não seria aspecto para uma análise discriminatória do julgamento e enquadramento moral, colocando a mulher como fraca ou deficiente, mas sim uma manifestação de maturidade moral que encara o eu como imerso numa rede de relacionamentos com os outros.

Faz-se necessário interpretar o julgamento de juízo moral de Kohlberg do pensamento feminino percebendo assim o desenvolvimento que anteriormente não era discernido, como também considerar diferenças na compreensão dos relacionamentos sem rotular essas diferenças como melhores ou piores.

As observações e conclusões feitas mostram que, para resolver os conflitos apresentados, ambos os sexos o enxergam como mediado de modos diferentes: ele, impessoalmente, através do sistema de lógica e lei; ela, pessoalmente, através da comunicação e relacionamento. A autonomia dele segue a trajetória de Kohlberg, dos seis estágios de desenvolvimento moral, numa progressão de três níveis a partir de um entendimento egocêntrico de equidade baseado na necessidade individual (estágio um e dois); a concepção de equidade com base em convenções de acordo social e com elas partilhada (estágios três e quatro); e finalmente um entendimento da equidade que se baseia na lógica móvel de igualdade e reciprocidade (estágios cinco e seis). Os julgamentos dos meninos são avaliados como convencionais na escala de Kohlberg, um misto de estágios três e quatro; sua aptidão para aplicar a lógica dedutiva na solução de dilemas morais, diferenciar moralidade de lei e perceber que as leis podem conter enganos, apontar para a concepção de justiça elaborada sobre princípios, Kohlberg atribui à maturidade moral.

Se considerados à luz da definição de Kohlberg dos estágios e sequências do desenvolvimento moral, os julgamentos morais das meninas parecem estar abaixo em relação aos dos meninos, levando em conta os estágios de maturidade. Avaliados como um misto dos estágios dois e três, as respostas das mulheres parecem revelar um sentimento de unanimidade no mundo, uma inaptidão para pensar sistematicamente sobre os conceitos de moralidade ou lei, uma relutância em desafiar a autoridade ou examinar a lógica das verdades morais recebidas, uma incapacidade até de conceber o agir diretamente para salvar uma vida, ou considerar que essa

ação, se executada, poderia possivelmente ter um efeito não previsível. Como sua confiança nos relacionamentos parece revelar uma permanente dependência e vulnerabilidade, parece ingênua e cognitivamente imatura a sua crença na comunicação como o modo mediante o qual alguém possa resolver dilemas morais.

O mundo das mulheres é um mundo de relacionamentos e verdades psicológicas, onde uma consciência de conexão entre as pessoas enseja o reconhecimento da responsabilidade de uns pelos outros, uma percepção da necessidade de resposta. Visto por esse prisma, seu entendimento de moralidade como surgindo do reconhecimento de relacionamento, sua crença na comunicação como modo de solucionar o conflito, e sua convicção de que a solução do dilema virá de sua imperiosa representação parecem longe de ingênuos ou cognitivamente imaturos. Pelo contrário, esses julgamentos encerram as compreensões decisivas de uma ética do cuidado, assim como os do menino refletem a lógica do enfoque da justiça.

A incipiente consciência que ela tem do “método da verdade”, princípio central da solução não violenta de conflitos, e sua crença na ação restauradora da atividade do cuidado levam-na a ver os atores do dilema não como adversários numa pendência de direitos, mas como membros de uma rede de relacionamentos de cuja continuidade todos os elementos dependem, ativando assim a comunicação, fortalecendo as conexões entre as redes (GILLIGAN, 1990, p.42).

Gilligan aponta uma falha na filosofia moral de Kohlberg, pois este não considera ou reconhece na resposta da menina uma busca de soluções mais adequada. As questões apontadas por Kohlberg são respondidas por diferentes concepções de domínio moral. As crianças chegam a respostas que divergem fundamentalmente, e o arranjo dessas respostas como estágios sucessivos numa escala de maturidade moral crescente, calibrada pela lógica da resposta do menino, carece da verdade diferente revelada na resposta da menina. Para ele, as respostas da menina jazem fora do domínio moral, mas podemos perceber claramente que exibem diferentes modos de entendimento moral, diferentes modos de pensar sobre conflito e escolha. Nos exemplos citados por Kohlberg para exemplificar sua teoria, em nenhuma das comparações o julgamento da criança aparece como precursor da posição da outra. O contraste entre um eu definido através de separação e um eu delineado através de conexão, entre um eu avaliado por um ideal abstrato de perfeição e um eu aferido por determinadas atividades de cuidado, torna-se mais claro, e as implicações desse contraste estendem-se ao serem considerados os diferentes

modos pelos quais essas crianças solucionam um conflito, entre responsabilidades para com os outros e responsabilidades para consigo mesmas. Para ela, responsabilidade significa resposta, uma ampliação ao invés de limitação da ação. Assim, essa responsabilidade conota um ato de cuidado em vez de freio à agressão, encontrando um caminho que faça a todos mais felizes.

A primazia de separação ou conexão leva a diferentes imagens de si e dos relacionamentos. Assim, Gilligan refere-se que o mais impressionante entre essas diferenças são as imagens de violência nas respostas do menino, retratando um mundo de confronto perigoso e conexão explosiva; e a menina enxerga um mundo de cuidado e proteção, uma vida vivida com outros a quem pode “amar tanto ou até mais do que ama a si mesma”. Uma vez que a concepção de moralidade reflete o entendimento de relacionamentos sociais, essa diferença nas imagens do relacionamento causa uma mudança no próprio preceito moral. O predomínio da violência na fantasia masculina, como as imagens explosivas no julgamento moral do menino, está em consonância com a perspectiva de agressão como endêmica nos relacionamentos humanos. Essas fantasias, segundo a autora, revelam um mundo onde a conexão é fragmentada e a comunicação é falha, onde a traição ameaça porque parece não haver meio algum de saber a verdade, pois para o masculino a verdade está na lógica e não existe verdade nos relacionamentos pessoais. A menina, no entanto, começa a construir conexões – onde Kohlberg presume que ela falhará – e as mulheres em suas fantasias criam redes de segurança onde os homens retratam a aniquilação. Gilligan aponta novamente as mulheres como exceção à regra dos relacionamentos ao demonstrar um amor não misturado ao ódio, um amor que surge não da separação, nem de sentir-se uno com o mundo, mas de um sentimento de conexão, um laço primário entre o outro e si mesmo.

Ao tratar do tema cuidado, podemos citar ainda a posição de Robert May (1980) que designa o “cuidar” como um caminho que permanece inexplorado, uma narrativa de carência na qual a conexão, embora passando pela separação, é afinal mantida ou restaurada. Iluminando a vida como uma teia em vez de uma sucessão de relacionamentos, as mulheres retratam a autonomia e não o apego como a busca ilusória e perigosa. Desse modo, o desenvolvimento das mulheres aponta para uma história diferente do feto humano, acentuando continuidade e mudança na configuração, em vez de substituição e separação, elucidando uma resposta diferente à perda e mudando a metáfora do crescimento (*apud* GILLIGAN, 1990).

Nesta mesma ótica, afirmando a existência de uma ética diferenciada por parte das mulheres,

Miller afirma que os parâmetros de desenvolvimento femininos não são os mesmos do masculino e que os mesmos termos não se aplicam. Para ele, a mulher enxerga com sua estruturação psíquica o potencial para meios de viver mais avançados, mais afiliativos, menos consorciados com os modos perigosos atuais, visto que o senso do eu está vinculado não à crença na eficácia da agressão, mas ao reconhecimento da necessidade de conexão. Vislumbrando, assim, o potencial para um modo de vida mais criativo e cooperativo, Miller clama por uma igualdade social e também por uma nova linguagem em psicologia que afaste a descrição do cuidado e conexão do vocabulário de desigualdade e opressão (MILLER, 1976).

De forma geral, alega-se que a mulher ao relatar experiências vividas, relata suas dúvidas pessoais, centrando-se no senso de si mesma, prejudicando sua aptidão para agir de acordo com suas próprias percepções e, assim sua disposição para assumir responsabilidade pelo que faz, não como especulação filosófica, abstrata sobre a natureza da realidade e verdade. Nas ações do dia a dia, a mulher normalmente age obedecendo a um padrão de solidariedade e cuidado, tentando proteger as pessoas de danos.

Gilligan afirma, após conclusão dos seus estudos de caso, que ambos os sexos percebem “a família como espaço onde todos são estimulados a tornar-se um indivíduo e ao mesmo tempo todos ajudam os outros e recebem ajuda deles” (GILLIGAN, 1990, p.65). Ambos igualam responsabilidade com a necessidade de resposta que surge do reconhecimento de que outros estão contando com você e que você está em situação de ajudar. Sendo assim, a obrigação moral de agir decorre não dos sentimentos, mas de sua consciência da necessidade dela, uma consciência mediada não por identificação, mas por um processo de comunicação.

Apesar de mostrar uma dimensão diferente da concepção de justiça, uma compreensão de ética da responsabilidade e uma perspectiva mais ampla de conexão societal, Kohlberg coloca a mulher numa posição inferior em sua escala. As explicações e respostas das mulheres nos casos estudados por Gilligan incluem repetidas vezes o cuidado e a conexão com os outros: Assim, o conceito de moralidade para elas “surge da experiência de relacionamento, visto que considera a capacidade de compreender o que alguém está sentindo como requisito prévio para a resposta moral” (GILLIGAN, 1990, p.68).

Considerando a interdependência da vida das pessoas como uma teia de interconexão na qual todos pertencem a ela e todos vêm dela – concepção de realidade social – a mulher vê a

vida como conexão, como mantida por atividades de cuidado, baseada num laço de apego, mais do que num contrato de acordo. As outras pessoas são para ela parte do mundo, articulando uma ética da responsabilidade que provém de uma consciência da interconexão.

A definição de moralidade é vista como a tensão constante entre ser parte de alguma coisa maior e uma espécie de entidade autocontida - fonte do caráter e forças morais – que se apresentam como conflitos de responsabilidade que pertencem a um problema de verdade e se convertem no reconhecimento do relacionamento. A vida é considerada sagrada, porém é sua qualidade que deve ser determinante. De forma geral, o julgamento feminino é contextual e todos os dilemas são analisados como um problema de relacionamento, centrado na questão de responsabilidade sobre o que se está fazendo, ciente da questão dos direitos, articulando, porém, a ética da responsabilidade.

As questões de justiça e honestidade também são reconhecidas como questões da verdade moral. A mulher reconhece que os padrões morais impostos pelos outros não são necessariamente certos para todos. É fundamental assumir a responsabilidade por suas próprias ações. A compreensão de si próprio reflete-se na compreensão do outro – elas estão conectadas e não opostas – e a afirmação de si é um ato de comunicação e não de agressão, como interpreta o mundo masculino. Todas as articulações e conclusões estão centradas nas atividades de cuidado como sinônimo de uma vida íntegra. Assim, Gilligan cita: “[..] o ideal de cuidado é pois uma atividade de relacionamento, de atender e corresponder a uma necessidade, tomar conta do mundo mantendo a conexão de modo que ninguém seja deixado sozinho” (GILLIGAN, 1990, p.73).

Os diferentes modos de estruturar relacionamentos, que se acham associados a diferentes perspectivas da moralidade e do eu, levam a diferentes modos de ação e diferentes meios de avaliar as consequências desta opção. A visão das mulheres mostra uma perspectiva não hierárquica da conexão humana. Os relacionamentos, vistos de forma hierárquica, são inerentemente instáveis e moralmente problemáticos, porém sua transposição para a imagem da teia muda uma ordem de desigualdade para uma estrutura de interconexão. Para Gilligan,

As experiências de desigualdade e interconexão, inerentes à relação pais e filhos, ensinam depois a ética da justiça e do cuidado, os ideais do relacionamento humano – a visão de que o eu e o outro serão tratados com igual valor, que não obstante as diferenças em poder, as coisas serão justas; a visão de

que todos serão correspondentes e incluídos; que ninguém será abandonado ou prejudicado. Essas visões, díspares em suas tensões, refletem as verdades paradoxais da experiência humana – de que nos sabemos separados apenas na medida em que vivemos em conexão com outros, e que vivenciamos um relacionamento apenas na medida em que diferenciamos o outro do eu (GILLIGAN, 1990, p.74).

De forma geral, a mulher conceitua a pessoa moral como aquela que ajuda o outro, de forma a cumprir as obrigações e responsabilidades para com eles, se possível sem se sacrificar. A mulher apresenta-se relutante em julgar moralmente, numa incerteza sobre o seu direito de fazer declarações morais. Gilligan relata que:

A essência da decisão moral é a prática da opção à disposição em aceitar a responsabilidade por essa opção. Na medida em que as mulheres se veem como não tendo opção alguma, elas correspondentemente se escusam da responsabilidade que a decisão acarreta. Infantis na vulnerabilidade de sua dependência e consequente medo do abandono, afirmam que desejam somente agradar, mas em pagamento por sua bondade esperam ser amadas e cuidadas (GILLIGAN, 1990, p.78).

Há um dilema para a mulher; na prática, sua concepção de bondade significa sacrifício, porém ela vê a necessidade de buscar respostas novas e mais firmes para as questões de crença moral e identidade. Percebem-se duas formas ou dois modos diferentes de julgamento moral: o ponto de vista feminino e o ponto de vista masculino. O desenvolvimento das culturas privilegiou o ponto de vista masculino como o mais adequado, substituindo o feminino pela maturidade, na maioria das vezes. As pesquisas de Norma Haan (1975)<sup>4</sup> indicam que os julgamentos morais das mulheres diferem dos julgamentos dos homens em grau maior na medida em que se acham vinculados a sentimentos de empatia e compaixão e se preocupam com a resolução de dilemas reais e não hipotéticos (*apud* GILLIGAN, 1990).

Na prática da sociedade, os padrões utilizados para avaliar são sempre os masculinos e as diferenças são atribuídas a uma falha no desenvolvimento. No entanto, fica claro que a falta de critérios alternativos que possam abranger o desenvolvimento das mulheres aponta para as limitações das teorias elaboradas pelos homens. É quando os relacionamentos que tradicionalmente definiram as identidades das mulheres e estruturaram seus julgamentos morais já não fluem necessariamente de sua capacidade reprodutiva, mas se tornam questões de decisão sobre as quais ela tem controle. O exercício dessa opção a coloca secretamente em conflito com as

<sup>4</sup> Essa referência foi extraída do livro de Gilligan “Uma Voz Diferente”, p.80.

convenções da feminilidade, sobretudo na equação moral de bondade e auto sacrifício. É ainda no seu cuidado e preocupação com os outros que as mulheres têm julgado a si mesmas e têm sido julgadas pelos outros.

Assim, o conflito entre o eu e o outro constitui o problema moral decisivo para as mulheres, suscitando um dilema cuja solução exige a conciliação entre feminilidade e idade adulta.

Kohlberg designa três perspectivas de moralidade – pré-convencional, convencional e pós-convencional – com o objetivo de refletir sobre a expansão do entendimento moral, de um ponto de vista individual até um ponto de vista societal e universal. Como ponto de partida, sugere a moralidade convencional ou a equação do certo ou bom com a manutenção das normas e valores sociais existentes.

O julgamento pré-convencional é egocêntrico e extrai contratos morais de necessidades individuais; o julgamento convencional baseia-se em normas e valores compartilhados que sustentam relacionamentos, grupos, comunidades e sociedades; o julgamento pós-convencional adota uma perspectiva reflexiva sobre valores sociais e constrói princípios morais que são de aplicação universal (GILLIGAN, 1990, p.84).

A construção do problema moral pelas mulheres é diferente da construção feita pelos homens. Ela vê como um problema de cuidado e responsabilidade nos relacionamentos em vez de problema de direitos e normas; liga o desenvolvimento do seu pensamento moral a mudanças no seu entendimento de responsabilidade e relacionamentos, assim como a concepção de moralidade como justiça liga o desenvolvimento à lógica da igualdade e reciprocidade. Dessa forma, a lógica subjacente a uma ética do cuidado é a lógica psicológica dos relacionamentos, que contrasta com a lógica formal da equanimidade, que dá corpo ao enfoque da justiça.

Antes de se estar apta a cuidar de um filho deve se estar apta a cuidar de si mesma de maneira responsável. Ao separar a voz do eu das vozes dos outros, a mulher indaga se será possível ser responsável para consigo mesma e ao mesmo tempo para com os outros e conciliar assim a disparidade entre magoar e cuidar. A prática dessa responsabilidade exige uma nova espécie de julgamento, cuja primeira condição é a honestidade. Para ser responsável por si mesmo é necessário primeiro reconhecer o que se está fazendo. O critério de julgamento passa, assim, de bondade para verdade, quando a moralidade da ação é avaliada não com base no que parece aos olhos dos outros, mas em termos da realidade de sua intenção e consequência (GILLIGAN,

1990, p.93).

Gilligan analisa as situações de aborto de acordo com o entendimento das mulheres, as quais ensejam a visão da terceira perspectiva, à medida que o foco passa à consideração do que constitui o cuidado. Ao tentar conciliar os conceitos de egoísmo e responsabilidade mediante uma compreensão modificada dos relacionamentos, rejeita essas convenções como imorais em seu poder de prejudicar. Ao elevar a não violência, a injunção contra o prejudicar a um princípio diretor de todo julgamento e ação morais, ela é capaz de afirmar uma igualdade moral entre o eu e o outro e incluir ambos na esfera do cuidado. O cuidado transforma-se, então, numa injunção universal, uma ética pessoal que, liberta de sua interpretação convencional, leva à reformulação do dilema de modo que permite a presunção de responsabilidade por opção. Na dinâmica psicológica dos relacionamentos, a responsabilidade pelo cuidado inclui tanto o eu como o outro, e a obrigação de não causar dano, liberta das limitações convencionais, mantém o ideal de cuidado ao mesmo tempo em que encara a realidade da escolha.

Admitir a verdade da perspectiva das mulheres para a concepção de desenvolvimento moral é reconhecer para ambos os sexos a importância, por toda a vida, da conexão entre o eu e o outro, a universalidade da necessidade de compaixão e cuidado. O conceito de eu separado e de princípios morais não prejudicados pelos obstáculos da realidade é um ideal adolescente. Stephen Daedalus, Erikson (1964)<sup>5</sup>, ao contrastar a moralidade ideológica do adolescente com a ética adulta do assumir cuidados, afirmam que

O caminho desenvolvimental como o exclusivo precursor da intimidade do amor adulto e a generalidade do trabalho e relacionamentos adultos é a confiança depositada na infância, e onde toda a experiência interveniente é assinalada como passos para a autonomia e independência, a própria separação torna-se o modelo de medida do crescimento (*apud* GILLIGAN, 1990, p.108).

Nesta perspectiva, a moralidade da responsabilidade que as mulheres relatam fica, com o seu conceito do eu, à parte no caminho assinalado em direção à maturidade. O progresso no sentido da maturidade é descrito através do questionamento adolescente da moralidade convencional como a descoberta dos direitos individuais.

O imperativo moral que surge repentinamente nas entrevistas com as mulheres observadas por Gilligan (1990) é uma obrigação de cuidar, uma responsabilidade de discernir e suavizar

<sup>5</sup> Citação retirada da obra “Uma Voz Diferente” utilizada por Gilligan.



o “problema real e reconhecível” deste mundo. Para os homens, o imperativo moral aparece mais como uma obrigação de respeitar o direito dos outros e assim proteger de interferência os direitos à vida e autorrealização. A insistência das mulheres no cuidado é em primeiro lugar autocrítica mais do que autoprotetora, ao passo que os homens, inicialmente, concebem a obrigação para com os outros negativamente em termos de não interferência. O desenvolvimento de ambos os sexos parece, portanto, ocasionar integração de direitos e responsabilidades pela descoberta da complementaridade dessas perspectivas díspares. Para as mulheres, a integração de direitos e responsabilidades ocorre mediante um entendimento da lógica psicológica dos relacionamentos. Esse entendimento modera o potencial autodestrutivo de uma moralidade autocrítica pela afirmação de que todas as pessoas precisam de cuidados. Para os homens, o reconhecimento através da experiência da necessidade de responsabilidade mais ativa em cuidar corrige a indiferença potencial de uma moralidade de não interferência e desvia a atenção da lógica para as consequências da escolha (GILLIGAN; MURPHYHY, 1979; GILLIGAN, 1990).

No desenvolvimento de uma compreensão ética pós-convencional, as mulheres enxergam a violência como inerente à desigualdade, ao passo que os homens percebem as limitações de uma concepção de justiça cega às diferenças na vida humana.

Gilligan (1990) aborda a resistência em julgar, apresentada pelas mulheres, como uma relutância em prejudicar, que decorre não de um senso de vulnerabilidade pessoal, mas do reconhecimento da limitação do próprio julgamento. O respeito da perspectiva feminina convencional continua no nível pós-convencional, não como um relativismo moral, mas como parte de um entendimento moral reelaborado. A renúncia ao julgamento moral é feita com a consciência da determinação psicológica e social do comportamento humano, ao mesmo tempo em que a preocupação moral é reafirmada em reconhecimento da realidade da dor e do sofrimento humano.

A sequência do julgamento moral das mulheres, apontado por Gilligan, vai de uma preocupação inicial com a sobrevivência a um exame da bondade e finalmente uma compreensão reflexiva do cuidado como o guia mais adequado para a solução de conflitos nas relações humanas.

[...] a centralidade dos conceitos de responsabilidade e cuidado nas elaborações do domínio moral das mulheres, o estreito vínculo no pensamento das mulheres entre as concepções do eu e da moralidade, e por fim a necessidade de uma teoria desenvolvimental ampliada que inclua, em vez de regras não

questionadas, as diferenças na voz feminina. Tal inclusão parece essencial, não apenas para explicar o desenvolvimento das mulheres, mas para entender em ambos os sexos as características precursoras de uma concepção moral adulta (GILLIGAN, 1990, p.116).

Erikson (1964) também cita esta nova ótica. Para ele, a mulher manifesta sempre “uma dominante determinação de cuidar”, manifesta e reconhecida como uma virtude do cuidado da vida adulta (*apud* GILLIGAN, 1990, p.118).

Gilligan examina a vida de muitas mulheres através do tempo, verificando as transformações previstas pela teoria e o que realmente acontece. Percebeu que a gravidez significa uma conexão da maior magnitude em termos de responsabilidade, bem como o aborto, que suscitam um dilema nos quais não há meio de agir sem consequência para o outro e o eu. Assim, estes dilemas aumentam as questões de responsabilidade e cuidado que decorrem do fato do relacionamento. Os estudos da vida das mulheres retratam o papel da crise na transição e sublinham as possibilidades de crescimento e o desespero que está no reconhecimento da derrota.

As transições no desenvolvimento de uma ética do cuidado para as mulheres estão voltadas à preocupação com a bondade e da bondade para a verdade. Os estudos de Gilligan mostram que

O potencial de crise passado pelas mulheres, para romper o ciclo de repetição, sugere que a própria crise pode assinalar uma volta a uma oportunidade perdida para o crescimento. Esses quadros de transição são acompanhados de cenas de desespero, ilustrações de niilismo moral nas mulheres que não puderam achar resposta alguma à questão, por que cuidar? (GILLIGAN, 1990, p.120).

O processo de crescimento ou a mudança no entendimento moral foi assinalado por um período de desgosto, desorganização e desespero. Os conflitos permitiram um encaminhamento no seu desenvolvimento, vindo a exprimir um claro senso de si mesmas como pessoas responsáveis nos seus relacionamentos; o processo de mudança, as questões de identidade e moralidade que passaram a resolver por si mesmas. Essas são mudanças do senso moral que levam ao cuidado e respeito de suas próprias necessidades e das alheias. Essa mudança propiciada pela crise faz com que, no final do conflito, ela passe a enxergar as mesmas coisas com olhar diferente.

Percebe-se que a mulher luta por ser cuidadosa com os outros, mas também consigo mesma. Assim, em vez de excluir os outros e abandonar sentimentos e cuidado, torna-se mais honesta em seus relacionamentos e mais responsável consigo mesma. Estes argumentos e pontos de

vista retornam na redescoberta da conexão, na compreensão de que o eu e o outro são interdependentes e que a vida, embora valiosa em si, só pode ser mantida com cuidado nos relacionamentos.

Diante de todas estas argumentações, não se pode deixar de falar a respeito do direito enquanto direito do ser humano, negado até então às mulheres. É nesta perspectiva que Gilligan (1990) cita a declaração de Sêneca: “essas verdades serem evidentes por si: que todos os homens e mulheres são criados iguais; que são dotados por seu criador de certos direitos inalienáveis; que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade” (GILLIGAN, 1990, p.139).

As últimas conquistas das mulheres, como o voto e outras reformas sociais como saúde pública e controle da natalidade, do final do século XIX e século XX, legitimaram parte das reivindicações de muitos direitos que o movimento feminista buscava. Essa reivindicação de direitos foi também uma reivindicação de responsabilidades para si mesmas. Ao exercer a sua razão, começavam a levantar questões de responsabilidade nos relacionamentos sociais.

Ao reivindicar sua inteligência, sua sexualidade, educação, o movimento feminista julgava que o seu autodesenvolvimento estaria ligado ao exercício da razão. Via a educação como atitude decisiva para as mulheres adquirirem seu próprio controle. Ainda hoje as questões deste gênero continuam a suscitar o fantasma do egoísmo, o medo que a liberdade para a mulher leve-a ao abandono dos relacionamentos.

Assim, o diálogo entre os direitos e responsabilidades, no seu debate público e em sua representação psíquica, focaliza os conflitos causados pela inclusão das mulheres no pensamento sobre responsabilidade e relacionamentos. Ao mesmo tempo em que esse diálogo elucidava alguns dos aspectos mais enigmáticos da oposição das mulheres aos direitos das mulheres, também esclarece como o conceito de direito conduz o pensamento das mulheres sobre conflitos de escolha moral (GILLIGAN, 1990, p.141).

A luta conflituosa que atravessam as mulheres pode com certeza criar um grau de consciência, uma nova virtude a qual possa incluir atividade, sexualidade e sobrevivência sem abandonar as antigas virtudes da responsabilidade e do cuidado. Há a necessidade de inventar uma nova ação, uma nova moral que absorva o novo comportamento.

De uma forma geral, a sociedade, no que tange à questão moral, representa e mantém valores voltados para a noção de que a virtude para as mulheres é a bondade, e se pronuncia contra

as questões adultas de responsabilidade e escolha. Um grande problema é cultuado, pois há a tensão entre uma moralidade de direitos que dissolve os laços naturais em apoio às reivindicações individuais e uma moral da responsabilidade, que enlaça tais reivindicações numa tessitura de relacionamentos, apagando a distinção entre o eu e o outro através da representação de sua interdependência.

Esses conflitos demonstram a persistência através do tempo de uma ética da responsabilidade como o centro da preocupação moral das mulheres, fixando o eu num mundo de responsabilidades e ensejando atividades de cuidado, mas indicam também como essa ética é transformada pelo reconhecimento da justiça do enfoque do direito (GILLIGAN, 1990, p.143).

Ocorre um choque entre a moralidade do direito e a ética da responsabilidade, o que exige da mulher uma conduta de autossacrifício. Através de uma vasta gama de formulações, como a oposição entre egoísmo e responsabilidade, complica-se para as mulheres a questão da escolha, deixando-as suspensas entre um ideal de altruísmo e a verdade de sua vivência e de suas necessidades. O problema desenvolvimental da oposição entre moralidade e verdade, segundo Gilligan, aparece-lhes na necessidade de encontrar um modo de superar esta oposição, de serem mais honestas consigo mesmas ao mesmo tempo em que continuam responsáveis para com os outros.

Todas as mulheres que fizeram parte das pesquisas de Gilligan (1990) afirmaram a dificuldade em serem cuidadosas, sensíveis e dadas; que de forma geral seu desempenho voltava-se para relacionamentos cooperativos em vez de competitivos, considerando importante a tentativa de integrar um ideal de integridade pessoal e moral com uma ética de responsabilidade e cuidado. Partindo desta discussão, o senso de que parecia egoísmo e altruísmo podia ser relativo em vez de fazer julgamentos absolutos. Uma questão de interpretação ou de perspectiva, em vez de questão de verdade, amplia-se em dois conceitos de moralidade, um centrado nos direitos, o outro na responsabilidade.

O relato das mulheres estudado por Gilligan (1990) denota a experiência da oposição entre egoísmo e responsabilidade. Descrevendo uma vida vivida em resposta, guiada pela percepção das necessidades alheias, elas não podem ver um modo de exercer controle sem arriscar uma afirmação que pareça egoísta e, portanto, moralmente perigosa. Neste caminho obscuro, na tentativa de se isentarem da responsabilidade, carregam consigo sentimentos de resistência lutam

para superar a oposição entre egoísmo e responsabilidade e, ao mesmo tempo, para assumir o controle de sua vida. Nesta trajetória, perceber o conflito de forma diferente, não centrado nos relacionamentos, mas vendo outra realidade humana, das vidas individuais como interligadas e inseridas no contexto social de relacionamentos, amplia sua perspectiva moral. Por esse ângulo, a responsabilidade inclui o eu e o outro visto como diferentes, mas interligados ao invés de separados e opostos.

Uma tomada de consciência considera suas ideias e sentimentos, uma moralidade que abrange a lógica do direito numa nova compreensão de responsabilidade, vendo a vida não como um caminho, mas como uma teia. Sempre haverá conflitos e a única constante real é o processo de tomar decisões com cuidado, assumindo a responsabilidade pela escolha. Percebe-se no decorrer desta formação que “os julgamentos morais continuam muitas vezes ociosos e faltosos a menos que sejam conferidos e iluminados por uma referência perpétua às circunstâncias especiais que assinalam o quinhão individual” (GILLIGAN, 1990, p.159). A oposição citada até agora, bem como o ideal, são postos de lado em função da noção de direito e também pelo pressuposto subjacente à ideia de justiça, de que o eu e o outro são iguais. “O conceito de relacionamentos muda de um laço de dependência para uma dinâmica de interdependência”. Assim, Gilligan confirma a noção de cuidado, que se amplia de uma obrigação paralisante de não prejudicar os outros para uma obrigação de agir responsavelmente para com o eu e os outros e assim manter a conexão. “Uma consciência da dinâmica dos relacionamentos humanos torna-se central para o entendimento moral, juntando o coração e o olho numa ética que liga a atividade do pensamento à atividade do cuidado” (GILLIGAN, 1990, p.160).

O mais interessante é que a mudança no direito das mulheres transforma o julgamento moral delas mesmas capacitando-as a considerar moral, cuidar não só de outros, mas também de si mesmas. Assim, o seu conceito muda os julgamentos morais acrescentando a perspectiva aos problemas morais e o seu julgamento se torna menos absoluto e mais tolerante. Os relacionamentos significativos da idade adulta são construídos como meios para um fim de realização individual.

Levinson (1978) descreve o processo desenvolvimental da individuação colocando os relacionamentos, seja qual for a sua intensidade, como tendo um papel relativamente secundário no drama individual do desenvolvimento adulto (apud GILLIGAN, 1990). Como o relaciona-

mento está direcionado ao sensível, essa visão tradicional da dimensão sensível está ligada ao feminino e a racional, ao masculino. São estas afirmações que nos chamam a atenção e que nos fazem concordar com a visão de Gilligan (1990), devido aos equívocos decorrentes das teorias estritamente racionalistas que, com grande efeito, proclamam a neutralidade de gênero, restringem o domínio da moral à razão e ao masculino.

A descoberta de Gilligan confirma a tese de que as dimensões de cuidado e de justiça caracterizam todas as formas de relação humana, tanto da vida privada quanto da pública, pois tanto homens quanto mulheres utilizaram as duas dimensões de orientação moral e gênero diante dos conflitos apresentados; porém, as mulheres tendem a focalizar mais o cuidado e os homens a justiça. Para ela, as mulheres norteiam-se por um princípio moral distinto que leva a priorizar o outro em suas ações morais, indo além do princípio de justiça.

Erikson (1950) argumenta e usa o termo geratividade como a preocupação em estabelecer e orientar a próxima geração toma a produtividade e a criatividade do parentesco em sua compreensão literal ou simbólica como metáfora para uma idade adulta centrada nos relacionamentos e dedicada à atividade de cuidar. Assim sendo, para ele, o cuidado é essencial e próprio do adulto para com seus descendentes e atribui o termo geratividade ao estágio central do *desenvolvimento adulto*, abrangendo “o relacionamento do homem com sua produção bem como sua progênie” (*apud* GILLIGAN, 1990, p.165). Erikson (1964) afirma que o conhecimento obtido através da intimidade vivida pela pessoa muda a moralidade ideológica do adolescente para uma ética adulta do cuidar (*apud* GILLIGAN, 1990, p.1976).

Gilligan cita os estudos de Vailant (1977), o qual aponta os limites de adaptação dos homens, os “modelos de vida saudável”. “São homens que parecem distantes de seus relacionamentos, achando difícil descrever suas mulheres, cuja importância em suas vidas eles, no entanto, reconhecem” (*apud* GILLIGAN, 1990, p.166). Levinson (1978) conclui que

Um homem pode ter uma ampla rede social na qual tenha relacionamentos amigáveis, amistosos, com muitos homens e talvez umas poucas mulheres. Em geral, a maioria dos homens não tem um amigo íntimo masculino do tipo que gostosamente lembram da meninice ou juventude. Muitos homens tiveram relacionamentos casuais e passageiros com mulheres e talvez uns poucos relacionamentos amorosos sexuais complexos, mas a maioria dos homens não teve uma amizade não sexual íntima com uma mulher. Precisamos compreender por que a amizade é tão rara, e que consequências essa carência tem para a vida adulta (*apud* GILLIGAN, 1990, p.166).

Há a observação de que, entre aqueles homens cujas vidas serviram de modelo para o desenvolvimento adulto, a capacidade para relacionamentos é em certo sentido diminuído e os homens são frequentemente formulados na linguagem da realização, caracterizados por seu êxito ou fracasso, e empobrecidos na sua gama afetiva: as vozes masculinas e femininas falam tipicamente da importância de diferentes verdades: a primeira, do papel de separação enquanto define e fortalece o eu, a última, do processo em curso de ligação que cria e mantém a comunidade humana.

Considerando que esse diálogo contém a dialética que cria a tensão do desenvolvimento humano, o silêncio das mulheres na narrativa deste desenvolvimento distorce a concepção dos seus estágios e de sua sequência. Recuperando a fala das mulheres no que se refere ao seu desenvolvimento, afirmam suas concepções do eu e da moralidade nos primeiros anos como adultas. Focalizando, sobretudo, as diferenças entre as concepções de homens e mulheres, o objetivo de Gilligan foi o de ampliar o entendimento desenvolvimental ao incluir as perspectivas de ambos os sexos. Embora os julgamentos considerados provenham de uma pequena amostragem, eles esclarecem o contraste e permitem identificar não apenas o que está faltando no desenvolvimento das mulheres, mas também o que existe. As imagens contrastantes de desamparo e poder em seu vínculo explícito com a ligação e separação captaram o dilema do desenvolvimento das mulheres, o conflito entre integridade e cuidado.

A fusão de identidade e intimidade, observada repentinamente no desenvolvimento das mulheres, está expressa nas autodescrições. O padrão de julgamento moral que nutre sua avaliação do eu é um padrão de relacionamento, uma ética da amamentadora, da responsabilidade e do cuidado. As mulheres bem-sucedidas e realizadas não mencionam sua distinção acadêmica e profissional no contexto de descrever-se. Quando mencionam, consideram suas atividades profissionais como prejudicando seu próprio senso de si mesmas e o conflito com que se deparam entre realização e cuidado as deixa, ou divididas no julgamento, ou sentindo-se traídas.

Em todas as descrições das mulheres analisadas por Gilligan, a identidade é definida num contexto de relacionamento e julgada por um padrão de relacionamento e cuidado. Já para os homens, o tom da identidade é diferente, mais claro, mais direto, mais distinto e agudo. Mesmo quando depreciando o próprio conceito, eles irradiam a confiança de certa verdade. Embora o mundo do eu que os homens descrevem, às vezes inclua “pessoas” e “ligações profundas”,

nenhuma pessoa ou relacionamento em particular são mencionados, nem a atividade do relacionamento é retratada no contexto da autodescrição. Em lugar dos verbos de ligação das mulheres, encontram-se adjetivos de separação: “inteligente”, “lógico”, “imaginativo”, “honesto” e, às vezes, até mesmo “arrogante” e “pretensioso”. Assim, o eu masculino é definido por separação, embora os homens falem em ter “contatos reais” e “emoções profundas” ou coisas desejáveis para eles (GILLIGAN, 1990, p.173).

As descrições do eu dos homens e o envolvimento com outros se acham ligados a uma qualificação de identidade mais do que à sua realização. Em vez de ligação, a realização individual acende a imaginação masculina, e as grandes ideias ou uma atividade marcante define o padrão de autoavaliação e do êxito. Poder e separação garantem ao homem uma identidade conseguida através do trabalho, mas o deixa a certa distância dos outros, que parecem em certo sentido fora de sua vista.

Para Gilligan,

A intimidade torna-se a experiência decisiva que traz o eu em conexão com os outros, possibilitando ver ambos os lados, descobrir os efeitos das ações sobre os outros bem como seu ônus para o eu. A experiência do relacionamento acaba com o isolamento, que de outro modo cai em diferença, uma falta de ativa preocupação com os outros, embora talvez uma disposição a respeitar seus direitos. Essa intimidade que é a experiência transformadora para os homens, pois é por ela que a identidade adolescente converte-se em geratividade do amor e trabalho adultos (GILLIGAN, 1990, p.175).

O conhecimento obtido através da intimidade transforma a moralidade ideológica do adolescente em uma ética adulta do cuidar. Em contrapartida, para as mulheres que definem sua identidade através de relacionamentos de intimidade e cuidado, os problemas morais enfrentados pertencem a questões de uma espécie diferente.

Quando os relacionamentos são garantidos pela dissimulação do desejo e o conflito é evitado por ambiguidade, então a confusão surge sobre o lugar da responsabilidade e da verdade. Assim, na passagem da adolescência para a idade adulta, o dilema em si é o mesmo para ambos os sexos, um conflito entre integridade e cuidado. Mas visto de diferentes perspectivas, da percepção de verdades opostas. Essas diferentes perspectivas são refletidas em duas diferentes ideologias morais, visto que a separação é justificada por uma ética dos direitos, enquanto a ligação é apoiada por uma ética do cuidado (GILLIGAN, 1990, p.176).

A moralidade dos direitos tem como fundamento a igualdade e centra-se no entendimento da equanimidade, ao passo que a ética da responsabilidade apoia-se no conceito de equidade, no



reconhecimento de diferenças nas necessidades. Enquanto a ética do direito é uma manifestação de respeito igual, equilibrando as reivindicações do outro e do eu, a ética da responsabilidade repousa num entendimento que enseja compaixão e cuidado. Desse modo, o contraponto de identidade e intimidade que assinala o tempo entre a infância e a idade adulta é expresso através de duas diferentes moralidades cuja complementaridade é a descoberta da maturidade.

Na comparação que Gilligan (1990) fez em suas pesquisas entre ambos os sexos, ela verificou que a obrigação absoluta de não causar danos a outros era uma orientação inadequada para solucionar os dilemas concretos que a mulher enfrentava. Percebe que em muitos casos não há como não causar dano. O que deve ser assegurado é a responsabilidade da escolha, porém com o direito de ser inclusa entre as pessoas a quem ela considera moral não prejudicar, sabendo-se que neste dado momento, a sua moralidade é mais abrangente, considerando a obrigação de ser fiel a si mesma. “O que ela de fato reconhece é que tanto a integridade como o cuidado devem ser incluídos numa moralidade que abranja os dilemas do amor e do trabalho que surgem na vida adulta” (GILLIGAN, 1990, p.177).

No início da idade adulta, como pontua Gilligan, há uma passagem para a tolerância que acompanha o abandono dos absolutos, como fazendo parte do curso de desenvolvimento intelectual e ético. Segundo Gilligan e Murphy (1980), esta mudança no entendimento moral ocorre em ambos os sexos. No desenvolvimento das mulheres, o absoluto do cuidado, definido inicialmente como não prejudicar os outros, complica-se pelo reconhecimento da necessidade da integridade pessoal. Esse reconhecimento enseja a reivindicação de igualdade encarnada no conceito de direito, que modifica o entendimento dos relacionamentos e transforma a definição do cuidado. Para os homens, os absolutos da verdade e da equanimidade, definidos pelos conceitos de igualdade e reciprocidade, são postos em questão pelas experiências que demonstram a existência de diferenças entre o outro e o eu. Em seguida, a consciência de múltiplas verdades leva a uma relativização da igualdade no sentido da equidade e enseja uma ética da generosidade e do cuidado. “Para ambos os sexos, a existência de dois contextos para a decisão moral torna o julgamento, por definição, contextualmente relativo e leva a uma nova compreensão de responsabilidade e escolha” (*apud* GILLIGAN, 1990, p.178).

Assim, nas questões de como solucionar os dilemas de escolha que surgem na vida, com o reconhecimento da responsabilidade que essas escolhas acarretam, seu julgamento se torna

mais afinado com as consequências psicológicas e sociais da ação, com a realidade das vidas das pessoas num mundo histórico. Partindo de pontos muito diferentes, de ideologias muito diferentes de justiça e de cuidado, homens e mulheres no estudo chegam, à medida que se tornam adultos, a um entendimento maior de ambos os pontos de vista e a uma maior convergência em seu julgamento. Reconhecendo os contextos duais de justiça e de cuidado, compreende que o julgamento depende do modo como o problema é formulado.

Considera Gilligan que a própria concepção do desenvolvimento depende do contexto no qual é formulada. Quando as mulheres constroem o domínio adulto, surge o mundo dos relacionamentos que se tornam o foco da atenção e do interesse. McClelland (1975) afirma que, “as mulheres são mais preocupadas que os homens com ambos os lados de um relacionamento interdependente”. Para ele, essa ênfase na interdependência é manifesta nas fantasias que igualam o poder com o dar-se e cuidar. Concluiu que enquanto os homens representam atividades poderosas como afirmação e agressão, as mulheres, ao contrário, retratam atos de criação como atos de força. A pesquisa de McClelland se refere ao poder tratando especificamente das características da maturidade. Ele sugere que mulheres e homens maduros podem relacionar-se com o mundo num estilo diferente (*apud* Gilligan, 1990, p.180).

Miller (1976) afirma que as mulheres diferem em sua orientação quanto ao poder. Ressalta os relacionamentos de dominância e subordinação e verifica que a situação das mulheres nestes relacionamentos oferece “uma chave decisiva para a compreensão da ordem psicológica” (p.1). Observa essa ordem em todos os relacionamentos de diferença (homem e mulher, pais e filhos). Dado que esses relacionamentos de diferença encerram, na maioria dos casos, um fator de desigualdade, assume uma dimensão moral pertinente ao modo como o poder é utilizado. As mulheres, normalmente, para não gerar conflitos, segundo esse estudo, são subservientes nos relacionamentos de *status* e poder.

A psicologia das mulheres, analisando essa combinação de duas posições de relacionamentos, de desigualdade temporária e permanente, reflete ambos os lados dos relacionamentos de interdependência e a gama de possibilidades morais que esses relacionamentos geram. As mulheres, portanto, acham-se idealmente situadas para observar o potencial da conexão humana tanto para cuidado como para opressão.

Carol Stack (1975) e Lilian Rubin (1976) descrevem na mesma perspectiva a organização da

família negra na pobreza. Ambas descrevem uma vida adulta de relacionamentos que sustentam as funções familiares de proteção e cuidado, mas também um sistema social de relacionamentos que mantém a dependência econômica e a subordinação social. “Desse modo, elas indicam como a classe, raça e etnicidade são utilizadas para justificar e racionalizar a permanência da desigualdade de um sistema econômico que beneficia alguns à custa de outros” (*apud* GILLIGAN, 1990.181).

Miller (1976) apela para “uma nova psicologia das mulheres”, que reconheça o diferente ponto de partida do seu desenvolvimento o fato de que,

as mulheres permanecem, constroem e se desenvolvem num contexto de ligação e associação com outros, [...] o senso do eu das mulheres torna-se muito mais organizado em torno de serem capazes de fazer, e depois de manter, associações e relacionamentos, [...] finalmente, para muitas mulheres, a ameaça de rompimento de uma associação é percebida não precisamente como uma perda de um relacionamento, mas como algo mais próximo de uma total perda do eu (*apud* GILLIGAN, 1990, p.181).

Atualmente, este tipo de enfoque, como afirma Miller, “contém as possibilidades para um enfoque inteiramente diferente e mais avançado do viver e agir”. É por isso que ele reconhece para uma psicologia da idade adulta, que o desenvolvimento não destitui o valor de ligações em curso e a permanente importância do cuidado nos relacionamentos (*apud* GILLIGAN, 1990).

Consideramos que, no retrato que fazem dos relacionamentos, substituem o prisma dos homens quanto à separação por uma representação da interdependência do eu e do outro, ambas no amor e no trabalho. Mudando as lentes da observação desenvolvimental da realização individual para os relacionamentos do cuidado, as mulheres retratam a ligação existente como o caminho que leva à maturidade. Assim, os parâmetros do desenvolvimento transitam para assinalar o progresso do relacionamento associativo. Esta interpretação tem sido sobremaneira convincente desde que as descrições da vida, provenientes, sobretudo de estudos dos homens, têm gerado uma perspectiva na qual as mulheres, na medida em que diferem, parecem deficientes no seu desenvolvimento.

Os estudos de Gilligan revelam a limitação da teoria que avalia o desenvolvimento das mulheres tendo por gabarito o padrão masculino e ignora a possibilidade de uma verdade diferente. Sob esse prisma, a observação de que a inserção das mulheres no relacionamento, sua orientação para a interdependência, sua subordinação da realização ao cuidado e seus conflitos sobre o

êxito competitivo deixam-nas pessoalmente em risco na meia idade, mais parece um comentário sobre a sociedade do que um problema do desenvolvimento das mulheres.

Em vista da evidência de que as mulheres percebem e formulam a realidade social diferentemente dos homens, e que essas diferenças centram-se em torno de experiências de ligação e separação, as transições da vida que invariavelmente envolve essas experiências deverão envolver as mulheres de um modo distintivo. E devido ao senso de integridade das mulheres parecer interligado com uma ética do cuidado, de modo que se veem como mulheres e se veem num relacionamento de conexão, as principais transições em sua vida pareciam envolver mudanças no entendimento e atividades de cuidado. Certamente, a passagem da infância para a idade adulta assiste a uma redefinição significativa do cuidado. Quando a distinção entre ajudar e agradar isenta a atividade de tomar cuidado, o desejo de aprovação por outros, a ética da responsabilidade pode tornar-se uma âncora escolhida por vontade própria da integridade pessoal e da força (GILLIGAN, 1990, p.183).

O estudo com as mulheres aponta que há mais de um caminho para a satisfação, e que os limites entre o eu e o outro são menos claros do que às vezes parecem. Gilligan aponta que as mulheres chegam à meia idade não apenas com uma história psicológica diferente da dos homens, enfrentando uma realidade social diferente, com diferentes possibilidades de amor e trabalho, mas fazem também um sentido diferente da experiência, baseado em seus conhecimentos dos relacionamentos humanos. Visto que a realidade da conexão é vivenciada pelas mulheres como dada, mais do que livremente negociada, elas chegam a uma compreensão da vida que reflete os limites da autonomia e do controle. Em consequência, o desenvolvimento das mulheres delinea o caminho não só para uma vida menos violenta como também para uma maturidade concretizada através da interdependência e do cuidar.

Gilligan assim se expressa:

Meu trabalho neste sentido indica que a inclusão de experiências das mulheres traz a compreensão desenvolvimental, uma nova perspectiva sobre os relacionamentos que muda os constructos básicos de interpretação. O conceito de identidade amplia-se para incluir a experiência da interconexão, o domínio moral é igualmente ampliado pela inclusão da responsabilidade e do cuidado nos relacionamentos. Minha pesquisa sugere que os homens e mulheres podem falar linguagens diferentes que presumem ser a mesma, utilizando palavras semelhantes para codificar experiências díspares do eu e dos relacionamentos sociais. Como essas linguagens partilham de um vocabulário moral superposto, estão propensas a uma criação defeituosa sistemática, criando falsificações que

impedem a comunicação e limitam o potencial de cooperação e cuidado nos relacionamentos. Ao mesmo tempo, porém, essas linguagens articulam-se uma com a outra de maneiras decisivas. Assim como a linguagem das responsabilidades fornece imagens como as de uma teia dos relacionamentos, para substituir o ordenamento hierárquico que se dissolve com o advento da igualdade, também a linguagem do direito sublinha a importância de incluir na rede do cuidado não apenas o outro, mas também o eu (GILLIGAN, 1990, p.185).

Na voz diferente das mulheres jaz a verdade de uma ética do cuidado, o vínculo entre relacionamento e responsabilidade e as origens da agressão na falta de conexão. A falha em ver a diferente realidade da vida das mulheres e em ouvir as diferenças em suas vozes decorre em parte do pressuposto de que existe um modo apenas de experiência e interpretações sociais.

Compreender de forma clara e sistemática como a tensão entre responsabilidades e direitos mantém a dialética do desenvolvimento humano é ver a integridade de dois modos díspares de experiência que estão afinal interligados. Enquanto uma ética da justiça provém de uma premissa de igualdade, onde todos devem ser tratados da mesma maneira, na ética do cuidado a premissa é a da não violência, onde ninguém deve ser prejudicado.

O amadurecimento e o diálogo entre equidade e cuidado não apenas oferecem uma compreensão melhor das relações entre os sexos como ensejam uma compreensão mais abrangente do trabalho adulto e das relações familiares. Esta talvez seja a oportunidade para que as atividades domésticas saiam da responsabilidade exclusiva feminina e possam ser partilhadas por todos os membros que ali vivem e usufruem deste espaço.

Assim como Freud e Piaget chamam nossa atenção para as diferenças nos sentimentos e pensamentos das crianças, capacitando-nos a responder às crianças com maior cuidado e respeito, do mesmo modo o reconhecimento das diferenças nas experiências das mulheres amplia nossa visão de maturidade e aponta para a natureza contextual das verdades desenvolvimentais. Mediante essa ampliação da perspectiva, podemos começar a vislumbrar como um consórcio entre o desenvolvimento adulto tal como atualmente entendido e o desenvolvimento das mulheres tal como começa a ser visto poderia levar a um entendimento modificado do desenvolvimento humano e a uma visão mais criativa da vida humana (GILLIGAN, 1990, p.186).

As mulheres e as meninas tendem a considerar-se como estando ligadas aos outros e temem o isolamento ou o abandono; ao contrário dos homens, que têm o sentimento de viverem como que separados dos outros e temem os laços afetivos e a intimidade. Essa concepção de um eu relacional que seria próprio das mulheres faz com que elas tenham preocupações morais diferentes, levando-as, entre outras coisas, a interpretar os dilemas morais como conflitos de

responsabilidade e não de direitos, a resolver esses dilemas de modo a restaurar e a reforçar as relações com outrem, a praticar uma solicitude positiva em vez de uma intervenção não respeitosa, e a dar prioridade aos valores pessoais de solicitude, confiança, atenção e amor por seres particulares e não aos princípios impessoais de igualdade, respeito, direitos e justiça. Segundo a autora, as mulheres rejeitam a ética da justiça em favor da ética do cuidado.

Para Gilligan (1990), se as teorias veem nas mulheres um problema de desenvolvimento moral, este problema não está nas mulheres, mas nas teorias. Porém, ao destacar a diferença entre a ética feminina e a masculina sem propor um modelo teórico que abarcasse as dimensões da moralidade por ela ressaltadas, propiciou a defesa de uma natureza feminina, reeditando de certo modo o essencialismo genérico, ainda que não fosse o seu propósito.

Visto por esse ponto, seu objetivo foi o de ampliar a compreensão do desenvolvimento humano, mostrando na prática os “furos” ou o que estava sendo desconsiderado no enfoque do cuidado. Os dados de sua pesquisa, se não produziram uma nova teoria, serviram de base, potencializando uma perspectiva de vida bem mais abrangente para ambos os sexos.

Na perspectiva de Gilligan (1990), ao fazer a interpretação correta da ética do cuidado, até então observada mais como característica feminina: “Quando a preocupação com o cuidado amplia-se de uma obrigação de não prejudicar outros para um ideal de responsabilidade nos relacionamentos sociais, as mulheres começam a ver seu entendimento dos relacionamentos como uma fonte de força moral” (GILLIGAN, 1990, p.160).

A concepção de que tanto Kohlberg como Gilligan apresentam aspectos relevantes e complementares pode ser ilustrada com os argumentos de Benhabib (1992):

Habermas e Kohlberg confundem o ponto de vista de uma ética universalista com uma definição restrita de âmbito moral, centrado na justiça. As relações humanas de dependência e cuidado são básicas na aquisição das competências éticas dos indivíduos autônomos. Nem a justiça, nem o cuidado possuem primazia alguma<sup>6</sup> (BENHABIB, 1992, p.37).

Mais tarde, Habermas (1992) propõe a incorporação da dimensão da valoração na definição dos problemas de ordem moral. Ele reconhece as relações intersubjetivas que, para Gilligan, são o cuidado recíproco com o reconhecimento da dependência e vulnerabilidade. Chama a atenção para a importância do engajamento do ser humano no processo de socialização como

<sup>6</sup> O texto em destaque foi retirado do artigo escrito por Sheila Benhabib na revista espanhola *Isegoria*.

condição para a individuação/processo de formação da pessoa humana, e é este processo que ele reconhece como parte da moralidade. Assim,

a moralidade atuaria em dois planos: na postulação do respeito à igualdade de direitos entre todos os indivíduos e/ou, na modernidade, no respeito à liberdade subjetiva da individualidade inabalável, vinculada ao princípio da justiça; e na proteção de rede de relações intersubjetivas de reconhecimento mútuo através das quais os indivíduos sobrevivem como membros de uma comunidade, onde compartilham o mesmo mundo e os mesmos valores, os quais estariam vinculados ao princípio da solidariedade (*apud* BENHABIB, 1992, p.50).

Admitiu a necessidade de haver uma reestruturação do pensamento moral e, para isso, a chave seria o equilíbrio dos dois pontos de vista para a compreensão do desenvolvimento moral. Esta afirmação endossa as afirmações de Gilligan e deixa claro que “em termos ontogenéticos, nem a justiça, nem o cuidado possuem primazia alguma, pois ambas as dimensões são essenciais para que as crianças recém-nascidas, frágeis e dependentes, se desenvolvam como uma pessoa autônoma e adulta” (BENHABIB, 1992, p.37).

Importante ressaltar que as pesquisas de Gilligan (1990) no universo feminino não fazem referência às mulheres em privação de liberdade. Assim, a oportunidade de dar voz e vez a elas permite verificar suas concepções sobre a ética do cuidado e a ética da justiça.

### 3.1.3 Bioecologia do Desenvolvimento Humano e seus pressupostos teóricos

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano foi escolhida para explicitar o sistema penitenciário, dada sua complexidade e as transições ecológicas que compõem os diferentes contextos de convívio das mulheres estudantes que representam os sujeitos desta pesquisa. Sua teoria tem sido referência no campo de desenvolvimento humano, permite a análise profunda das inter-relações e a verificação da validade ecológica de determinados comportamentos.

Segundo Bronfenbrenner (1996), o afeto e as relações interpessoais são essenciais para o desenvolvimento humano. Ao estabelecer relações e criar vínculos o sujeito favorece seu desenvolvimento.

A bioecologia defende os argumentos de que o ser humano se desenvolve de forma interativa com o ambiente e os elementos que o rodeia, assim sendo, ele é um elemento ativo, com

capacidade de intervir no seu meio, alterar as suas circunstâncias, bem como ser influenciado por ele. O sistema bioecológico envolve espaços ecológicos diferenciados, inter-relacionados, constituindo um sistema integrado, representado pelo conjunto das bonecas russas. Portanto, a bioecologia é por si só um sistema de inclusão.

A capacidade de um ambiente, tal como o lar, a escola ou o local de trabalho, de funcionar efetivamente como um contexto para o desenvolvimento é vista como dependendo da existência e natureza das interconexões sociais entre os ambientes, incluindo a participação conjunta, a comunicação e a existência de informações em cada ambiente a respeito do outro (BROFENBRENNER, 1996 p. 7).

O Sistema Prisional representa um contexto, que está centrado no procedimento de reclusão social, possibilita à sociedade a representação da instituição com tendência ao fechamento. A cadeia, segundo Goffman, “é uma instituição criada para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato” (GOFFMAN, 2008. p 16).

Em seu aspecto sistêmico de educação integral do ser humano, a institucionalização traz consigo a mudança de identidade do sujeito. No momento que adquire nova identidade, o novo papel que assume é reforçado pelas regras de submissão. Há a tendência de homogeneização dos sujeitos, as identidades que tinham lá fora perdem a força e novas identidades são assumidas.

Bronfenbrenner (2011) dá anuência e reforça as afirmações e contribuições e nos instiga a levar em conta as inter-relações, as pessoas, os contextos, os espaços e o tempo de aprender de cada um para o efetivo desenvolvimento humano destes sujeitos.

Para Bronfenbrenner (2011) os mundos dos seres humanos não eram apenas aqueles nos quais ele mesmo havia vivido o olhar em torno de si com esperança e confiança em mundos melhores. Tinha a convicção de que o mundo é imenso e cheio de oportunidades e de que os seres humanos poderiam estar nele para melhorar as suas próprias vidas e as dos que estavam com eles naquela jornada.

Ao longo do ciclo da vida, o desenvolvimento humano toma lugar mediante processos de interação recíproca, progressivamente, mais complexos de um organismo humano ativo, biopsicologicamente em evolução, com as pessoas, os objetos e os símbolos presentes no seu ambiente imediato. Para ser efetiva, a interação deve ocorrer em uma base regular, em períodos estendidos de tempo.



Essas formas duradouras de interação no ambiente imediato são denominadas como processo proximal (BRONFENBRENNER, 2011, p.29).

Um microssistema é compreendido como o ambiente direto ou imediato em que o sujeito está inserido num determinado período de sua vida. Assim podemos então explicitar que o complexo que envolve as relações entre a pessoa e o ambiente que a cerca, neste caso o cárcere.

O microssistema das estudantes privadas de liberdade gira em torno de sua cela, das pessoas que estão no mesmo espaço e dividem a cela com ela, mas também a escola e os espaços de trabalho. Estes microssistemas impõem um comportamento padronizado, inibem sua liberdade de expressão e sua intimidade, as relações com as outras presas são complexas, bem como com as agentes penitenciárias.

[...] é importante que sejam levados em conta o indivíduo e o grupo como unidades orgânicas em desenvolvimento. Uma análise fragmentada dos aspectos isolados do desenvolvimento, fixada no tempo e no espaço, é insuficiente e pode induzir a erros, pois os elementos do status e da estrutura social são interdependentes, sendo organizados em padrões complexos e sujeitos a variações aleatórias e controladas (BRONFENBRENNER, 2011 p. 57).

Podemos então perceber que a bioecologia do desenvolvimento das mulheres privadas de liberdade é imediatamente viciada e viciante, pois nas inter-relações do cárcere o processo de estadia é afetado pelas relações e ambientes e também pelos diversos ambientes, os contextos próximos e os mais amplos, os efeitos de prisionização, caracterizando a complexidade dos sistemas bioecológicos.

Assim, ao referirmos ao mesossistema, referimo-nos às inter-relações entre os microssistemas nos quais as encarceradas participam enquanto presas e destacamos a importância de, nas pesquisas, levarmos em conta como esses ambientes ecológicos dialogam entre si. E saber das participantes suas concepções de cuidado e de justiça envolve investigar esta temática também no âmbito das transições ecológicas. Toda vez que uma pessoa muda de posição dentro das estruturas já definidas anteriormente, ocorre uma transição ecológica no meio e espaço ecológico das relações existentes. Bronfenbrenner incorporou às suas concepções de desenvolvimento humano os níveis estrutural e funcional de cada indivíduo, que são os aspectos biológicos, psicológicos e comportamentais.

Bronfenbrenner (2011) estruturou o modelo processo-pessoa-contexto-tempo (PPCT) os quais formam a Teoria Bioecológica. Assim, estes componentes estão interligados

a) o *processo* de desenvolvimento, envolvendo a fusão e a dinâmica de relação entre indivíduo e o contexto; b) a *pessoa*, com seu repertório individual de características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais; c) o *contexto* de desenvolvimento humano, definido como níveis ou sistemas entrelaçados da ecologia do desenvolvimento humano e d) o *tempo*, conceituado como envolvendo as dimensões múltiplas da temporalidade, constituindo o cronossistema que modera as mudanças ao longo do ciclo da vida. (BRONFENBRENNER, 2011, p.24 e 25).

Para esta pesquisa, os elementos que compõem a bioecologia do desenvolvimento humano qualificam os núcleos de significação que serão utilizados para a análise dos dados.

## 4 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

### 4.1 Tratamento e análise dos dados

Os dados foram colhidos e transcritos no decorrer do processo de coleta dos mesmos. Para Minayo et al.(1999, p.68), “[...] a análise dos dados tem por finalidade compreendê-los, responder às questões formuladas e ampliar o conhecimento acerca da temática que envolve o estudo”. Nesse sentido, “[...] a análise qualitativa é um procedimento discursivo e significante de reformulação, de explicação ou de teorização de um testemunho, de uma experiência ou de um fenômeno” (MATHEUS; FUSTINONI, 2006, p.141). Nas pesquisas qualitativas, durante a análise dos dados, é obrigatória a utilização de um olhar multifacetado sobre a totalidade dos resultados, consideradas as observações e as entrevistas que compõem o corpus textual (CAMPOS; TURATO, 2009).

A pesquisadora fez a transcrição dos dados do questionário, da narrativa (carta) e do grupo focal, bem como realizou sua análise utilizando categorias selecionadas a priori e outras que surgiram no processo investigativo. Assim, a **Técnica Núcleos de Significação**<sup>1</sup> como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos (AGUIAR; OZELLA, 2006) serviu de base para estabelecer as categorias.

O processo de tratamento e análise dos dados coletados iniciou com leituras “flutuantes” do material gravado e transcrito, o *corpus*, que permitiu destacar e organizar os pré-indicadores na construção de núcleos futuros. Os pré-indicadores focalizaram-se nos objetivos da investigação.

Partimos dela sem a intenção de fazer mera análise das construções narrativas, mas com a intenção de fazer uma análise do sujeito. Assim, temos que partir das palavras inseridas no contexto que lhes atribuem significado, entendendo aqui como contexto desde a narrativa do sujeito até as condições históricas sociais que o constituem (AGUIAR; OZELLA, 2006, p.229).

<sup>1</sup> A técnica de análise dos resultados pelos Núcleos de Significação permite ir aglutinando os dados em grupos pela sua similaridade, de acordo com o que vai emergindo.

Na sequência, uma nova leitura propiciou o processo de aglutinação como indicadores dos conteúdos temáticos e os possíveis núcleos de significação. As categorias pré-estabelecidas de alguns indicadores foram estabelecidas de acordo aos objetivos da pesquisa: cuidado, justiça, bem como outros indicadores relacionados aos primeiros.

A interpretação esteve articulada com o contexto histórico (contexto social, político, econômico) que permitiu o acesso à compreensão do sujeito na sua complexidade. Avaliar o modo de agir, sentir e pensar das estudantes, na sua dinamicidade emocional, é que mobilizou os processos de construção do sentido e as atividades do sujeito.

As mulheres em privação de liberdade sentiram-se importantes e valorizadas vendo na pesquisa a oportunidade de se expressarem e colaborarem para a melhoria da situação nas penitenciárias, como um canal para aprendizagem para outras pessoas da sociedade. Reconhecem na escolarização/educação formal uma oportunidade de retomarem a vida e se (re) inserirem na sociedade, muito embora pela herança cultural, não valorizem ou compreendam o valor da escola em suas vidas.

Cabe lembrar que essa evidência pode representar a grande carência e abandono de serviços e atendimento a essas mulheres. A necessidade de serem ouvidas, de poder expressar-se, relacionarem-se, socializarem-se e, através destas atividades, refletirem e refazerem-se enquanto cidadãs.

Pela narrativa espontânea, as experiências pessoais significativas foram colocadas sem receios e acanhamentos, pois ao mesmo tempo em que facilita a expressão, a possibilidade do caráter anônimo das informações prestadas trouxeram a perspectiva da dimensão existencial do viver humano e os significados vivenciados pelas estudantes em relação ao seu estar-no-mundo. Abordar a experiência como uma dimensão existencial do vivido, expressa uma nova forma de comunicação e informação, sem tolhimentos, espontaneamente.

Utilizamos ainda como técnica de coleta de dados o grupo focal por sua geração de ideias e opiniões espontâneas, a partir da participação de todas, sem coação. O grupo focal foi composto pelas dez participantes, as mesmas estudantes que participaram da entrevista e da narrativa espontânea.

Iniciamos a análise, como orienta Aguiar e Ozella (2006), por “um processo intranúcleo, avançando para uma articulação internúcleos”. Esse procedimento apresentou as semelhanças

Tabela 3 – Conteúdos qualitativos determinantes dos indicadores e núcleos de significação.

<b>Pré-indicadores</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Núcleos de significação</b>
<p>Relatos de vivências da infância; cuidados recebidos dos pais; abandono, muito tempo sozinha; trabalhar para ajudar no sustento da família; rebeldia de adolescente; pobreza; falta de possibilidade; gravidez na adolescência; violência infantil, estupro; ausência dos pais.</p> <p>Falta de comprometimento dos homens/pais em cuidar dos filhos/as; avós apoio e cuidado; dificuldades pelo uso da droga.</p> <p>Falta de respeito; abandono pela sociedade e família; impossibilidade de contato com filhos e familiares; falta de privacidade; alimentação ruim; banho frio; demora para liberação; falta de atendimento psicológico, psiquiátrico, odontológico, jurídico; falta de cursos profissionalizantes.</p> <p>Estupro por irmão, tio, cunhado, padrasto; espancamento, violência; prostituição; responsabilidade do cuidado com os filhos; sobrecarga para prover sozinha a manutenção e educação dos/as filhos/as.</p> <p>Falta da família, falta dos filhos, abandono pelo marido; falta de comida decente; falta de privacidade; falta de liberdade.</p> <p>Putá; discriminação pela prostituição; discriminação por ser presa, pobre.</p>	<p>Sentimentos e percepções acerca da infância e adolescência.</p> <p>Cuidados desenvolvidos pela família.</p> <p>Cuidados com os filhos;</p> <p>Sentimentos e emoções em relação aos cuidados no cárcere.</p> <p>Sentimentos e emoções de desvalia, sobrecarga, discriminação.</p> <p>Motivos para dar valor às pequenas coisas.</p> <p>Percepções em relação à discriminação por ser mulher;</p>	<p>Núcleo I A discriminação de gênero: o cuidado como referência de vida e afeto.</p> <p>O sofrimento como alavanca para mudança. (pessoa)</p>
<p>Justiça cega; injustiça, dois pesos e medidas: pobres e ricos; impossibilidade de recuperação; marca/estigma do cárcere.</p>	<p>Percepção do modelo de justiça no Brasil; Fatores que contribuíram para estarem presas;</p>	

Desvalorizada; abandonada pela sociedade; busca pelo prazer imediato; fuga do sofrimento e dificuldades; esquecer os problemas; dependência; falta de apoio da família; abandono; solidão; falta de amor próprio; morte; caminho do crime; roubo pra sustentar o vício; mundo escravo.	Sufrimento desencadeado pelas drogas.	Núcleo II  A justiça como forma de organização de vida; As drogas como ponto de fuga dos problemas e o caminho do crime.  (O contexto)
Dificuldade de cuidar dos filhos e trabalhar; sobrecarga de trabalho; falta de estudo; abandono da escola; falta de oportunidade e apoio;  Autoconfiança; valorização pessoal; consciência e força de vontade para mudar; não se envolver com más companhias;	Oportunidades para mudar de vida.	Núcleo III  O trabalho e a escola como alternativas de ressocialização e reinserção social. (processo)
Profissionalização; escolarização; trabalho social; conselho e orientação para coisas boas; respeito aos direitos humanos.  Desânimo, nunca se sabe quando irá sair; morosidade no julgamento.	Tomada de consciência para reinserção social.  Sentimento em relação ao cumprimento da pena.	Núcleo IV  O pagamento da pena como forma de reinserção e oportunidade de mudança. (o tempo)

e contradições mostrando o movimento do sujeito pesquisado. O processo de análise não se restringiu à fala das pesquisadas, foi articulado

[...] com o contexto social, político, econômico, em síntese, histórico, que permite acesso à compreensão do sujeito na sua totalidade. Nesse momento, temos a realização de um momento da análise mais complexo, completo e sintetizador, ou seja, quando os núcleos são integrados no seu movimento, analisados à luz do contexto do discurso em questão, à luz do contexto sociohistórico, à luz da teoria. (AGUIAR; OZELLA, 2006 p. 231).

É fundamental destacar que, para obtermos uma visão global do sujeito é importante realizar a articulação entre todos os núcleos levantados. Assim sendo, segundo os autores, a qualidade da análise da informação obtida pode ficar voltada a aspectos da história do pesquisado/a, porém, quando “articulados com dados advindos da realidade social, cultural e com os outros nú-

cleos, evidenciam-se outras determinações fundamentais, fazendo, inclusive, com que os dados adquiram outra qualidade” (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 232). Ao movimento de articulação dos núcleos entre si, “uma nova realidade surge, mais complexa, integrada, reveladora das contradições, movimento esse fundamental para a apreensão da constituição dos sentidos” (*op.cit.*) tendo em vista as condições sociais, históricas, ideológicas, condição de classe e gênero.

No processo de análise dos dados destacamos, numa primeira leitura, chamada de leitura flutuante, os pré-indicadores; numa segunda leitura demarcamos os indicadores que, em análise subsequente, apontaram as categorias e, a partir delas, os quatro núcleos de significação. O Núcleo I: A discriminação de gênero: o cuidado como referência de vida e afeto. O sofrimento como alavanca para mudança (a pessoa); o Núcleo II: A justiça como forma de organização de vida: as drogas como ponto de fuga dos problemas e o caminho do crime (O contexto); o Núcleo III: O trabalho e a escola como alternativas de ressocialização e reinserção social (o processo); Núcleo IV: O pagamento da pena como forma de reinserção e oportunidade de mudança (o tempo), os quais serão explicitados em detalhes na sequência, contemplando os dados apresentados na pesquisa.

O tabela 4 sistematiza, para cada núcleo de significação, a origem dos dados em cada um dos instrumentos de coleta utilizados. Os dados coletados serão identificados de acordo com a legenda que mostra qual dos instrumentos foi utilizado para a coleta do dado.

Nas falas das mulheres pesquisadas utilizamos uma legenda identificando de onde o dado foi coletado: **C = carta (narrativa)**, **GF = grupo focal** e **Q = questionário**. Somente os dados coletados nos questionários serão identificados pelo nome fictício escolhido pelas próprias pesquisadas, conforme consta no quadro I que apresenta os sujeitos desta pesquisa. Os dados oriundos do grupo focal e das cartas não serão identificados individualmente.

## 4.2 Núcleo I - a pessoa

### 4.2.1 A discriminação de gênero: o cuidado como referência de vida e afeto. O sofrimento como alavanca para mudança

Tabela 4 – Coleta de dados.

Núcleos identificados	Instrumento de coleta de dados	Dados coletados
Núcleo I - a pessoa	Questionário (questões 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10.) Grupo focal (tem 1, 2, 11, 12) Cartas (escrita de cuidados e descuidos que complementaram os dados) Escala <i>likert</i> (1 a 10)	Cuidados na infância, adolescência e vida adulta; Cuidados desenvolvidos pela família; Cuidados com os filhos; Sentimentos e emoções em relação aos cuidados no cárcere; Sentimentos e emoções de desvalia, sobrecarga, discriminação; Motivos para dar valor às pequenas coisas; Percepções em relação à discriminação por ser mulher; Sentimentos e percepções de si mesma.
Núcleo II - o contexto	Questionário (2, 3, 6, 7, 10, 11, 12, 13) Grupo focal (item 3, 4, 5, 6, 7) Cartas (denúncias e dados específicos de cada uma)	Percepção de justiça no cárcere (Brasil); Fatores que contribuíram para estarem presas; As drogas como fator decisivo para entrada no crime.
Núcleo III - o processo	Questionário (4, 5, 6, 14, 15) Grupo focal (item 8, 9, 10, 11, 12) Cartas (narrativas)	A justiça no cárcere. Oportunidades para mudar de vida.
Núcleo IV- o tempo	Questionário (2, 4, 5, 6, 13, 14) Grupo focal(1, 2, 7, 10, 11) Cartas o reconhecimento	Tomada de consciência para reinserção social; Sentimento em relação ao cumprimento da pena.

Neste estudo, buscamos compreender e investigar qual a representação que as mulheres em privação de liberdade têm das questões de cuidado como habilidades humanas e ao analisarmos as respostas e conceitos elaborados por elas, percebemos que sua visão de cuidado é boa, apesar das carências e dificuldades enfrentadas em suas vidas. Este núcleo tem como elemento constituinte as questões que se referem aos cuidados relacionados à pessoa em contextos da família, escola, cárcere e sociedade. Para a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), a pessoa corresponde a

Um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento em um dado ambiente onde estabelece relações face a face com características físicas, sociais e simbólicas específicas que convidam, permitam ou inibam seu engajamento, sustentando atividades progressivamente mais complexas em um contexto imediato (BRONFENBRENNER, 2011, p. 26).



O componente pessoa engloba, portanto, as características e situações relacionais que podem estimular ou inibir comportamentos e sentimentos determinantes para o desenvolvimento humano, tais como valorização ou indiferença frente as tomadas de decisão. Neste sentido, os dados coletados evidenciam relatos de vivências da infância, os cuidados recebidos dos pais, as situações de abandono vivenciadas, o tempo em que se sentiram e ficaram sozinhas, a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família, a rebeldia da adolescência, a pobreza, a falta de oportunidades, a gravidez na adolescência, a violência infantil, o estupro por irmão, tio, cunhado, padrasto, a ausência dos pais, o não comprometimento dos pais (homens) no cuidado dos/as filhos/as, os avós como ponto de apoio e cuidados, o contato com as drogas, a falta de respeito, o abandono pela sociedade e família, a impossibilidade de contato com os/as filhas/os e familiares, a falta de privacidade, a precariedade da alimentação, o banho frio, a ânsia pela liberdade, a falta de atendimento especializado, a falta de cursos profissionalizantes, situações de espancamento, de violência e prostituição, a responsabilidade e cuidado com as/os filhas/os, bem como a sobrecarga para prover sozinha a educação dos/as filhos/as, o abandono pelo marido, além da discriminação por ser presa e pobre.

Esses pré-indicadores possibilitaram e desencadearam seis indicadores que foram reunidos todos no núcleo de significação sobre os aspectos direcionados ao cuidado: 1. Sentimentos e percepções acerca da infância; 2. Cuidados desenvolvidos pela família; 3. Cuidados com os filhos; 4. Sentimentos e emoções em relação ao cárcere; 5. Sentimentos de desvalia e discriminação; 6. O valor das pequenas coisas.

#### 4.2.1.1 Sentimentos e percepções acerca da infância

Neste item, são relatados os cuidados recebidos durante a tenra idade de desenvolvimento, assim sendo, aparecem aqui suas vivências de cuidados, mas também de maus tratos, abusos e abandonos realizados por seus pais e mães e/ou pelos adultos cuidadores/as. Spitz (1991, p. 75), ao afirmar que [...] a atitude emocional da mãe, seus afetos, servirão para orientar os afetos do bebê e conferir a qualidade de vida [...], ressalta que a qualidade das relações da díade criança/adulto é que formará a base emocional das relações de toda a vida da pessoa. Portanto, as interrelações e socializações futuras dependem destas referências vividas nos primeiros anos de vida. Assim, a díade mãe-criança representa as relações de contexto onde a criança começa

a interpretar o mundo e que ganharão validade ecológica para suas relações futuras (desenvolvimento humano).

Evidenciamos, como Boff (1999), a concepção e o reconhecimento do cuidado como categoria essencial: “alimentamos a profunda convicção de que o cuidado, pelo fato de ser essencial, não pode ser suprimido nem descartado” (BOFF, 1999, p. 12). As manifestações das mulheres durante o grupo focal expressam o valor e concepção sobre o cuidado<sup>2</sup>.

*“- Quando se fala em cuidado se entende muita coisa, cuidado da saúde, cuidado uma da outra, cuidado pra fazer o que não pode, cuidado pra não ficar sem cabeça, já é um modo de cuidar”.* (GF)

*“- Bom eu acho assim, principalmente quando a gente tá nervosa, tomar uma medicação às vezes é necessário, a cabeça da gente fica pesada, as guardas as enfermeiras sempre ajudam a gente. Hoje eu precisei de um remédio e a dona Cláudia me deu, minha cabeça tava pesando, eu comecei a chorar, chorar e chorar ela veio e me deu um remédio, lá na delegacia, meu Deus, se a gente precisasse de um remédio, podia morrer, uma vez minha língua enrolou, no 3º distrito”.* (GF)

*“- Cuidar significa cuidar dos filhos, amar, dar carinho, dar atenção, dar bons sentimentos, dar boa família”.* (GF)

*“- Cuidar pra mim significa ter companheirismo, cuidar da gente, ajudar a cuidar dos outros”.* (GF)

*“- Desde pequeno a gente precisa de cuidado, então eu acho que cuidar é proteger. Às vezes a gente pode descuidar de muita coisa, o cuidar é muito importante, porque se você não cuida pode levar a perda de uma pessoa”.* (GF)

---

<sup>2</sup> As falas não são identificadas porque no grupo focal decidimos considerar as manifestações das mulheres no coletivo.

“- *Cuidar significa dar carinho pros filhos, o mundo tá muito perigoso hoje em dia.*”. (GF)

“- *Amar, respeitar, somente isso*”. (GF)

Na concepção do cuidado, aparece a família como referência de origem e destino da atenção, dada a sua importância. Assim, ser cuidado traz a concepção de ser amado. Para Costa, cuidar é um ato consciente que pode ser aprendido, sendo este um dos maiores geradores de prazer que o mundo humano conhece. Portanto, cuidar adequadamente dos outros e de si mesmo pode ser o início de uma grande transformação, tanto do ponto de vista individual como do ponto de vista social (COSTA, 2002 p. 16), ultrapassando a dimensão pontual da necessidade do outro, como expressa a fala das mulheres.

A concepção de cuidado apresentada por Gilligam (1990) mostra que o cuidado tem sido delegado, aprendido e praticado quase que exclusivamente por mulheres. A carga cultural de desvalorização de aspectos que envolvem o cuidado (emoções e sentimentos) faz com que seja delegado ao segundo plano, como explica Boff (1999, p. 19). “Menospreza-se a tradição de solidariedade. Faz-se pouco dos ideais de liberdade e de dignidade para todos os seres humanos”. A cultura da lógica de mercado e consumo valoriza números, materiais, lucro e, por isso, “a maioria dos habitantes sentem-se desenraizados culturalmente e alienados socialmente” (*op.cit.*).

Para as mulheres pesquisadas, o cuidado na infância, devido à pobreza e dificuldades financeiras, não previa ou considerava como importante o acompanhamento e orientações de um adulto, os limites e interferências na vida. Ser bem cuidada significou para duas delas “*fazer e ter tudo o que queria e dava vontade*” (GF), a defesa da mãe e do pai independentemente da atitude da filha, defesa como “*leoa*” para proteger a cria. A falta de limites, o “*mimo*”, é expresso em suas falas e são reforçadas por Costa (2002) quando enfatiza que aprendemos muito uns com os outros. A criança aprende com os adultos do seu convívio os valores fundamentais para sua existência. Assim sendo, crianças e adolescentes precisam de limites e de regras claras para pautar suas atitudes, precisam também de compreensão e de afeto, enquanto atividades molares em seus microssistemas de desenvolvimento humano.

Para Içami Tiba, “O leite é o alimento do corpo. O afeto é o alimento da alma. Criança sem

alimento fica desnutrida. Criança sem afeto entra em depressão (TIBA,1996, p.25)”. O referido autor afirma ainda que os delinquentes sociais são aquelas pessoas, crianças, adolescentes ou adultos que não tiveram limites dentro de casa, não houve nenhuma orientação ou proibição na família, sempre fizeram tudo o que quiseram e acabam por levar este comportamento para suas relações sociais fora de casa, dando-lhe validade ecológica. “Quando falha o grande controlador, que é a família representada na figura do pai, os abusos começam a acontecer. E quando um abuso é bem sucedido, ele se estende para o social, na delinquência, na compulsão pelas drogas (TIBA, 1996, p.43)”.

O papel controlador do pai reforça a representação que lhe cabe em nossa cultura social que, por sua ausência funcional, o cuidado dá lugar a vulnerabilidades. Neste sentido, uma das participantes, quando declara *“tive uma família boa, boa criação, boa educação [...] sempre fui bem rebelde [...] logo comecei com o uso de drogas”*(GF), evidencia a negação à norma social e expressa a rebeldia e o uso de drogas como naturais ou não fazendo parte dos cuidados.

Muitas das falas expressas no grupo focal reforçam o cuidado como parte do jogo das relações de gênero. A presença da mãe denota cuidado, *“infância boa”*; sua ausência e a proximidade da figura masculina, nos vários papéis sociais, marcam relações de abuso, de violências.

*“- Tive uma infância boa, mas depois dos sete anos, eu sofri assédio do meu cunhado”*.(C)

*“- Tive uma infância boa e não tive, minha mãe saía de casa sempre [...] nisso meu tio tentava abusar sexualmente de mim [...] Eu tenho um trauma muito grande porque eu sofri vários abusos sexuais. [...] E meu irmão de primeiro abusou de mim.”*(GF)

*“- Minha família foi muito humilde, a minha infância foi muito sofrida, não pude estudar na idade certa”*.(Q)

*“- Eu tive uma infância bem complicada, muito difícil, muita pobreza, meu pai trabalhava, mas era um sem vergonha, vagabundo, alcoólatra [...] ele ia aos botecos e chegava dentro de casa batendo em todo mundo [...] Primeiro minha mãe, depois meu irmão mais velho, depois eu e aí o outro irmão mais novo e todo mundo caía na pancada”*.(GF)

*“- A gente só não passou fome porque Deus não permitiu e a minha mãe sempre ensinando o caminho do bem. Eu me lembro muito bem que quando era criança, eu e meu irmão mais velho, a gente fazia jardim pro vizinho, minha mãe fazia pães pra vender. Eu aprendi fazer unha bem novinha e foi complicado. Eu também tenho alguma revolta dentro de mim. Porque na minha cabeça eu creio que se o meu pai tivesse tido um outro comportamento com minha mãe, de repente não tinha acontecido tanta coisa na minha vida. Muita coisa aconteceu na minha vida antes da hora, eu amadureci rápido demais por causa da vida”.*(GF)

Os depoimentos revelam a infância violada, a ausência de cuidados, a inexistência de um pai protetor, a figura masculina (pai, padrasto, irmão) como vitimizadora e a cultura da violência de gênero dando espaço para reforçar o trabalho infantil.

A situação de vulnerabilidade social a que foram submetidas estas mulheres em diferentes fases de suas vidas nem sempre lhes é consciente. Parece que se acostumaram com a falta de cuidados e justificam a forma como viveram com naturalidade. Apesar de todas as violações de direitos, aos seus olhos tiveram uma “*boa infância*”, negando-se a consciência que é papel dos pais e das mães, ou adultos cuidadores/as, o cuidado, o afeto, a orientação, a proteção, ensinar limites e normas de convívio social. Os papéis familiares têm sofrido nas relações bioecológicas uma atrofia significativa, principalmente na relação afetiva entre os pares (díades).

As díades/tríades pais/mães e filhos/as vão muito além da simples manifestação de amor e alimentação elas perpassam todas as necessidades da criança, abrangem tudo o que envolve o seu bem-estar físico, psíquico e emocional. Não basta aos pais/mães serem fisicamente presentes e afetuosos, é preciso que estejam cientes das tarefas de educar, impor limites, indicar o que é certo e errado, orientar para que possam seguir um caminho (DESSEN, 2005, *apud* D’ARÓZ, 2008). As histórias de cuidado das mulheres em privação de liberdade são permeadas por sofrimentos, ausências, violações, mas também de afetos, sonhos e idealizações, e nelas, as figuras materna e paterna apresentam-se como presenças e ausências carregadas de significados.

A criança é um agente em sua própria construção, mas um agente cuja ação se desenvolve em sistemas bioecológicos, em contextos de praxis sociais e históricas que incluem, tanto as submissões e potencialidades da natureza, como as ações e interações com o mundo. A cons-

trução sociocultural da infância e as mudanças históricas nessa construção tornam-se os fatores principais na constituição da infância, uma vez que o desenvolvimento humano avança para além da evolução biológica da espécie. A evolução cultural substitui os mecanismos biológicos de adaptação, e os traços da espécie, biologicamente constituídos, passam no decorrer da educação pelo desenvolvimento adicional que os leva para além do domínio biológico, para o da cultura e história humana. Desse modo, “a infância vira, com efeito, um fato cultural e histórico ou, na realidade, um artefato de feitura humana” (WARTOFSKY, 1999, p.97). Para Bronfenbrenner (2011), a infância é processo de desenvolvimento humano marcadamente construído nos microssistemas pela interação entre os quatro componentes: pessoa, contexto, processo e tempo. Nesse paradigma, as transições ecológicas permitem à pessoa em desenvolvimento vivenciar diferentes contextos, mudar comportamentos e desenvolver resiliências. É nesta perspectiva que consideramos a escola prisional enquanto microssistema que permite às mulheres estudantes refletirem sobre a ética do cuidado e da justiça em suas vidas.

A educação ou a atividade cognitiva não é simplesmente questão de consciência interna, reflexiva, mas principalmente de ações práticas, expansivas no mundo e sobre um mundo de relações entre objetos, pessoas, eventos, sistemas políticos e estruturais. Na concepção concreta e materializada dessa interação (sistemas bioecológicos) é que se constitui o ser humano e se dá o seu desenvolvimento. Está objetivamente dada nos artefatos que constituem as objetivações herdadas da ação passada, como história e cultura, e nas modalidades de ações permitidas e proibidas; são as normas e regras socioculturais que regulam ações e interações previstas. O valor social do respeito às diferenças vivido socialmente pela criança permeará as atitudes do/a adulto/a.

Estas mulheres encarceradas, sujeitos da pesquisa, mostram-se excluídas desde muito cedo da vida da sociedade, como expressam no grupo focal e nas demais formas de coleta de dados para a pesquisa; excluídas do cuidado materno e paterno, da infância em função do trabalho precoce, das relações de afeto pela violência doméstica, do prazer da vida pelo prazer da droga. As falas expressam como esta camada da população é vítima das mazelas sociais, se tornaram vítimas do capitalismo selvagem, contraditório e ambivalente que exclui uma significativa parcela da população, que não reconhece a responsabilidade dos adultos no cuidado com sua prole. Vivemos num país que possui

[...] uma economia livre de mercado que excluindo pelo trabalho remunerado massas de população e que nutre ativamente o crime, engendrando desejos e expectativas de consumidor incansável ao lado de novos níveis de pobreza da criança, de disfunção da família e de desigualdade social (GARLAND, 1999, p. 77).

Observando as notícias e estatísticas apresentadas pela mídia em geral, percebemos o quanto cresceu a vulnerabilidade e o distanciamento das bases sociais. Conforme afirma RIBEIRO (2012), atualmente é alarmante o número de crianças e adolescentes em situação de risco, que estão vivendo o abandono social. São situações desoladoras que fazem parte da dinâmica capitalista e global que vivemos. A autora chama a atenção para os fatores de risco “a situação de desfiliação, criminalidade, abuso de substâncias psicoativas, pobreza e violência” que, partem do contexto em que vivem, “podem comprometer o desenvolvimento da criança” (p.47).

Interessante notar que nos relatos a respeito de cuidado e justiça relacionados às situações de vida, desde a infância até o momento de privação de liberdade em que se encontram, fruto da cultura de submissão e culpabilização que lhes foram incutidas por serem mulheres (violência de gênero), ou por serem crianças e adolescentes (violência simbólica), as participantes, igualmente a outros grupos vulneráveis,

[...] trazem consigo uma bagagem enorme, onde provavelmente metade de suas experiências são de sofrimento, maus tratos, violação de direitos, dentre tantas outras. O que os deixam suscetíveis a novas formas de violência, a novas situações que nada contribuem para o seu pleno desenvolvimento (RIBEIRO, 2012, p.46).

Para Koller (2011), os fatores de proteção e os fatores de risco melhoram, pioram, interagindo entre si “[...] alteram a trajetória da pessoa, seja para produzir uma experiência estressora ou protetora em seus efeitos (p.105)”. Assim, percebemos que a autoestima, a sociabilidade e a autonomia, bem como as relações de afetividade e amizade do contexto dos microssistemas familiar e demais microssistemas onde a criança ou pessoa em desenvolvimento interage, funcionam como proteção ou risco para seu desenvolvimento integral, seja na sua trajetória infantil, seja ao longo de sua adolescência e idade adulta. São vivências como estas que ajudam a desenvolver resiliência, presente nas histórias de vida relatadas pelas mulheres estudantes do CMP participantes da pesquisa. Para Koller, resiliência é a “capacidade humana de superar as adversidades, resultante da interação permanente e do jogo de forças entre os fatores de risco e proteção [...] a partir do seu caráter histórico, multidimensional e processual (p.105)”.

Com base nos resultados da pesquisa, percebemos coerência entre a situação de vulnerabilidade, conflito e risco a que as mulheres estiveram submetidas e seu “desenvolvimento humano como resultado das interações das características constitucionais da pessoa e do ambiente na qual está” (KOLLER, 2011, p.106). No caso específico destas mulheres estudantes em privação de liberdade, o contexto social em que estiveram imersas em cronossistema representou fator de risco (conflito, violência e vulnerabilidade social), apresentando-as ao crime como oportunidade única ou fator ‘comum’ em seu mesossistema familiar e social.

Quanto à percepção do cuidado que receberam durante a infância, cinco delas declararam ter sido bem cuidadas; uma relatou ter passado muito tempo tendo que “se virar sozinha com sua irmã”, pois a mãe trabalhava o dia todo; três reconheceram terem tido uma infância sofrida e outra nada disse a respeito.

*“- Minha infância também não foi boa, tive muita dificuldade, logo me envolvi com drogas e minha vida virou um inferno”.(GF)*

Não podemos esquecer que é a partir do tipo de interação estabelecido entre pais/mães e filhos/as, ou entre os adultos cuidadores/criança que a criança desenvolverá sua autoestima. As expectativas e sentimentos dos pais/mães em relação aos filhos/as, o papel que exercem é muito importante no tipo de personalidade futura dos filhos/as e no êxito escolar e profissional dos mesmos. Destas mulheres privadas de liberdade, percebe-se que seus pais/mães não tiveram expectativas em relação às suas vidas, havia uma inércia em relação à aceitação ou a rebeldia em relação aos ditames da sociedade. Então, a postura dos adultos nos espaços socioeconômico e cultural menos favorecidos é de se deixar levar pelo contexto, pela cultura local de violência, prostituição, gravidez precoce, dentre outros que também se fazem presentes em outros contextos sociais.

#### 4.2.1.2 Sentimentos e emoções em relação aos cuidados no cárcere:

O Sistema Penitenciário por si só é um espaço limitador, vulnerável, excludente, insalubre, fechado que vai de encontro ao que apregoa para o desenvolvimento humano. É um sistema bioecológico que se caracteriza como espaço institucional necessário para regular e vigiar a vida



dos sujeitos que por ele passam. Normalmente privilegia seu sistema de vigilância constante, como norma de segurança e que nas observações de comportamento diários estabelece novas sanções caso novas transgressões sejam cometidas. O controle penitenciário exercido regularmente força a pessoa encarcerada a apropriar-se de uma cultura própria, rotineira e esmagadora da autoestima e da identidade social. Isso porque seu propósito primeiro é o do cumprimento da pena. Concomitantemente à pena, o trabalho, a educação e outras atividades ligadas ao lazer e ao seu desenvolvimento pessoal, segundo as normas internas de convivência social, são disponibilizados como forma de reinserção social.

Porém, em que pesem os investimentos no Brasil, atualmente suas práticas ainda conduzem para a exclusão social, a discriminação, a falta de oportunidades, o descaso, a lentidão da justiça, um conjunto de fatores que afrontam a dignidade humana das pessoas encarceradas e suas famílias.

Quanto aos cuidados recebidos no Sistema Penitenciário, os dados revelam que três das estudantes entrevistadas reconhecem que estão bem, se sentem recuperadas e com novos objetivos de vida. Porém, admitem, junto com as outras participantes, que o tratamento é ruim, desumano em muitos aspectos. Outras três participantes disseram estar usando medicamento, mas concebem isso como algo bom, como exemplo de cuidado.

*“- aqui está sendo bom pra mim. Hoje me sinto recuperada e com objetivos em minha vida”.(C)*

*“- vou fazer de tudo para merecer a liberdade”.(C)*

*“- As guardas são nossas cuidadoras, as colegas, as companheiras que estão juntas no quarto, a família, Deus”.(GF)*

*“- Uma ajuda a outra, a gente tem espírito de união, a gente é cuidada pelas funcionárias, é cuidada pra não ir embora daqui”.(GF)*

Aos cuidados levantados na instituição que aparecem na fala das mulheres, além dos cui-

dados pessoais, da solidariedade como componente relacional nas díades, o vigiar para não descumprir a norma (e nesse caso aceitando a justiça como cuidado), algumas vezes relatam situações adversas, reclamações e descuidos. Referem-se, em suas falas, à falta de respeito que sentem pela sociedade e pela família, a impossibilidade de contato e afastamento dos familiares e filhos/as, a falta de privacidade, a alimentação ruim, o banho frio, a permanência na instituição após o cumprimento da medida, a demora em liberação, a escassez e deficiência no atendimento técnico especializado (psicológico, psiquiátrico, odontológico, ginecológico, jurídico, assistência social, escolarização e profissionalização).

*“- Aqui dentro é uma falta de respeito total com a pessoa da gente”.*(GF)

*“- A comida é horrível, não dá pra comer, sem tempero, não tem uma salada, muitas vezes é azeda”.*(GF)

*“- Nosso banho está sendo gelado, não esquenta mais a caldeira faz dias. Outro dia eu peguei uma gripe forte que não sarava mais por causa disso”.*(GF)

*“- Já cumpri minha pena e ele nunca que me libera, já estou há quatro anos e nada de ir embora. Esse lugar não recupera ninguém, a gente não tem privacidade nenhuma, nem pra tomar um banho”.*(GF)

*“- Nem ligar pra família a gente consegue, já faz dois meses que ninguém liga mais daqui de dentro. Ficamos abandonadas a própria sorte, sinto falta desse apoio que a família dá pra gente”.*(GF)

*“- Aqui dentro a gente precisa rezar pra não adoecer, com essa comida a gente fica com a imunidade baixa e pega doença muito fácil”.*(GF)

*“- Eu acho que o CMP está abandonado pelo estado”.*(GF)

*“- A comida é péssima, o tratamento praticamente não existe e alguns funcionários nos tratam pior que animais”.(GF)*

Ao mesmo tempo em que reclamam de várias situações reconhecem cuidados importantes, com bons resultados dentro do cárcere:

*“- Aqui dentro a gente aprende a dar valor às coisas, apesar de o lugar ser horrível e de muito sofrimento, eu aprendi muito aqui dentro, eu amadureci e não quero mais essa vida pra mim”.(C)*

*“[...] aqui eu me livre da droga. Nossa eu nem acredito quando eu cheguei aqui eu fiquei quase louca, porque tratamento mesmo pra droga eu não tive. Via cobra, falava que era cobra do Mato Grosso que vinha ao meu encontro, chutava, gritava, falava palavrão [...]”.(GF)*

*“- Eu falo sempre que aqui tem tudo de ruim, mas uma coisa boa que me aconteceu, foi eu ter ficado aqui trancada sem poder fugir, nem usar droga. Foi difícil no começo, quase impossível, sofri muito, porque eu era dependente, hoje eu percebi que eu consigo viver sem a droga e apesar do lugar eu estou a 9 meses sem usar e me sinto bem. Voltei a estudar aqui dentro, sabia mal e mal ler e agora já estou bem adiantada nos meus estudos. Mas eu digo que encontrei boas pessoas que me ajudaram, outras presas que fiz amizade e venci por conta própria [...]”(C)*

*“- A escola aqui dentro é uma coisa muito boa que acontece na vida da gente [...]”(GF)*

As mulheres chegam à instituição fragilizadas, com referências específicas para a sua realidade de exclusão e marginalização. Diante disso a instituição que acolhe estas pessoas, deve tomar esforços infinitos para redimensionar a questão do cuidado. Os cuidados básicos e a educação devem ser os objetivos primários da instituição em face dessas carências e formas específicas de viver a vida.

A análise dos dados resultantes do questionário, onde foi utilizada a escala *Likert* para ava-

liar a autoestima e a autoconfiança das estudantes em privação de liberdade mostrou que, apesar da vulnerabilidade social a que estiveram expostas, associada à insalubridade e repressão do cárcere, das fragilidades e dificuldades sofridas, a autoestima das mesmas é positiva. Todas concordaram com a afirmativa “*Eu sinto que sou uma pessoa de valor, no mínimo, tanto quanto as outras pessoas*”.

O objetivo de reinserção social só será atingido se houver a possibilidade de mudança de postura por parte da instituição, da sociedade, das famílias e das próprias estudantes. O espaço penitenciário enquanto espaço bioecológico deverá ser capaz de propiciar e estabelecer a oportunidade para os novos sonhos de vida e romper o ciclo da violência em que as participantes da pesquisa estão inseridas.

*Pues no habrá tal proyecto si el sujeto no admite la posibilidad de relacionarse de otra manera con lo social a través de la cultura plural o, dicho en otros términos, de cercionarse de que otras búsquedas y otras alternativas son viables (PÉREZ, 2010, p.71).*

Em vários momentos da pesquisa, as estudantes mulheres afirmaram o desejo de mudança de vida, de valorização da família, da importância da educação em suas vidas, dos sonhos a compartilhar. Para isso, fica explícito o papel do Estado e da sociedade no processo de (re)inserção social da presa. Desenvolvimento de valores, vínculos afetivos e familiares, habilidade profissional e escolarização representam fatores de proteção para as transições ecológicas.

#### 4.2.1.3 Cuidadores dos/as filhos/as

Das dez mulheres pesquisadas, nove tem filhos, confirmando as pesquisas realizadas em outros espaços e épocas. Mantém-se a afirmativa que “A maioria é não-branca, tem filhos, apresenta escolaridade incipiente e conduta delitiva que se caracteriza pela menor gravidade, vinculação com o patrimônio e reduzida participação na distribuição de poder, salvo isoladas exceções” (LEMGRULER, 2003, p. 352).

Em relação ao cuidado com os/as filhos/as, as entrevistadas acreditam que estão sendo bem cuidados. Os/as filhos/as de cinco delas estão na responsabilidade das avós maternas; os de uma, estão com a avó paterna; os de outra, estão com o pai, os de duas outras estão em casa lar e sobre a outra, com 22 anos, a mãe não tem notícias.

Uma delas estava ainda muito indignada pelo fato de ter tido seu último filho no cárcere, há apenas 23 dias, e que não tivera a oportunidade de amamentar nem cuidar dele. Como a família não pode cuidar do bebê, ele foi levado para um abrigo<sup>3</sup>.

*“- Ter o direito de cuidar dos filhos. Não me deram a chance de cuidar de meu filho, talvez ele pudesse ajudar a me fazer mudar de vida”.*(C)

A situação da mulher-mãe no cárcere ainda se mantém como um tema de extrema complexidade. Os conhecimentos sobre o desenvolvimento da criança entram em conflito com o ambiente do cárcere. Se a díade mãe-filho é fundamental para o desenvolvimento humano de ambos os sujeitos, o microssistema do cárcere provoca inúmeras transições ecológicas inadequadas e para as quais a criança não está preparada. E nesse jogo de relações, as necessidades da criança apontam como prioridade absoluta.

Quando do encarceramento da mulher, encontramos um percentual expressivo de filhos sob a tutela de avós maternos, o que indica que a criação dos filhos das detentas acaba recaindo mais sobre sua família que sobre a do companheiro. As mulheres são mais abandonadas do que os homens quando vão para a prisão, poucas recebem visitas dos companheiros, ao contrário dos homens que, em sua maioria, são regularmente visitados. Um número significativo de mulheres não recebe qualquer tipo de visita. O direito à visita íntima, ao contrário do que ocorre com os presos homens, não é garantido às presas mulheres. Há mais de vinte anos, é garantido de forma plena aos presos homens, enquanto para as mulheres é tratado como mera liberalidade, não sendo garantido na maioria dos estabelecimentos prisionais femininos (BRASIL, 2008, p.36).

*“- Minha mãe tem a guarda de meus filhos e de meu sobrinho. Eu preferi dar a guarda pra ela antes que eles recolhessem e eu nunca mais visse eles. Isso seria um peso e uma revolta maior ainda dentro de mim”.*(C)

As mulheres, pela atribuição social, possuem um vínculo afetivo e de cuidado maior que os homens. As interrupções bruscas dos vínculos afetivos familiares realizados quando da prisão das mães ocasionam situação de fragilidade emocional, colocando-as numa posição de maior vulnerabilidade frente à unidade prisional. Esta instabilidade em relação às informações e supe-

<sup>3</sup> A fragilidade evidente por estar longe do filho, sem poder amamentá-lo e cuidar dele, reforça sua situação de vulnerabilidade pessoal e social.

ração da distância dos/as filhos/as acarreta insegurança e dependência das colegas de cela e/ou mesmo das agentes penitenciárias, aspecto diferenciado da vivida pelos homens presos.

O art. 227 da Constituição Federal prevê ao Poder Público o dever de assegurar à criança e ao adolescente o direito à dignidade, ao respeito e à convivência familiar, bem como de colocá-los a salvo de toda forma de discriminação, violência, crueldade e opressão, estando inclusas nesta senda as revistas vexatórias e constrangedoras de um modo geral (BRASIL, 1988).

*“- Meus filhos mesmo não sabem que estou presa, pensam que estou numa clínica eles são pequenos nem entendem”*.(GF)

A sociedade atribui à mulher, com exclusividade, a responsabilidade e os cuidados com as/os filhas/os muito acima dos padrões legais de responsabilidade que cabe aos pais e mães, mas a cultura dos valores éticos e morais delegam automaticamente esta tarefa como se fosse atribuição de natureza da mulher.

#### 4.2.1.4 A discriminação de gênero no Sistema Penitenciário

As características encontradas nas mulheres sujeitos desta pesquisa corroboram o que aparece nas estatísticas sobre as mulheres em privação de liberdade e em seus depoimentos de pesquisa reforça a existência da discriminação de gênero como um dos fatores de instabilidade familiar.

[...] integram as estatísticas de vulnerabilidade e exclusão social: a maioria tem entre 20 e 35 anos e é chefe de família, possui em média mais de dois filhos menores, apresenta baixa escolaridade e conduta delituosa que se caracteriza pela menor gravidade (SANTA RITA, 2007, p. 59).

De acordo com o Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil (OEA, 2007) e Relatório de Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino (BRASIL, 2008) as brasileiras em privação de liberdade são mulheres que sofrem discriminação e estigmatização social pelo delito cometido. Esse é também o fator preponderante que contribui decisivamente para o seu abandono pela família e amigos/as.

O abandono das mulheres presas ocorre, em um primeiro momento por seus companheiros, que em pouco tempo estabelecem novas relações afetivas, e também por seus familiares mais próximos, que não se dispõem a se deslocar

por motivos variados ou, ainda não se dispõe a aceitar as regras, muitas vezes consideradas humilhantes, impostas para realização de visita nas unidades prisionais (OEA, 2007, p. 61).

*“- Bom eu não tenho pra quem ligar, minha família me abandonou, nunca mais falei com ninguém depois do que eu fiz e vim presa”.*(GF)

*“- Meu pai [...] sempre me amou, só que hoje ele tem uma mágoa de mim ele não me perdoa pelo que eu fiz”.*(C)

O fator levantado pelas mulheres ao reclamarem da falta ou da escassez nas visitas é igualmente levantada e evidenciada neste relatório. Enquanto as filas para as visitas para homens são extensas, compostas por mulheres e crianças, as filas destinadas às mulheres são bastante reduzidas. As pesquisas apresentadas neste relatório (OEA, 2007) mostram que em algumas prisões femininas apenas um terço delas recebe visitas. Esta escassez é atribuída à distância física entre as unidades prisionais e as residências das famílias e amigos/as. Considerando que o número de unidades prisionais femininas é reduzido dentro do universo de instituições do sistema prisional, há concentração das mulheres detentas em poucas unidades que, na maioria dos casos, ficam distantes do local de origem dessas mulheres, onde residem seus familiares e amigos. Os fatores distância e custo financeiro do transporte para chegar até a unidade da visita dificultam e às vezes impedem que os familiares as realizem. Esta realidade mostra a discriminação sofrida pelas mulheres e o total abandono a que estão submetidas quando encarceradas. A situação crítica deste abandono denota a necessidade urgente de políticas públicas destinadas à convivência familiar e comunitária.

*“- Em relação ao que competem as guardas a gente tá bem cuidada, mas no que se refere a médico, tratamento, visita, os filhos parentes, passam uma noite viajando, comida, não somos bem nutridas”.*(GF)

*“- A coisa mais importante pra você aqui dentro é uma visita. A gente fica sábado inteiro esperando a visita chegar, esperando a campainha tocar e eles não avisam que não vai ter*

*visita. Isso mostra que nesse sentido não há cuidado com a gente”.*(GF)

Outro fator relacionado à discriminação de gênero diz respeito aos direitos à assistência médica especializada quando grávidas, no período gestacional, que em geral descumprido. Os exames laboratoriais previstos na lei não se realizam, expondo a saúde da mulher e do feto a vários riscos, inclusive de contaminação em casos de doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, tuberculose, muitas vezes desconhecidas até o momento posterior ao parto. As condições dos cárceres são precárias. Normalmente não oferecem local apropriado para receber a detenta e seu/sua filho/a; são raras as unidades prisionais que possuem acomodação com berçário apropriado. Na maioria das unidades prisionais, especialmente nas Cadeias Públicas, o berçário é uma cela improvisada, com as mesmas características de insalubridade comuns a esses locais. A maioria dos presídios não está preparada para o abrigo de crianças e as especificidades das mulheres, evidenciando a total ausência de políticas públicas para a mulher presa.

*“- Misturam todo mundo aqui dentro, imagina tem essas maluquinhas que surtam, eles põe as grávidas junto. Que perigo!”.*(GF)

Em relação ao direito à amamentação, é sabido que o aleitamento materno é de fundamental importância para a nutrição da criança, bem como para a formação e vínculo afetivo entre mãe e filho/a. Porém, pelo fato das cadeias serem improvisadas, normalmente construídas para receber homens, também são improvisados os espaços apropriados para a amamentação, berçário e creche, estruturas necessárias para o abrigo de mães e seus filhos que nascem sob a custódia do Estado (OEA,2007).

*“- As colegas daqui são como minhas irmãs. Eu cheguei aqui mal e elas me cuidaram, nem me conheciam e me acolheram muito mais do que irmã. Eu tive bebê faz 23 dias e foi levado para um abrigo, se eu ficar aqui 1 ano, depois eu vou buscar ele. Minha família ninguém pode ficar com ele”.*(C)



De maneira geral, as mulheres encarceradas recebem um tratamento fruto de uma sociedade machista, patriarcal, que não garante o espaço e o reconhecimento da mulher como ser humano digno de tratamento igual. Outro aspecto importante e fundamental para ser ressaltado em relação à discriminação de gênero, é o direito à visita íntima. Para os homens, ela é garantida há algum tempo, enquanto que às mulheres é negado esse direito. Não há espaço destinado a esse fim; permanece a invisibilidade e/ou inexistência da figura feminina no espaço do cárcere enquanto mobilizadora de políticas públicas de gênero. Em relação à visita íntima, esta negação permanece carregada de uma cultura preconceituosa e moralista.

O direito à visita íntima, há mais de vinte anos, é garantido de forma plena e inquestionável aos presos homens, enquanto para as mulheres o mesmo direito não é garantido na maioria dos estabelecimentos prisionais femininos. É importante salientar que a questão da visita íntima, totalmente vedada em algumas unidades prisionais, quando existe está condicionada geralmente a requisitos como: comprovação de vínculo de parentesco, uso obrigatório de contraceptivos; ou são concedidas em condições inadequadas sem a privacidade devida. Em uma comparação histórica com as condições de encarceramento masculina pode-se depreender que há grande diferença, disparidade e discriminação na efetiva concessão do direito a visita íntima às presas (OEA, 2007, p. 66).

*“- Não temos visita íntima, nem visita direito, eles complicam tanto que as pessoas desistem de vir visitar”.(GF)*

*“- Porque a trouxa das mulheres vão pras portas do presídio. Na porta do presídio dos homens, é sempre cheio de visita e aqui na porta do nosso sabe quanta visita tem? 5 no máximo. Tudo da família, nenhum marido. As esposas, 99% vem visitar o marido e os homens tão lá fora numa boa e nós aqui dentro se ferrando”. (GF)*

*“- Eu percebi que tem discriminação principalmente das mulheres que gostam de mulher. Eu acho que cada um faz o que quer, eu não tenho nada contra, mas acho que as lésbicas são muito discriminadas”.(GF)*

Em relação à sexualidade, por exemplo, há, via de regra uma atitude discriminatória no campo da execução penal feminina. Em muitas unidades prisionais femininas o direito sexual é visto como uma regalia, não sendo permitido dentro de espaços intramuros; quando a visita íntima é permitida, é realizada dentro de rigoroso sistema de normas e critérios com traços bastante excludentes, enquanto se sabe que na prisão masculina tal procedimento é mais informal,

mais operativo e mais aceitável, inclusive moralmente (SANTA RITA, 2007, p.49).

O indicador sobre as percepções em relação à discriminação por ser mulher evidenciam a discriminação pela prostituição, por ser presa e por ser mulher. A prisão de mulheres carrega em si o âmago histórico e cultural de uma sociedade moralista, que abre espaço somente ao homem pela sua liberdade de pensar, decidir e ser pessoa. Segundo Espinoza (2003, p. 39), “buscava-se que a educação penitenciária restaurasse o sentido de legalidade e de trabalho nos homens presos, enquanto, no tocante às mulheres, era prioritário reinstalar o sentimento de pudor”.

A história das prisões femininas ocupa o papel secundário dentro do sistema penitenciário, não sendo diferentes ao lugar dado às mulheres pela sociedade de forma geral. No início, ela foi instituída para punir as mulheres que ousavam ter comportamento sexual diferente do estabelecido e que falavam o que pensavam. A maioria delas era presa para purificação, como expressa Santa Rita:

A intenção era que a prisão feminina fosse voltada à domesticação das mulheres criminosas e à vigilância da sua sexualidade. Tal condição delimita na história da prisão os tratamentos diferenciados para homens e mulheres. (SANTA RITA, 2007, p.32).

*“- Aí eles não deixam a família trazer muita coisa pra gente e a gente fica passando a base de bolacha e leite ou suco. Os homens podem retemperar a comida a gente é discriminada, não pode. Tem muita coisa que os homens podem e a gente não. A sacola que os homens tem direito é bem melhor que a nossa, eles podem esquentar a água com rabicho elétrico, pra gente não permitem, não deixam entrar fruta ou outra comida”.*(GF)

A realidade atual do sistema prisional brasileiro revela situações que demonstram o desrespeito aos direitos humanos, especificamente no que diz respeito às mulheres, as atrocidades são ainda maiores, pois a elas é destinado o que sobra do sistema prisional masculino. Portanto, são duplamente discriminadas: por serem presas e por serem mulheres.

Presídios que não servem mais para abrigar os homens infratores são destinados às mulheres, os recursos destinados para o sistema prisional são alocados prioritariamente para os presídios masculinos e, além disso, os presos masculinos contam sempre com o apoio externo das mulheres (mães, irmãs,

esposas e ou companheiras), ao tempo que as mulheres presas são abandonadas pelos seus companheiros e maridos. Restando-lhes, apenas, a solidão e a preocupação com os filhos que, como sempre, ficam sob sua responsabilidade (BRASIL, 2008, p. 16).

O indicador de sentimento e emoções de desvalia, sobrecarga e discriminações pela condição de gênero demonstrada nos relatos apresentam aspectos de violência sofridos em sua infância e adolescência: estupro por pessoas próximas e queridas, espancamento, prostituição, sobrecarga e desespero por ter que prover sozinhas os cuidados em relação aos/às filhos/as.

*“- Eu lá fora nunca havia parado pra pensar o quanto a mulher é discriminada. Agora dentro da cadeia, os homens puxam a cadeia no fofo, nós puxa no osso”.*(GF)

*“- Podem ter roupa própria, retemperar a comida deles. No último natal eu comi comida, fora isso, vivo a base de leite, bolacha e chocolate. Ainda vão dizer que eu tenho que pagar aquela multa de 2000<sup>4</sup> dias pela comida que eu comi. Se eu não comi eu não vou pagar”.*(GF)

[...] locais de execução penal que abrigam mulheres presas, nota-se alguns agravantes relacionados à discriminação de gênero, a saber: a maioria das construções arquitetônicas é improvisada para abrigamento de mulheres, visto que a destinação original era abrigar homens em cumprimento de pena; em muitos Estados não há sequer um estabelecimento prisional específico para as mulheres, ficando estas em uma ala ou cela feminina inserida no interior de complexos prisionais masculinos; é ínfimo o número de espaços apropriados para a sua condição biogenética, de ser mãe, como, por exemplo, existência de berçário; o trabalho prisional se limita, na maioria dos casos, às atividades tipificadas do lar, como costura, limpeza, alimentação, entre outras podendo não favorecer uma atividade profissional que possibilite auferir renda adequada quando da saída da prisão. (SANTA RITA, 2007, p.49)

Percebe-se que a violência está direta ou indiretamente ligada às questões de discriminação de gênero sofridas ao longo de sua vida, sendo ressaltadas no cárcere. Essas mulheres são duplamente discriminadas: por serem mulheres e por serem criminosas, como afirma os estudos de Santa Rita.

A representação da moralidade e da religiosidade presente no percurso histórico das prisões femininas brasileiras, portanto, reproduz e legitima a discriminação da mulher e as formas de dominação existentes no contexto da privação de liberdade até os dias atuais. Sobre sua transgressão, recai, além de um sistema punitivo de controle e de poder, uma representação social do seu papel

<sup>4</sup> Referindo-se às discussões acompanhadas pela TV sobre a alteração do código penal, das leis de encarceramento e das despesas do Estado em relação aos presos/as no Brasil.

feminino, ocasionando, assim, uma dupla discriminação: por ser criminosa e por ser mulher. (SANTA RITA, 2007, p.34).

*“- Influencia muito, porque a senhora veja, o homem se mata a mulher porque traiu ele tá lavando a honra e a mulher veja, se a gente mata o marido a gente é uma safada”.*(GF)

*“- Veja meu marido pegou 8 anos de cadeia ele puxou a cadeia quando sai é considerado fortão agora eu, vão dizer que sou safada, laranja, sem vergonha, retardada”.*(GF)

*“- O homem: não vou ter medo daquele ali porque ele é o cara”.*(GF)

*“- Uma grande maioria de nós tá presa por conta do homem e se a gente fosse viver com o que esses vagabundos trazem pra gente tava mortinha, enterrada”.*(GF)

*“- Concordo em gênero, número e grau, os homens são sempre favorecidos, dentro da cadeia é muito pior, as mulheres lá fora fazem tudo pra ajudar eles aqui dentro, trazer as coisas pra eles, visita íntima. Comparando os homens aí do outro lado tem tudo até o convívio que nós não temos. Nós não temos direito a ter nada um RQ (rabicho quente) sequer, uma ‘brasilha’ e eles tem tudo”.*(GF)

*“- Isso principalmente dentro da cadeia. A gente não pode nem conversar, que já tacam a portinhola na cara da gente. A opção sexual de cada um é um direito, eu sou de maior e eu decido minha opção sexual”.*(GF)

O exercício dos direitos sexuais pelas mulheres em situação de prisão, em muitos estabelecimentos, é encarado como falta grave. A elas são vedadas relações homoafetivas, e o castigo, inevitavelmente, atinge o tempo de remição de pena. O direito à visita íntima, ao contrário do que ocorre com os presos homens, não é garantido às presas mulheres (BRASIL, 2008, p. 91).

A violência sexual vivida, imposição de uma cultura machista que considera a mulher como objeto de cama e mesa, produto a ser manipulado e consumido, sem direito e condições de escolher (STUDART, 1974). Esta condição de incapaz e manipulável, disponível para servir e

agradar ao homem (ROUSSEAU, s.d) fica evidenciado nas falas das mulheres, diante a violência sofrida, dos abusos sexuais e morais.

*“- Eu entendia, mas ele falava que se eu contasse pra minha mãe ou pra minha avó eu ia apanhar. Eu sou revoltada por causa disso. Minha mãe nunca soube disso, mas um dia eu vou contar isso pra ela”.*(C)

[...] inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais, daquilo que é tradicionalmente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é demais dizer que ainda que as tentativas iniciais tenham sido hesitantes, uma tal metodologia implica não somente uma nova história de mulheres, mas também uma nova história (SCOTT,1995, p.73).

Ao mesmo tempo em que essas mulheres são condenadas pelo crime que cometeram, são vítimas de violências anteriores. Elas precisam, em seu período de privação de liberdade, de ter o direito assegurado ao atendimento psicológico para refazer as dores e violações sofridas, amenizar e contornar a quebra dos vínculos afetivos com filhos/as e família, precisam de tratamento e acompanhamento voltado às DSTs e outras doenças adquiridas pela sua vida pregressa na prostituição, drogadição e desinformações vividas.

A necessidade de criar espaço específico e próprio às mulheres é um direito na construção da cidadania, assegurando à dignidade e os direitos à igualdade, cuidados e justiça social.

[...] *haga sus reivindicaciones desde la igualdad nos parece tan legítimo como necesario. [...] reivindicar los derechos de las mujeres en las prisiones y combatir por crear condiciones de vida más humana supone defender la igualdad de acceso a lugares, a procesos, a respetos, a no discriminaciones de ningún tipo, ya sean de índole laboral, social, cultural e personal (AÑÑOS, 2010, p. 103).*

#### 4.2.1.5 O sofrimento como alavanca para mudança

Os motivos encontrados no sofrimento no cárcere pela privação da liberdade de ir e vir, pela limitação do espaço, pela falta de privacidade e possibilidade de decidir sobre si e suas escolhas; no cárcere nem mais a comida e a roupa podem ser escolhidas, decidem por você. Incapacitam as pessoas encarceradas a acomodação e a neutralidade, habilitando-os a passividade e a impossibilidade de ser, pensar, conviver, escolher, se desenvolver.

Em vários casos, os apontamentos evidenciam que a ausência e distância da família e dos/as filhos/as, o abandono pelo companheiro, a dor e o sofrimento ocasionados no encarceramento são motivos para dar valor às pequenas coisas e que a tomada de consciência desta realidade mobiliza o desejo de mudança e a transformação do comportamento e atitudes para não repetir a infração e ter que enfrentar a cadeia novamente.

Dentre todas as dez mulheres, somente uma disse nada mudar em sua vida, diz que a cadeia é uma escola do crime e em nada contribui para a ressocialização e reinserção social.

*“- Eu acho que pra mim não tá ajudando em nada.... Aqui dentro é uma escola de marginalidade, se a gente tinha contato pequeno aqui dentro a gente consegue contato com gente grande. Tão só ensinando nós a ser mais bandido ainda. Quando eu caí a primeira vez eu era bobinha ainda, cada vez que eu caio presa eu aprendo mais”*.(GF)

Todas as outras nove reconhecem, em maior ou menor grau, dar valor à família, querer mudar de vida e se tornar uma pessoa melhor.

*“- Pra mim ajudou a dar mais valor às coisas. A gente só dá valor quando a gente perde. Eu não dava valor pra comida, só dava valor pra droga”*.(GF)

*“- Dá valor na mãe, na família”*.(GF)

*“- Ah eu aprendi a dar valor pra minha família, pros meus filhos pro mundo lá fora tem muitas coisas boas que eu não soube dar valor, agora eu vejo. Eu deixei muitas vezes de estar com a família pra usar drogas”*.(GF)

*“- A cadeia mostrou quem fica lado a lado com a gente, nossa mãe. A hora que eu for sair daqui eu vou fazer tudo diferente”*.(GF)

*“- Eu aprendi muito aqui dentro. Nossa o que eu vivi aqui foi uma tortura. Então quando eu sair daqui vai ser tudo diferente, com minha mãe, com minha família”*.(C)

*“- A minha vida também vai ser outra, aquela pessoa morreu, agora vai ser tudo diferente”.*(GF)

*“- Estudar, me comportar, não ficar se envolvendo com homem errado, não cair na mesma armadilha, não ir pra bebida igual eu bebia”.*(GF)

Quando em liberdade já viviam excluídos do acesso aos bens sociais a que têm direito os que são considerados cidadãos. Cabe então perguntar: será que quando saírem do confinamento imposto pela sociedade passarão a ter garantidos os direitos que lhe foram sistematicamente negados? A realidade diz que não (JULIÃO, 2009, p. 73).

Os sentimentos e emoções exercem uma grande influência na vida das pessoas, sejam elas homens ou mulheres. Por mais que a sociedade ainda cultive a ideia de sensibilidade ser exclusividade feminina, pesquisas como as de Goleman (1995) nos provam o contrário, que todos nós seres humanos somos influenciados fortemente pelos sentimentos e emoções. Ele critica as escolas e sociedade que privilegiam o nível acadêmico, a lógica e as coisas medidas e palpáveis. Para ele, que a inteligência emocional é o suporte que assegura como lidar com a capacidade intelectual assim “a aptidão emocional é uma metacapacidade que determina até onde podemos usar bem quaisquer outras aptidões que tenhamos, incluindo o intelecto bruto (GOLEMAN, 1995, p. 48)”.

As pessoas com prática emocional bem desenvolvida têm mais probabilidade de se sentirem satisfeitas e de serem eficientes em suas vidas, dominando os hábitos mentais que fomentam sua produtividade; as que não conseguem exercer nenhum controle sobre sua vida emocional travam batalhas internas que sabotam a capacidade de concentração no trabalho e de pensar com clareza (GOLEMAN, 1995, p. 49).

Portanto, a sensibilidade e as aptidões apresentadas pelas mulheres, com afirma Gilligan (1990), são desenvolvidas desde crianças pela diferenciação na educação; aos meninos não é permitido expressar sentimentos e emoções e às meninas, não lhes é permitido pensar, usar a lógica e a inteligência e ser independente.

Para Beauvoir (1980) e Louro (2010), o tratamento dos adultos e pais vai se diferenciando no que tange aos cuidados e às atitudes em relação aos meninos e meninas. As meninas são tratadas como frágeis, suas vestimentas são delicadas e macias, continuam bem perto dos afagos

e carinhos, enquanto aos meninos lhe são negados tantos cuidados e logo cedo são jogados à angústia da solidão efetiva e independência: “um homem não chora”, “um homem tem que ser forte”. Muitas crianças têm medo de crescer temerosas do abandono adulto.

Kohlberg (1969)<sup>5</sup> em suas argumentações constrói um modelo para explicar como ocorre o desenvolvimento moral de um indivíduo. Ele explica que a maturação acontece na interação do meio ambiente e nas capacidades que a mente humana tem para estruturar a experiência. Essa interação entre o eu e o mundo tem certos momentos de incoerência e de crise no processo do crescimento, crise que não fará voltar-se ao esquema de razões anteriores e que fará com que o sujeito progrida a estágios superiores de razões morais, as quais são mais adequadas para a resolução de dilemas morais desde um ponto de vista cognitivo e filosófico (BENHABIB, 1992).

É através da percepção do mundo que a criança se diferencia como menino ou como menina. Sua sensibilidade nos primeiros meses de vida é similar, o mundo apresenta-se ao recém-nascido através da figura de sensações imanentes. Sentindo-se só num mundo estranho é que vai tentando compensar-se alienando sua existência numa imagem a qual vem justificada de valores. Isto acontece normalmente no momento do desmame, quando começa a afirmar sua identidade. É no momento em que começa a compreender as mímicas e a diferenciar os objetos que vai se transcendendo no mundo como um sujeito autônomo, porém, alienando-se a uma figura é que encontra a si mesma.

O que ensinam é que o cuidado com os filhos cabe às mulheres ou às mães, “instinto inato e misterioso”, excluindo os pais dessas experiências, sendo que só às meninas cabe a permissão de brincar com bonecas, representando os cuidados com as crianças. Aos meninos, por muito tempo, foi negada essa misteriosa experiência e muitos deles ficam desolados com o fato de tal privilégio lhes serem recusados. Normalmente à menina são confiados os trabalhos domésticos desde criança, o que a torna adulta. Conhecendo os limites que essa especificação impõe ao ser humano, é precocemente integrada no universo da seriedade e lhe são negadas as despreocupações infantis. Julga-se que ela é mais precoce que o menino, “uma mulherzinha”, e esta fase permanece infantil na maioria das mulheres. Ao menino, a fase infantil é separada da adulta por muitos anos de aprendizado. É permitido a ele assumir e encarar os desafios de subir em

<sup>5</sup> A teoria de Kohlberg é de 1969, porém foi retirada do livro de Habermas.



árvores e montanhas. Segundo Adler, esta experiência tem grande importância na ideia de elevação espacial, implicando uma superioridade espiritual, emergindo para além do mundo dado e permitindo a sensação de sujeito soberano. E a menina, com a proibição de subir em árvores e montanhas, vê acima dela os meninos triunfantes, sentindo-se inferior de corpo e alma (*apud* GILLIGAN, 1990).

Há a necessidade emergente de oferecer uma educação sem estes ranços e discriminações, virar a página, educar pessoas com sentimentos e emoções, com inteligência e senso de justiça independente do sexo.

A bioecologia do desenvolvimento humano enfatiza a importância do contexto relacional no qual a pessoa se encontra inserida, "o papel das relações interpessoais e a necessidade de que estas sejam marcadas pela expressão de afeto, pela reciprocidade e equilíbrio de poder" (KOLLER, 2011, p.100) encontradas nos microssistemas como família, escola, vizinhança, instituição penitenciária, no mesossistema, exossistema e macrossistema que, de acordo com Bronfenbrenner (1996), seriam responsáveis por gerarem um desenvolvimento saudável. Ou seja, a qualidade das relações e interações afetivas são significativas e fundamentais em todos os contextos, tempos e processos relacionais onde as pessoas interagem e se envolvem.

Koller (2011) observa que, de forma geral, a pessoa é analisada nestas interações a partir das características biopsicológicas; assim, a disposição funciona como uma força gerativa como curiosidade, responsividade, que pode promover ou retardar o desenvolvimento como forças disruptivas (impulsividade, distração). As características biopsicológicas influenciam na capacidade da pessoa engajar-se de forma efetiva nos processos proximais. Portanto, não pode se desconsiderar nem as características herdadas nem as pessoais, desenvolvidas ao longo do ciclo vital da pessoa e de sua relação com o ambiente social (gênero, etnia, aparência física, habilidades, deficiências físicas e mentais, responsividade, etc.). Assim, "o ambiente ecológico é concebido, portanto, como se estendendo além da situação imediata que afeta a pessoa em desenvolvimento (KOLLER, 2011, p.99)".

## 4.3 Núcleo II – o contexto

### 4.3.1 A justiça como forma de organização de vida. As drogas como ponto de fuga dos problemas e do caminho do crime

Os dados coletados na pesquisa apontaram, num primeiro momento, os pré-indicadores: justiça cega, injustiça, dois pesos e duas medidas: pobres e ricos, impossibilidade de recuperação, marca/estigma do cárcere, desvalorizada, abandonada pela sociedade. A partir deles, foram definidos os seguintes indicadores: 1. Percepção do modelo de justiça no Brasil, 2. Fatores que contribuíram para estarem presas, apontando para o núcleo de significação para analisar e delimitar o contexto: a justiça como forma de organização de vida. As drogas como ponto de fuga dos problemas e o caminho do crime.

Como nos lembra Boff (1999), há uma sociedade que exclui e discrimina uma significativa parcela de sua população, são os pobres e marginalizados da humanidade, mulheres, alguns grupos étnicos, homossexuais. Há descuido e indiferença em demasia privilegiando determinados grupos e comportamentos, “organizam-se políticas pobres para os pobres; os investimentos sociais em segurança alimentar, em saúde, em educação e em moradia são, em geral insuficientes” (BOFF, 1999, p. 19). Sendo assim, podemos evidenciar que há injustiça social, a justiça funciona por interesses corporativos, jogos de poder, argumentos e práticas oportunistas que favorecem a corrupção, não sendo possível vislumbrar interesse em zelar pela ética e moral entre todos. A partir destas reflexões, é possível afirmar, como diz Silva,

Existe sim uma sociedade paralela com valores e regras alterados, diferentes da sociedade civilizada. Encontramos esta sociedade nas favelas, comunidades pobres, bolsões de pobreza. Estes mesmos valores são transportados para as cadeias, pois as pessoas presas têm origem nesses lugares. Caberia a SEAP socializar estes indivíduos, não ressocializar, pois nunca foi um ser social da sociedade civilizada. (sic) (SILVA, 2008, p. 90).

O contexto de onde as mulheres sujeitos da pesquisa vêm não é muito diferente desta comunidade paralela, que não tem o domínio e a consciência dos direitos, deveres e responsabilidades de cada um. Acostumou-se a uma cultura onde uma geração após a outra se envolve com a criminalidade, com drogas, com práticas delitivas e avessas, com prostituição, trabalho sem registro, ausência de estudos, ausência de projetos pessoais e familiares.

O contexto onde estas mulheres estão inseridas atualmente, na condição de privação de liberdade, como aponta Julião (2009), se mostra com duplo objetivo e significado: proteção da sociedade para que essa pessoa não maltrate e cometa novos crimes e o cumprimento da pena pelos erros que cometeu.

O sistema penitenciário assenta-se sobre a punição como forma real e simbólica de solução do problema, propondo, em tese, a ressocialização dos detentos, supondo que o ‘desrespeito’ às normas esteja relacionado a uma falta de disciplina moral para o convívio em sociedade. Neste sentido, a pena é percebida não apenas enquanto punição, mas como fator de reeducação do transgressor (JULIÃO, 2009. p. 16).

As mulheres pesquisadas nos apresentam sua concepção e percepção do modelo de justiça no Brasil como aquela que usa dois pesos e duas medidas, onde há uma forma de julgar para diferentes posições econômicas: pobres e ricos. Apresentaram os fatores e motivos que contribuíram para estarem presas: 80% das participantes da pesquisa estão presas por motivo de consumo e/ou tráfico de drogas; somente duas delas não citaram o uso e o envolvimento com substâncias psicoativas ilícitas, deram outros motivos, sem associarem o crime ao uso de drogas.

*“- Minha infância foi boa, eu só estou aqui por causa de meu ex-marido”.*(GF)

*“- Eu porque eu precisava tomar remédio psiquiátrico e estava sem o medicamento. Aí matei minha mãe”.*(C)

*“- E eu porque eu tava casada com um homem que não deu certo e minha mãe me mandou largar dele, mas eu não quis. Aí eu fiquei com ele e matei ele por ciúme, depois que eu me envolvi com drogas. Mas eu já tive problema também de internamento por drogas. Minha mãe pediu pro juiz de Londrina se não tinha uma clínica pra eu me internar”.*(C)

A concepção de justiça que as mulheres apresentaram expressa contradição, pois, em muitos momentos, há a ideia de justiça igual para todos, sem favorecimentos ou privilégios pela condição social ou econômica de cada cidadão:

*“- O modelo de justiça do Brasil o símbolo é uma mulher com venda, ali diz tudo. A justiça é cega, nós que somos os pequenos traficantes que vendia ali pra poder consumir, estamos presos e os grandes traficantes, que andam por aí de carreta, terno e gravata tão solto. Comprando jatinho, comprando navio e nós estamos aqui com o mínimo da mínima droga”.*(GF)

A prisão é uma sociedade paralela, que há um outro mundo por trás das grades, criado pelos próprios sujeitos que vivenciam tal realidade, com regras e valores alterados, diferentes da sociedade civilizada (SILVA (2008 p.87-89).

Em outros momentos, as suas histórias mostram uma justiça equivocada, vulnerável e submissa ao poder vigente.

*“- Eu acho injusto porque se pegou um ano, dois anos de medida, cumpriu aquilo deveria ser solto e não ficar tanto tempo aqui dentro”.*(GF)

*“- Eu concordo com ela, peguei dois anos e estou quatro”.*(GF)

*“- Eu peguei um e estou quatro”.*(GF)

*“- Eu peguei um e estou três”.*(GF)

*“- Falando em justiça ela é injusta, porque o juiz julgou e depois o psicólogo e o psiquiatra querem julgar a gente de novo. Elas querem aumentar nossa pena”.*(GF)

*“- Eu acho que ela é injusta, eu já tinha passado seis anos de minha condenação, já tinha parado de usar droga, tava na minha casa e eles entraram, invadiram minha casa e me levaram presa na frente de meus filhos. Quando eu cheguei na delegacia é que eu soube que estava com mandado de prisão, não me deixaram falar, nem me defender. Me mandaram pra cá sem poder me despedir de meus filhos. Disseram que vou ficar aqui um ano pra tratamento psicológico, isso não vai melhorar em nada minha vida, pelo contrário foi muita injustiça que fizeram comigo, mexeu muito com meu psicológico”.*(C)

*“- Dizem que no Brasil não existe prisão perpétua, mas existe sim. Algumas das meninas foram presas por um ano e está aí esperando a morte chegar. Tipo a Maura que fazia muitos anos que tava aí, morreu aqui dentro sem ver a liberdade chegar”.*(GF)

*“- Eu quero dizer que pra mim a justiça é cega, surda, muda, caduca e tudo o mais que pode existir de ruim e a medida de segurança então acho que foi um louco que fez porque é inaceitável a demora, porque eu já tive minha liberdade já faz 29 dias e nada, estou esperando. Aqui a gente só sabe quando entra, não sabe quando vai sair”.* (GF)

*“- Tem a guria que pegou um ano e tá presa há 28 anos”.*(GF)

A lentidão da execução penal ocasiona injustiças dentro da instituição cuja existência se fundamenta em ser justa e fazer cumprir a lei. Nesse sentido, o Sistema Penitenciário se mostra como uma instituição complexa, como afirma Santa Rita (2007), na qual existe todo um conjunto de normas legais garantidoras de um tratamento humanitário, inclusive para as pessoas privadas de liberdade; porém, na prática, as ações de funcionamento pouco conseguem fazer para seu efetivo cumprimento. O espaço onde deveria conduzir o processo de (re) integração do/a encarcerado/a se mostra como lugar de perda da dignidade humana, onde as injustiças se agravam dia após dia pelos excessos e deficiências estruturais, arquitetônicas e comportamentais. Assim, ela funciona como um obstáculo, um dificultador para a retomada de suas vidas dentro e fora do cárcere.

*“- Eu concordo, mas não quero dizer que a gente não merece o castigo, claro que a gente merece porque a gente era viciada e traficante, então tem que pagar, mas todas nós já pagamos o tempo de medida, eu estou há seis anos presa, a medida era de dois”.*(GF)

*“- Pois é a gente faz o exame e o doutor nunca libera a gente, eu já fui reprovada três vezes”.*(GF)

*“- Eu passei nos exames depois de quatro anos, já faz 29 dias, logo, logo o juiz me libera,*

*graças a Deus. Quero retomar minha vida de um jeito bem diferente, sei que não vai ser fácil”.*(GF)

O contexto influencia diretamente no processo de desenvolvimento da pessoa, e nele são muitas as transições ecológicas que exigem adaptações, reações, compreensões, não só em função do que interessa ao desenvolvimento humano da presa, como também os jogos de interesses expressos nos depoimentos que mostram que a pena (cumprimento da justiça) quase sempre não é a que efetiva. Assim, as relações, a sua quantidade e sua qualidade, são fundamentais para o desencadear do processo de liberdade. Estas relações estão diretamente ligadas à concepção de cuidado (de si, do outro/a, das relações no micro e no mesossistema). Portanto, os diversos aspectos do contexto penitenciário influenciam de forma significativa nas atitudes e comportamentos das mulheres encarceradas.

A regulação adaptativa das relações pessoa-contexto – trocas entre a pessoa e seu ambiente ecológico que funcionam para beneficiar a ambos – de acordo com a perspectiva do modelo bioecológico, deve ser o centro do estudo do desenvolvimento humano e do esforço para melhorar o curso da vida humana nos níveis tanto individual quanto no seu mundo social. A plasticidade dessas relações e a habilidade para maximizar a possibilidade para regular adaptações no desenvolvimento definem a essência do ser humano dentro do sistema (BRONFENBRENNER, 2011, p. 29)

Para aprofundar no contexto das representações/concepções que as mulheres encarceradas têm sobre a justiça, utilizamos o dilema proposto por Gilligan (1990), conhecido como dilema de Heinz, com adaptações ao objetivo previsto, conforme descrito abaixo:

Leia e depois dê sua opinião, tentando solucionar o dilema de Heinz: Um homem chamado Heinz, extremamente pobre, tem sua esposa com quadro grave de câncer. Sua esposa não pode ficar sem tomar o medicamento, sua vida depende dele. Seu remédio acabou e Heinz não possui dinheiro para comprá-lo por ser caro demais. Ele dirige-se à farmácia e pede para comprar fiado, porém o farmacêutico se recusa a vender e a baixar o preço. Sabendo que este medicamento representa a vida ou a morte da esposa: O que você acha que Heinz deverá fazer?

O dilema de Heinz respondido como item 15 no instrumento questionário, proporcionou as seguintes manifestações por parte das mulheres estudantes:

*“- sim porque ele deverá cuidar da vida da esposa, ele queria ela viva e não morta”.(Nenê)(Q)*

*“- Não ele poderia procurar ajuda com seus familiares, caso não conseguisse, procurar ajuda com políticos e igrejas”.(Camille)(Q)*

*“- Ele pode emprestar dinheiro para comprar o remédio ou vender algo para comprá-lo”.(Toco)(Q)*

*“- Não porque roubar não seria o certo, pois posso garantir se fosse pedir ajuda para os familiares e para o comércio seria a melhor opção, roubar jamais, pois o crime não compensa”.(Ninfa)(Q)*

*“- Não, deveria ir a uma igreja e pedir ajuda aos pastores e explicar a situação, tendo bastante fé em Deus que irá conseguir o remédio ou o dinheiro”.(Camila)(Q)*

*“- Não ele deve procurar ajuda, ou sair procurando ajuda pelas ruas. Enfim dar um jeito sem fazer nada de errado”.(Ana)(Q)*

*“- Heinz não deveria roubar o remédio porque ele estaria cometendo um crime. Ele teria de trabalhar e juntar o dinheiro para comprar”.(Iza)(Q)*

*“- Não ele deve tentar indagar e se preciso até chorar e assim falando a verdade vai conseguir o remédio”.(Drika)(Q)*

Interessante perceber que a noção de justiça (não desrespeitar a lei) é a linha condutora dos argumentos apresentados justamente para garantir que o cuidado ao personagem do dilema pudesse acontecer. Podemos, no entanto, entender que o processo, o contexto e o tempo de prisionização, as motivou a dar uma resposta pontual às questões de justiça, de forma que não as comprometa no prolongamento de sua pena e represente uma evolução e possibilidade de conquistar a tão almejada liberdade.

Nos últimos anos, grupos de defesa dos Direitos Humanos e órgãos oficiais expressaram preocupação crescente com a administração do sistema prisional e a falta generalizada de consideração para com os direitos dos presos. Várias comissões parlamentares de inquérito (CPI's) foram instauradas nos estados, em sua maioria descreveram situações praticamente idênticas ao que se verifica a qualquer momento em qualquer unidade penal do país: superlotação, ociosidade, violência e falta de atendimento as necessidades básicas dos presos (JULIÃO, 2009, p. 151 e 152).

As transições ecológicas apresentadas por Bronfenbrenner (1996) dão-se em todos os níveis e contextos de desenvolvimento humano e estas, por sua vez, permitem ou não que a validade ecológica dos comportamentos próprios ao desenvolvimento humano aconteça, mesmo em contextos desfavoráveis à dignidade humana, como o sistema prisional tem sido representado.

#### 4.3.2 As drogas (lícitas e ilícitas) como ponto de fuga dos problemas e o caminho do crime

De acordo com o Relatório da Organização dos Estados Americanos (OEA, 2007)

A mulher presa no Brasil hoje é jovem, mãe solteira, afrodescendente e na maioria dos casos, condenada por envolvimento com tráfico de drogas (ou entorpecentes). Ela apresenta um vínculo tão forte com a família que prefere permanecer em uma cadeia pública, insalubre, superlotada e inabitável, mas com chance de receber a visita de sua família e filhos, a ir para uma penitenciária distante, onde poderia eventualmente ter acesso à remição da pena por trabalho ou estudo, e a cursos de profissionalização, além de encontrar melhores condições de habitabilidade (OEA, 2007, p15).

Não é objetivo desta pesquisa estudar a drogadição e seus efeitos no sistema prisional e, muito menos, o comportamento das estudantes mulheres em privação de liberdade em relação às drogas. O tema que envolve o uso e o tráfico de drogas é vasto e complexo, motivo pelo qual não nos aprofundaremos nele. Os dados apresentados mostram que a maioria (80%) das mulheres que participou da pesquisa está presa por ter a droga como coadjuvante dos crimes cometidos em diversas instâncias, ligados tanto ao consumo como ao tráfico de drogas, evitando com que este tema passe despercebido dada a relevância e interferências na concepção de cuidado e justiça na pesquisa.

Os pré-indicadores demarcados: a busca pelo prazer imediato, fuga do sofrimento e dificuldades, esquecer os problemas, falta de apoio da família, abandono, solidão, falta de amor



próprio, morte, caminho do crime, roubo pra sustentar o vício, mundo escravo direcionam o indicador sofrimento desencadeado pelas drogas. Estes apontaram para o núcleo de significação justiça, o contexto onde vivem e suas interferências recíprocas.

Estudos psicológicos realizados por Koller (2011) mostram que a família desempenha um papel essencial na vida de todos, porém ela pode determinar tanto aspectos de proteção (envolvimento, afeto, regras claras, responsividade, etc.), como também aspectos de risco (punição física, negligência, regras inconsistentes ou ausência de regras, etc.). Pode-se dizer que os estilos parentais (relações entre os membros da família entre si), bem como as relações de amizade e liderança contribuem para determinar o desenvolvimento e a socialização das filhas e filhos, as quais irão construir passo a passo o repertório comportamental que terá como referência para toda a vida.

Assim, podemos dizer que os pais/mães negligentes, que demonstram pouco afeto e envolvimento com a vida dos/as filhos/as, são pouco responsivos e pouco exigentes, estabelecem poucas regras e limites. Por se apresentarem ausentes na vida destes/as, se manifestam intolerantes nos poucos momentos presentes e se aborrecerem com muita facilidade. Para Koller, (2011) este estilo parental correlaciona-se ao uso de drogas e álcool, à presença de doenças sexualmente transmissíveis, início precoce da vida sexual, baixa autoestima e autoeficácia, com maior probabilidade de depressão, estresse, baixo desempenho acadêmico, habilidades sociais limitadas e futuros comportamentos antissociais (mentir, roubar, agredir, machucar, xingar).

O mercado das drogas existe para os jovens porque eles já trazem uma predisposição (herança) e um desejo incipiente, mas o que mais favorece é o estímulo constante e a oferta exagerada, a facilidade autorizada e uma proibição demagógica contraditória (SIELSKI, 1999, p. 31).

Os dados mostram que as condutas delitivas estão diretamente ligadas ao uso e/ou tráfico de drogas. De acordo com Sielski (1999), o uso de droga em doses pesadas tem se associado à mente humana perversa, selvagem, maldosa, violenta, imediatista, competitiva, incoerente e com valores duvidosos. Este autor aponta as pessoas mais suscetíveis ao uso e abuso de drogas de acordo com a OMS: aqueles/as sem informações adequadas sobre os efeitos das drogas, com saúde deficiente insatisfeitos com sua qualidade de vida com personalidade deficientemente integrada, com fácil acesso às drogas.

*“- Eu estou presa hoje porque fui usuária de drogas não por outra coisa”.(Q)*

Das estudantes em privação de liberdade que fazem parte da pesquisa, sete, conforme apresentado no quadro 1, têm o seu crime ligado ao abuso de drogas e este decorrente de vínculos afetivos ou em decorrência das condições singulares de vida e/ou de afetos significativos com a família e demais pessoas da sociedade.

Tendo por base as entrevistas com diversas mulheres que se encontram no sistema prisional por tráfico de drogas e o trabalho desenvolvido por diversas entidades civis que atuam junto a esta população carcerária, é de fácil entendimento que a maioria quase absoluta dessas mulheres está sendo usada pelos homens do tráfico como forma de protegerem a si mesmos e a seus comparsas. Outro fato é daquelas mulheres que são presas por transportarem drogas para dentro dos presídios masculinos. Essas acabam sendo obrigadas a tal atitude visto as ameaças de morte que seus filhos ou companheiros sofrem dentro do presídio masculino pelos Comandos existentes nos presídios masculinos (BRASIL, 2008, p. 81).

*“- E eu me envolvi com um homem e com o crime e hoje é meu ex-marido. Por isso eu estou presa aqui hoje”.(GF)*

*“- Casei com um homem que era usuário de drogas, eu não era, mas pra acompanhar ele eu comecei a usar também”.(Q)*

*“- Eu usava muita droga e comecei a roubar e traficar”.(Q)*

*“- Eu usava droga de verdade”.(GF)*

*“- Então o que deu errado no momento foi a dependência química, o meu erro foi ter entrado na droga. Mudou a minha vida”.(Q)*

Seus depoimentos reforçam que os motivos que as levaram ao uso e consumo de drogas giraram em torno das questões recorrentes da violação dos direitos: a busca do prazer (que denuncia a alienação à felicidade), os sentimentos de menos valia e seus comportamentos (próprios das

classes menos favorecidas).

*“- Acho que o vazio, a busca do prazer”.*(GF)

*“- Eu, foi por ser sempre muito revoltada”.*(GF)

*“- O vazio, a tristeza, envolvimento com más companhias”.*(GF)

O envolvimento com as drogas e sua rede de conexões expõe um fator importante a ser observado na vida dessas mulheres; a perda do controle de sua vida, do amor próprio. Na fala de uma das pesquisadas, percebemos o reconhecimento de sua inversão e mudanças de comportamentos movidos pelo uso das drogas:

*“- A droga é uma desgraça na vida da gente, depois que a gente fica dependente a gente fica escrava, só anda pra traz, faz muita besteira”.*(Q)

A infraestrutura e suporte familiar e social antes e após a saída do cárcere também são fatores essenciais no processo de reinserção. Quando não acontecem, é determinante no retorno da presa à reincidência ou novos comportamentos ligados ao crime.

*“[...] aqui eu me revoltei mais ainda, eu já saí daqui e por oferta fácil da droga, as pessoas ao redor, parentes e amigos usando, não consegui resistir, não é fácil e acabei voltando pra cá”.*(GF)

Dados de outras pesquisas apresentados por Julião (2009) são corroborados pela fala das detentas, sujeitos da pesquisa. A criminalidade é um fenômeno complexo e muitos fatores interagem para que se efetive. No entanto, é inquestionável a situação familiar, as oportunidades laborais, o nível de escolaridade, a estrutura do Estado no suporte à prevenção da recaída como fatores de proteção ao abuso e do tráfico de drogas, bem como suas ausências, como fatores de risco aos delitos relacionados ao tema.

A princípio, 67% responsabilizam a sociedade e o Estado pela ‘falta do emprego’ e pelas condições de ‘deseestrutura familiar’ da sociedade contemporânea, etc. Somente 22,1% creditam a responsabilidade ao sistema penitenciário que não promove a ‘elevação da escolaridade e qualificação profissional dos internos’, assim como não evita a ‘ociosidade’ dos internos no cárcere e não amplia o ‘tratamento antidrogas’ no sistema (JULIÃO, 2009, p. 314).

Portanto os estudos realizados e compreendidos nesta pesquisa, como em outras, conforme citado acima, evidenciam que o contexto prisional feminino deve ser entendido como campo prioritário para o desenvolvimento de todos os eixos da Política Nacional sobre Drogas: tratamento, prevenção, redução de danos, redução de oferta e reinserção social.

## 4.4 Núcleo III – o processo

### 4.4.1 O trabalho e a escola como alternativas de ressocialização e reinserção social

Neste núcleo de significação, estabelecemos os dados que demarcam os fatores que indicam as oportunidades para mudar de vida. Aqui os dados aparecem reforçando a importância do trabalho e da escola como formação e reinserção social. Neste sentido, apareceram como oportunidades para “virar a página” os seguintes indicadores: abandono e dificuldades de estudar em função da gravidez na adolescência, necessidade de trabalhar muito cedo, falta de oportunidade e apoio em geral e em especial para encaminhamento profissional, dificuldade de cuidar dos filhos e trabalhar, sobrecarga de trabalho, baixa escolaridade, abandono da escola, baixa autoconfiança, baixa valorização pessoal, mas também consciência e força de vontade para mudar e não se envolver com más companhias. Apontam ainda a necessidade e o reconhecimento do trabalho e da escola como espaços de promoção de autoconfiança, desenvolvimento da autoestima, companheiros com objetivos e sonhos de também querer melhorar e mudar de vida. A partir dos indicadores, chegamos ao núcleo de significação o trabalho e a escola como alternativas de (re)socialização e reinserção social, representando o processo em que estão envolvidas.

Ressaltamos aqui, que os fatores trabalho e escola aparecem como alternativas quase que exclusivas de reinserção social e mudança de vida; porém, cabe lembrar que estes não são suficientes nesta jornada de reconstrução. Ambos têm a sua importância fundamental, mas sozinhos

não dão conta da reinserção. A religiosidade, os grupos terapêuticos, os espaços de convivência e assistência social, programas individuais de atendimento psicológico, convivência familiar, dentre outros, complementam a ação educativa e formal de responsabilidade da escola.

O trabalho e a escola enquanto espaços ecológicos de desenvolvimento humano, no caso específico das mulheres presas, ganham também o significado de desenvolvimento social, pois as interações – os processos proximais envolvem dimensões pessoal (autoestima e autoconfiança), profissional (aprendizagem técnica e cognitiva), financeira (ganhos econômicos), cognitivo (acesso ao conhecimento), ambiental (transições ecológicas) e familiar (remição da pena e retorno familiar), entre outros.

Abrange formas particulares de interação do organismo com o ambiente, chamadas processo proximal, que operam ao longo do tempo e são situadas como os mecanismos primários que produzem o desenvolvimento humano. Contudo, a força desses processos para influenciar o desenvolvimento humano é presumida, e mostrada, por variar substancialmente como função de características da pessoa em desenvolvimento, do contexto tanto imediato quanto mais remoto e dos períodos de tempo nos quais o processo proximal ocorre. (BRONFRENBERGER, 2011, p. 25).

É de domínio público a importância da educação na vida e no desenvolvimento de uma pessoa, de uma cidade e de um país. E não seria diferente em relação às pessoas privadas de liberdade. O status de presa não lhes nega o acesso aos direitos fundamentais e reforça a necessidade de investimento em relação a sua reabilitação e reinserção social. Nesse sentido, é marcante o mérito que a educação carrega em si.

[...] abre a possibilidade de se transformar o homem anônimo, sem rosto, naquele que sabe, que pode escolher, que é sujeito participante de sua reflexão, da reflexão do mundo e de sua própria história, assumindo a responsabilidade de seus atos e das mudanças que fizer acontecer. Esta chave nos permite modificar a realidade, alterando o seu rumo, provocando as rupturas necessárias e aglutinando as forças que garantem a sustentação de espaços onde o novo seja buscado, construído, refletido (SERRÃO; BALEEIRO, 1999).

O relatório “Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino”, organizado a partir de visitas aos estados pelo grupo interdisciplinar, produziu um diagnóstico da situação real da oferta de educação existente nas penitenciárias brasileiras, apresentando ainda as principais dificuldades encontradas: “desarticulação entre as Secretarias de Educação e a Administração Penitenciária; professores atuando sem uma formação específica; resistência dos setores da segurança; e espaços físicos insuficientes e inadequados” (BRASIL, 2008. p. 70).

Mesmo ocorrendo escassez de oferta da educação formal no Sistema Penitenciário, a oportunidade disponibilizada faz com que as mulheres presas, depois da resistência inicial ao processo de retomada dos estudos, reconheçam, entendam e valorizem a educação e a escola quando a proposta trabalhada em sala pela/o professor/a se preocupa com a transversalidade de sua prática no contexto de privação de liberdade e muito mais na vida de cada estudante quando ocorrer sua liberdade. “A Escola<sup>6</sup> geralmente é considerada pelos internos como um consulado, um oásis dentro do sistema penitenciário. Segundo eles, é na escola que conseguem se sentir livres e respeitados (JULIAO, 2009, p. 271)”.

*“- A escola aqui dentro é uma coisa muito boa que acontece na vida da gente, só que nesse semestre a gente está tendo tão pouca aula. Estamos sendo discriminadas dos homens de novo, eles sempre tem várias disciplinas todo o semestre, assim fica difícil pra gente”.*(GF)

*“- Aqui dentro eu tive excelentes professores e professoras e foi aqui que eu aprendi o valor da escola na vida da gente, quero continuar a estudar quando sair lá fora. Hoje eu dou valor na escola, na educação. Se tivesse estudado, minha vida tinha sido diferente”.*(Q)

*“[...] a escola tem sido importante para mim, a gente estava sentindo sua falta professora, você respeita a gente, dá conselho, não julga a gente e isso é importante pra gente conseguir se reerguer”.*(GF)

*“- Nossa! como foi bom esse encontro, to sentindo de alma lavada”.*(GF)

*“- É verdade, a gente se sente importante, fortalecida”.*(GF)

Os depoimentos expressam diversos significados que a escola pode trazer para a vida das estudantes mulheres do Sistema Penitenciário. Validam as relações ecológicas que ali se estabelecem (as díades), a presença educativa do/a professor/a, o ambiente de trocas, os vínculos, bem

<sup>6</sup> No estado do Paraná, os professores e professoras do sistema penitenciário são do quadro próprio do magistério. Apesar de não existir formação específica para EJA nas prisões, possuem habilitação e atendem dentro de sua área de especialidade.

como as possibilidades de discriminação e de desigualdades. De acordo com Bronfenbrenner (2011), a escola pode, no processo educativo, “agir para tornar o ser humano mais humano”.

No que concerne a ressocialização, a educação pode vir a assumir papel de destaque, pois além dos benefícios de instrução escolar, o preso pode vir a participar de modificação capaz de melhorar sua visão de mundo, contribuindo para a formação do senso crítico, principalmente resultando no entendimento do valor da liberdade e melhorando o comportamento na vida carcerária (JULIÃO, 2009, p.20 e 21).

As condições de vulnerabilidades e riscos a que as mulheres estão expostas dentro do sistema bioecológico-penitenciário podem ser identificadas como processo, pois elas podem minar dia após dia os fatores favoráveis ao desenvolvimento humano adequado. O processo pelos quais estas mulheres passaram em sua infância e adolescência, as condições de risco e vulnerabilidades sociais podem também ser interpretadas como efeitos negativos no desenvolvimento humano interferindo diretamente na sua constituição de pessoa.

Todos reconhecem a importância do trabalho e da educação no cárcere (2), porém, uns valorizam a educação em detrimento do trabalho e vice e versa; (3) outros não acreditam na existência de grau de prioridade, mas sim da necessidade de se organizar uma proposta política em que todos devam estudar e, consequentemente, serem preparados para o trabalho, ou seja, a necessidade de atrelar o estudo ao trabalho. (4) Um outro grupo, por outro lado, simplesmente desacredita qualquer possibilidade de reinserção social, defende que a educação e o trabalho são imprescindíveis para tirar os apenados da ociosidade (JULIÃO, 2009 p. 302).

No cárcere, mantendo-se funcionando como instituição fechada, com suas especificidades e resistências de funcionamento, movido prioritariamente pelo paradigma do castigo, da punição, do sofrimento como parte do pagamento da pena, para as detentas que convivem diariamente com estes fatores, fica difícil compreender e reconhecer a escola do sistema penitenciário como atraente ao seu desenvolvimento. As questões arquitetônicas das unidades dificilmente contemplam em seus projetos espaços específicos para a escolarização. Além desses aspectos que inviabilizam o adequado funcionamento da escola, os horários rígidos de rotina, as condições emocionais das mulheres, fragilizadas pela ausência de notícias dos/as filhos/as e familiares, o distanciamento das pessoas queridas e a falta de visitas lhes impõe tensões que as impedem, muitas vezes, de frequentarem as aulas. Aquelas que conseguem superar por conta própria estas dificuldades reconhecem a escola como importante espaço no seu processo de cumprimento da pena, identificando-a como local onde são tratadas com respeito, onde podem expressar suas

angústias e alegrias, onde podem se expressar sem ressentimentos, além da aprendizagem de conteúdos que, até então, não lhes eram significativos. Pelo processo educativo, reconhecem que por meio do estudo, podem aprender a sonhar com um trabalho melhor e com a autonomia financeira em relação aos homens de seu círculo familiar, marido ou pai, quando em liberdade.

Cabe lembrar que o cárcere, apesar de sua incompletude, deve ser considerado enquanto parte dos mecanismos de poder de que se utiliza a sociedade. Portanto, afeta e é afetado por ela num projeto de sociedade que se preocupa com seus/suas excluídos/as em qualquer espaço, dentro ou fora das grades, antes ou depois do cárcere. A escola do cárcere, dada sua especificidade, deve ter clareza de seu contexto social estruturante, influenciando seus/suas estudantes a continuarem os estudos após o cumprimento da pena.

Os dados da pesquisa demonstram que as mulheres pesquisadas não concluíram sua escolaridade na idade certa<sup>7</sup> e, muitas vezes, abandonaram a escola por terem suas vidas marcadas pela violência, discriminação, negligência e submissão familiar, além das dificuldades econômicas que as obrigaram a trabalhar na infância e na adolescência para garantir a sobrevivência na família.

Fica evidente a necessidade da escola com proposta específica para a realidade penitenciária. A escola do Sistema Penitenciário deve ser diferenciada para cumprir o seu papel social. Portanto, há necessidade de propostas e políticas públicas que garantam esta especificidade na prisão.

O projeto Educando para a liberdade<sup>8</sup> representa uma referência fundamental na construção de uma política pública integrada e cooperativa capaz de atender o que apregoa a Lei de Execução Penal no que diz respeito à assistência educacional. Para além da ampliação da oferta e do incremento nas matrículas, entende-se imprescindível que a educação a ser oferecida nas prisões seja de qualidade, promova o desenvolvimento integral desses homens e mulheres e reduza suas vulnerabilidades ampliando as formas de participação na sociedade (BRASIL, 2008, p.70).

Apesar dos esforços no âmbito da educação e da justiça no processo de valorização da escola, as vagas disponíveis ainda não são suficientes para acolher a todos/as que desejam estudar, independente se o motivo é efetivamente aprender e resgatar um direito perdido na infância e

<sup>7</sup> Consideramos como idade certa para a escolaridade fundamental as idades de 7 a 14 anos, conforme a legislação da educação à época da infância e adolescência das pesquisadas.

<sup>8</sup> Educando para a Liberdade: Trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. Brasília: Unesco, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006.



juventude, a remição da pena ou ambos. Também, como nos lembra Julião (2009, p. 291), nem todas as unidades prisionais brasileiras oferecem programas educacionais e oportunidade de trabalho para todos, o que demonstra “que ainda há muito a ser feito”.

As discussões e reflexões possibilitadas no espaço da sala de aula do sistema penitenciário oportunizam projetos de vida às estudantes privadas de liberdade, “[...] educadores que têm como desafio permanente discutir, rever, refazer o sentido histórico de inovação e humanização [...]”. Despertar neste processo de aprendizagem, no movimento que a educação propicia o repensar da memória histórica de suas estudantes e como “sujeitos sociais que criam e recriam o espaço e a vida social” (ONOFRE, 2007, p.11) emergir para a tomada de consciência de sua condição de vida, abrindo-lhes novas possibilidades e escolhas, apesar dos limites impostos pelo sistema.

Devido à realidade adversa vivida pelas mulheres privadas de liberdade, a influência e o processo de escolarização ou educação formal propiciados pela escola no Sistema Penitenciário exigem dos/as professores/as habilidades técnicas e saberes voltados à compreensão da história de marginalização destas mulheres. Estabelecer o compromisso na construção de conhecimentos significativo para, através dele, estabelecer reflexão e revisão de sua condição marginal, de fora da lei. Este processo terá seus efeitos potencializados se, nos mecanismos de transição ecológica, cada qual possa compreender os valores socialmente reconhecidos, a ética da organização da sociedade e convívio social, direitos e deveres dos/as cidadãos/cidadãs.

Dar significado à escolarização/educação formal como mecanismo para a mudança e transformação da vida e da relação com seus familiares dará sentido e motivação necessários para permanecer em sala de aula, estudar e promover educativa e socialmente.

Tendo em vista o compromisso do Estado na (re)socialização<sup>9</sup> do/a preso/a, se faz necessário a ampliação e o investimento em estudos e pesquisas no campo do sistema penal no que se refere à educação moral, direitos humanos, escolarização e reinserção social. Compreender a complexidade do espaço carcerário, suas dificuldades e possibilidades com quem se negligenciou o direito a escolarização no tempo e idade propícios, instiga a buscar respostas e formas adequadas de educar. A falta de interesse e reconhecimento da educação por parte das estudan-

<sup>9</sup> Neste caso, entendemos que seria socialização, tendo em vista que para ressocializar haveria a necessidade de ser socializado antes.

tes aumenta o desafio gerado da motivação de atender esta demanda. O desafio que emerge no processo da educação formal e trabalho oferecido às mulheres privadas de liberdade é vencer a constância do espaço viciado e massificante onde as pessoas moram, trabalham e estudam, onde todas as demais estranhas a si próprias passam a integrar sua rotina diária, onde “separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo levam uma vida fechada e formalmente administrada”<sup>10</sup> (GOFFMAN, 2008, p.11) exige que o/a professor/a integre-se e compreenda o sistema de relações e sua dinâmica para que obtenha sucesso.

As mulheres presas são herdeiras de um pesado passado reproduzido pela educação e pelos costumes. Com argumentos como “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, as mulheres destronam aos poucos o mito da feminilidade, partem para afirmar-se concretamente na possibilidade de viver, integralmente, sua condição de ser humano (BEAUVOIR, 1980, p. 09).

É importante lembrar que as mulheres só tiveram acesso à educação formal há aproximadamente 127 anos; há 77 anos, ao direito ao voto e há 25 anos a igualdade plena na Constituição Brasileira. É uma história recente e mal contada. Sabe-se que a fundamentação de uma sociedade e seus valores morais se forma pela educação de seus membros e as mulheres privadas de sua liberdade não devem ser discriminadas pela falta de oportunidade de recomeçar suas vidas de forma diferente. “[...] *as prisiones tiene que contar com políticas penitenciarias pensadas también para las reclusas femeninas* [...] (AÑAÑOS, 2010, p.113)”.

A necessidade de um Plano de Tratamento Penitenciário poderá colaborar para a reorganização de vida destas mulheres, utilizando outros projetos e atividades além da escola para a sua recuperação e retorno à sociedade.

## 4.5 Núcleo IV – o tempo

### 4.5.1 O pagamento da pena como forma de reinserção e oportunidade de mudança

Este núcleo de significação aponta o cumprimento da pena como forma de reinserção e oportunidade de mudança a partir dos indicadores de tomada de consciência e o sentimento

<sup>10</sup> Ocorre a concepção e evidência de instituição total, segregada da sociedade, como espaço de isolamento e autossuficiência.

em relação ao cumprimento da pena. Os pré-indicadores sinalizados apontaram desânimo em relação ao tempo de cumprimento da pena pela incerteza de seu período e pela morosidade e dureza no julgamento. Apontam o respeito aos direitos humanos, orientação para as coisas boas, trabalho social, escolarização e profissionalização como formas de aproveitamento do tempo de encarceramento e sinalizadores de mudanças.

A punição passa não só a se destinar a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo a neutralizar a sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, cessando somente após obtenção de tais modificações (FOUCAULT, 2000, p.20).

*“- Trabalhar ajudando a sociedade, pagando nosso erro com trabalho ajudando numa escola, concertando uma praça, creche atendendo crianças, os mini traficantes não deveriam tomar espaço nas cadeias deviam ter pena alternativa ia ajudar mais do que tá aqui presa”.*(GF)

*“- Tá enjaulada igual leoa. Do que adianta. O preço que a sociedade tá pagando é muito alto, não é só nós que estamos pagando preço alto”.*(GF)

*“- Nós temos que pagar porque a gente errou, mas não desse jeito. Isso não recupera ninguém”.*(GF) *“- Eu acho sim que tem tanto estuprador que fica 3 anos na cadeia e já vai embora, agora nós mulher o juiz condena nós, mais e mais”.*(GF)

*“- Eu não precisava ficar presa um ano ou mais, além de tirarem meu filho. Acho que eu não precisava tanto. Porque eu tive uma discussão com minha irmã na época e ela deu queixa”.*(GF)

A história construída, ou melhor, escrita quase que exclusivamente por homens, tem sido cruel com as mulheres, negando-lhes o direito e o reconhecimento efetivo de seu lugar e potencial. A ela foi destinado um papel de compreensiva e passiva, capaz de tudo suportar. Esta condição a coloca numa posição na qual lhe é proibido reivindicar como sujeito capaz de ter vontade própria por não possuir os meios concretos para tanto; sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele e porque muitas vezes se compraz no seu papel de outro.

O tempo de cadeia tem o objetivo de reeducação para uma reinserção social posterior. Bronfrenbrenner e Moris (1998) (*apud* KOLLER, 2011, p. 279) “ressaltam que as mudanças que ocorrem através do tempo, nas quatro propriedades do modelo bioecológico, não são apenas produtos, mas também produtores da mudança histórica”. A alteração que o tempo de cadeia pode provocar nas mulheres encarceradas depende das interações e encaminhamentos, dos cuidados e respeito, que podem ser mobilizadores ou fatores negativos, disruptivos do período de afastamento da sociedade.

Na atualidade, se dizendo obedecer aos princípios do respeito à pessoa e liberdade humana, o direito penal explicita, contraditoriamente, uma preocupação em considerar os direitos humanitários aos criminosos alegando que o objetivo da pena não é tanto castigo, mas sim a sua recuperação, a fim de (re) integrá-los na sociedade, tornando-os dóceis e úteis. Agrega-se à ideia de punição a de reinserção, reabilitação social, ressocialização (JULIÃO, 2009, p. 65).

“- *Eu não pude ir no enterro de minha mãe. Eles não liberaram pra eu ir, isso é ressocialização*”.(GF)

“- *É revoltante a situação...*”.(GF)

“- *Eu acho que eu poderia trabalhar em escola, creche. Eu tava me formando no magistério eu poderia e queria trabalhar numa creche*”.(GF)

“- *Numa chácara*”.(GF)

A pena, neste sentido é proposta não apenas como punição, mas como fator de reeducação do indivíduo. A finalidade [...] punição retributiva do mal causado pelo delinquente; prevenção da prática de novas infrações; através da intimidação do condenado e de pessoas potencialmente criminosas, regeneração do preso, no sentido de transformá-lo em não criminoso. O aspecto da reinserção do infrator na sociedade é a principal questão identificada pela sociedade moderna como papel do sistema penitenciário (JULIÃO, 2003, p. 66).

“- *Se eu fosse governante eu ia criar lugares tipo esse pra usuários de droga, pra que ele não tivesse condições de fugir e poder se livrar do vício*”.(GF)

“- *As pessoas que precisam de tratamento não deviam ir presas, mas em clínica para tratamento*”.(GF)

Questões sociais que envolvem a delinquência pregam uma justiça social, não valorizando a pena privativa de liberdade, mas sem meios e métodos alternativos ao encarceramento. Privilegia a ideia de que a pena é a última instância para o delinquente, sendo, portanto, só cabível aos casos em que o infrator signifique risco concreto à vida da comunidade (JULIÃO, 2000, p. 46).

As deficiências históricas de abandono do Sistema Penitenciário exaltam o estado lastimável de degradação, risco, conflito, violência, insalubridade e vulnerabilidade de suas práticas e regras. Negamos assim a possibilidade ao encarcerado de rever suas práticas delituosas e assim o tempo de prisão em nada modifica seu comportamento, nada agrega à sua conduta, pelo contrário, em muitos casos as condições existentes em seu interior servem para empurrá-lo ainda mais ao mundo marginalizado e excludente do crime.

[...] por não ter sido ressocializado no sistema penitenciário, acaba cometendo novo delito e retornando, alimentado constantemente um processo efetivo e alienante da execução penal, em que o indivíduo não é preparado para viver em sociedade, mas sim para o próprio cárcere (JULIÃO, 2009 p. 296).

## 4.6 Tecendo a teia na complexidade do Sistema Penitenciário, uma análise internúcleos

Após analisarmos os quatro núcleos de significação levando em conta os três instrumentos de coleta de dados, podemos perceber que há uma profunda conexão e complementaridade entre os mesmos, os quais nos permitiram fazer uma análise geral e ampla, entendendo a complexidade da pesquisa.

O questionário permitiu informações significativas que caracterizaram o grupo de pesquisa e trouxeram dados e percepções em relação às questões individuais e coletivas das mulheres, incluindo a percepção de cuidado e justiça. No grupo focal, as ideias e percepções puderam ser esclarecidas, aprofundadas e solidificadas. As cartas (narrativas) permitiram que as mulheres compartilhassem momentos marcantes da vida que, de alguma forma, não foram mobilizados no grupo focal e não tiveram espaço para serem expostos no questionário.

Assim, ao realizar esta conexão e análise internúcleos, a pessoa de cada mulher se manifesta pelo contexto de encarceramento e realidade sociais em que esteve imersa no decorrer de sua vida e da pesquisa. E neste processo de refazer-se e perceber-se como pessoa, o tempo de

encarceramento e discriminação assume um aspecto tal que define e retroalimenta sua condição de ser mulher e objeto de exploração e discriminação sociais.

Fazendo uma avaliação internúcleos, percebemos com clareza que a

Pobreza, fome, miséria, violência e exploração ainda são significantes poderosos a construir nossas sociedades. Enquanto tais, eles resistem e perpetuam uma ordem social que deve ser radicalmente questionada. Questionada quanto às suas condições históricas de produção e reprodução, quanto aos efeitos catastróficos que produz na vida de centenas de milhares de pessoas e também quanto aos seus efeitos simbólicos (GUARESCHI, 2000, p.37).

Bronfenbrenner (2011) apresenta suas ideias sobre desenvolvimento humano inspirando políticas sociais eficazes e bem sucedidas na detenção do ciclo da pobreza e exclusão de muitos seres humanos. O modelo de sociedade capitalista, contraditória e ambivalente exclui e empurra milhões de pessoas ao encarceramento, não oferecendo dentro de suas paredes e grades condições de (re)socialização e (re)inserção social a elas. Como reinserir se nunca estiveram inseridos? Como (re)socializar se suas famílias continuam sem a possibilidade de socialização em seus espaços?

Wacquant (2005) aqui nos alerta em relação ao funcionamento da sociedade que estigmatiza e exclui pelo preconceito os sujeitos no uso de termos e em procedimentos que fragilizam, hierarquizam e tornam invisíveis agentes sociais habitantes de lugares físicos/sociais socialmente desqualificados. O autor nos adverte sobre a criação e utilização de elementos discursivos (termos, expressões, conceitos) que alimentam “a espiral da estigmatização que faz [...] [de] tantos lugares malditos, sinônimos de indignidade social e de relegação cívica” (WACQUANT, 2003, p. 167). Enfatiza a crítica sobre a omissão do Estado, negligenciando “sua missão primeira, que é a de sustentar a infraestrutura organizacional indispensável ao funcionamento de toda sociedade complexa” ao abandonar,

às forças do mercado e à lógica do ‘cada um por si’ camadas inteiras da sociedade, em especial aquelas que, privadas de todos os recursos, econômico, cultural ou políticos, dependem completamente dele para chegar ao exercício efetivo da cidadania (WACQUANT, 2003, p. 168).

Neste sentido, Garland (2008) nos lembra que a sociedade de maneira geral não trabalha com a perspectiva de inclusão de novos valores, de educação, de solidariedade, de humanização,

ela trabalha a partir da exclusão quando pune as pessoas não oferecendo condições de prevenção e socialização sadias, de igual oportunidade para todos, sem discriminação. Abandonou o projeto de bem comum e social de todos/as, atualmente este foi substituído pelo gerenciamento de risco, controle e punição.

Uma sociedade precisa refletir não somente a respeito de como os indivíduos devem ser punidos, mas sim sobre questões mais amplas, como a política penal afeta comunidades, opiniões políticas, economia e cultura da sociedade de maneira geral (GARLAND, 2008.p. 01).

As mulheres em privação de liberdade, estudantes e sujeitos desta pesquisa nos apresentaram a evidência de que não tiveram a oportunidade de desenvolvimento integral em sua infância. O desenvolvimento saudável deveria incluir condições de moradia, alimentação, educação, programas de lazer, cultura e profissionalização de adolescentes e jovens. Oferecer a possibilidade de desenvolvimento, inclusão social e a possibilidade de participação social efetiva (socialização), não somente pelos bastidores como é oferecida. Em nosso país, faltam políticas públicas e programas sociais destinados a promover o desenvolvimento humano saudável, mesmo fora do cárcere.

A realidade social brasileira ou das sociedades capitalistas<sup>11</sup> nos aponta a problemática complexa, invisibilizada nas relações de renda e consumo. Nela existe a tendência à expulsão do mundo econômico, excluindo antes do mundo político e social (direitos, desigualdade social, a falta de oportunidades para o trabalho) uma significativa parcela da população. A “nova exclusão social” que Nascimento (2000) apresenta fundamenta-se na relação entre grupos sociais distintos: uns que se tornam desnecessários economicamente, pois “perdem qualquer função produtiva, ou se inserem de forma marginal no processo produtivo, e passam a se constituir em um peso econômico para a sociedade (dos que trabalham e/ou têm renda) e para os governos” (p.70), frente a outros que mantêm sua condição e capacidade produtiva e de consumo sem ameaças. As transformações nas representações sociais destes indivíduos impossibilitam a inserção econômica e social: “eles não são apenas objeto de discriminação social. Pouco a pouco, de forma homeopática, passam a ser percebidos como socialmente ameaçantes. Bandidos em potencial. Indivíduos perigosos” (*op.cit.*).

<sup>11</sup> A lógica capitalista da sociedade atual permite usar todos os meios para adquirir os bens; é o ter em detrimento do ser, a degradação de valores éticos e morais.

No Brasil há uma cultura de punir, de prender todo aquele que descumpre qualquer regra, se constrói cadeias que tenham segurança e impeçam a fuga dos/as encarcerados/as. Pouco se faz para que as práticas sociais antes do cárcere funcionem como medida preventiva de evitar que o cidadão seja preso (JULIÃO, 2009, p. 16).

Ao buscarmos compreender a dinâmica das relações das mulheres encarceradas, relação consigo mesmo, com os diversos níveis ecológicos e sistemas de desenvolvimento humano dentro do espaço da prisão, levamos em consideração a temporalidade histórica em que estão inseridas estas mulheres. Nestes processos relacionais de pessoa-contexto, ocorrem mudanças dinâmicas que perpassam, segundo Bronfenbrenner (2011), o sistema ecológico que influencia as outras pessoas e a própria instituição.

[...] o desenvolvimento humano é um produto da interação entre o organismo humano em crescimento e seu meio ambiente. [...] A ecologia do desenvolvimento humano envolve o estudo científico da acomodação progressiva, mútua, entre um ser humano ativo, em desenvolvimento, e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive, conforme esse processo é afetado pelas relações entre esses ambientes, e pelos contextos mais amplos em que os ambientes estão inseridos. (BRONFENBRENNER, 1996 p. 18).

Percebemos que as mulheres chegam ao cárcere fragilizadas, carregam uma carga emocional cheia de dores e dificuldades, afetos feridos, resultado das vivências na família, na sua comunidade e cidade, motivo principal de sua privação de liberdade. Assim, tentam construir vínculos a todo custo, estabelecem acordos e relacionamentos com suas companheiras de cela, simulando os relacionamentos perdidos ou interrompidos, procuram estabelecer vínculos afetivos de companheirismo e solidariedade tentando abrandar a pena. Dividem as dificuldades e as saudades da família, constroem vínculo afetivo apegando-se umas às outras.

[...] o perfil do apenado no Brasil [...] estamos sem sombra de dúvida, encarcerando nossas mazelas sociais, colocando para debaixo do tapete as chagas abertas pela exclusão social e pela desigualdade na distribuição das riquezas de nosso país. Que os internos penitenciários brasileiros representam uma parcela da nossa sociedade, excluídos de direitos fundamentais e básicos, como educação, trabalho, habitação, saúde e saneamento básico. Em suma, marginalizados pelo poder público, são verdadeiras vítimas sociais, desprovidas de qualquer direito, inclusive, dos direitos humanos e de cidadania (JULIÃO, 2009 p. 209).

Estes contextos carcerários, de acordo com a teoria de Bronfenbrenner (1996, p.127) são “[...] contextos de desenvolvimento, também constituem princípios gerais experimentais para



uma ecologia do desenvolvimento humano”. Segundo ele, caso a instituição proporcione ambiente adequado, espaçoso, tranquilo, com atividades diversas e cuidados dignos, a pessoa poderá se desenvolver, apesar da situação de isolamento e privação de liberdade.

Na condição de institucionalizada, as mulheres necessitam de cuidadores/as, outra pessoa com discernimento e cuidados que irá estabelecer condições e limites necessários de convivência no espaço limitado do cárcere. Esse sujeito cuidador/a, representado/a na figura das agentes penitenciárias poderá ajudar na compreensão e entendimento dos limites, na preservação da ética e moral da sociedade humana, impedindo-as de agir movidas pela raiva ou pelo medo.

O cuidado encontra-se na própria raiz da história das mulheres, para assegurar a manutenção e a continuidade da vida. Em todas as sociedades do mundo, mulheres desenvolveram cuidados principalmente relacionados ao corpo e à alimentação, além de ser o elemento que cuida dos outros durante os momentos críticos da vida tais como o nascimento, a doença e a morte (MARCON, 2002, p.14).

Gilligan (1990) afirma que na ética do cuidado está o exercício de muitas virtudes, incluindo a do amor, a da tolerância, compaixão, fidelidade, temperança e também a da generosidade. Ela considera a generosidade como um elemento importante da ética do cuidado: “a consciência de múltiplas verdades leva a uma relativização da igualdade no sentido da equidade e enseja uma ética da generosidade e do cuidado” (GILLIGAN, 1990, p.178).

[...] entendendo o princípio do respeito à dignidade da pessoa humana como fundamento maior dos direitos de todo ser humano independente de sua condição penal, elege-se e privilegia-se essa categoria, reconhecendo, acima de tudo, que a prisão viola tanto os direitos humanos de homens presos quanto os de mulheres presas, embora com as mulheres haja um agravante, considerando-se a lógica normatizadora de uma instituição prisional que pensa sob a ótica masculina, não levando em conta as particularidades existentes, especialmente no contexto da maternidade. (SANTA RITA, 2007, p.54).

Mesmo que o Sistema Penitenciário, a cultura institucional do cárcere estabeleça normas e condutas rígidas, há ainda a possibilidade de ação das mulheres que, como afirma Bronfenbrenner, “[...] o ser humano cria o ambiente que dá forma ao seu desenvolvimento humano. Suas ações influenciam os diversos aspectos físicos e culturais que modelam sua ecologia [...]”; portanto, independente do contexto que a pessoa esteja, sempre sua ação e reação influenciam a própria essência de seu ser transformando-o para melhor ou para pior, estabelecendo-se nesta

dinâmica como “produtores ativos de seu próprio desenvolvimento” (BRONFRENBRENNER, 2011, p.37).

Dentro da Teoria Bioecológica, o desenvolvimento é definido como o fenômeno de continuidade e de mudança das características bioecológicas dos seres humanos como indivíduos e grupos. Esse fenômeno se estende ao longo do ciclo de vida humana por meio das sucessivas gerações e ao longo do tempo histórico, tanto passado quanto presente (BRONFRENBRENNER, 2011, p.44).

Os documentos e relatório apontados, as pesquisas realizadas nos diferentes contextos, espaços e tempos apontam para a garantia de direitos tanto da mulher como de seus/suas filhos/as. Assim, assegurar a proteção integral da mãe e da criança nas questões de espaço digno, condições de higiene, alimentação e saúde adequadas através de penas mais humanizadas e menos degradantes, garantindo a dignidade da pessoa humana, são imprescindíveis. “[...] o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino (SCOTT, 1995, p. 76)”.

Interessa-nos observar que as argumentações apresentadas por estudiosos da ética e moral (LA BARRE, 1963; MILL, 1975; GILLIGAN, 1990; PIAGET, 1994; FOUCAULT, 2006; BRONFRENBRENNER, 2011) originaram mudanças nas formas de pensar e agir da sociedade, embora perdure ainda, apesar das mudanças jurídicas, a relação desigual entre gêneros, com marcante domínio e privilégio do masculino sobre o feminino. São evidentes as manifestações do domínio masculino na vida pública e, mais ainda, na vida privada, com privilégios exclusivamente ao macho na vida familiar. Sabendo da inexistência de obstáculos legais ao acesso das mulheres às diversas esferas da vida social, inúmeras situações de discriminação são mantidas e funcionam de forma invisibilizadas o que indica que, da igualdade de direitos à igualdade de fato, há um grande caminho a ser percorrido, tanto dentro como fora das grades.

Devido à complexidade das prisões femininas, há a necessidade urgente da implementação de políticas destinadas às mulheres encarceradas e, além disso, que as mesmas sejam integradas a todos os órgãos e secretarias responsáveis para que as questões específicas de gênero sejam respeitadas, como a construção de prisões femininas que atendam as especificidades da gestação, amamentação e creches para que seus/suas filhos/as permaneçam em sua companhia, pelo menos no período de amamentação, garantido por lei (2 anos de idade). Neste caso, é assegurado o direito de amamentar e só em último caso, usará outro leite que não seja o materno.

A substituição do leite materno só deverá acontecer em casos excepcionais. Assim, no que se refere ao período de amamentação, indicamos aqui o critério do Ministério da Saúde: “Amamentar até 2 (dois) anos, sendo o leite materno até os 6 (seis) primeiros meses de amamentação a forma exclusiva de alimentação da criança” (BRASIL, 2008, p. 80).

O documento produzido pelo grupo interdisciplinar (BRASIL, 2008) sugere que, no que se refere ao parto, a interna deverá ser encaminhada para um hospital da rede pública – vinculado ou não ao sistema prisional. Após a alta hospitalar, ao regressar à penitenciária, a mulher deverá permanecer em ala separada com o/a seu/sua filho/a recém-nascido/a. Sugere, ainda, que a unidade ou Secretaria responsável pelo sistema prisional deverá tentar localizar o pai da criança para que o mesmo a registre e possa acompanhar sua gestação e desenvolvimento. São inúmeras as vezes que, por terem sido presas, o juiz destitui o poder sobre a guarda dos/as filhos/as, sem fazer contato com essa mãe que está ausente ou os abandonou por estar impossibilitada pelo encarceramento.

Em relação aos/às filhos/as maiores, cabe ao Estado assegurar e respeitar o direito de manterem vínculo afetivo com suas mães. As garantias asseguradas no Estatuto da Criança e adolescente deveriam ser cumpridas também no caso de filhos e filhas de mães em privação de liberdade. Neste caso, a visita às mães poderia ou deveria ser providenciada pelo serviço social (CRAS) e custeado pelo Estado quando a família não possuir condições para tal deslocamento. É importante que a mãe saiba do paradeiro de seu/sua filho/a, enquanto este/a estiver sob a guarda do pai, de algum familiar ou em algum abrigo, podendo a mesma realizar contatos por telefone além das visitas acima citadas.

Algumas unidades prisionais possibilitam que as presas utilizem os telefones públicos para manter contato com os familiares, entretanto, isso não acontece em todas elas. Propõe-se, então, a consolidação de uma ação que permita este acesso em todas as unidades (BRASIL, 2008, p.91).

A situação de privação de liberdade da mãe não deverá ser fator de quebra do vínculo afetivo com o/a filha/o, muito menos a distância geográfica e o fim do aleitamento materno, como acontece atualmente na maioria das vezes. Mulheres são retiradas da presença de seus/suas filhas/os, levadas ao cárcere ficando impedidas de receberem informações e contatos com os/as mesmos/as. Numa grande parte dos casos, a mulher e mãe era a única provedora do sustento

dos/as filhas/os e ao ser abstraída deste contexto, o Estado deverá assumir o acompanhamento e desenvolvimento destas crianças com equipe multidisciplinar, incluindo psicólogas e assistentes sociais.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (1990), com a intenção de promover e assegurar um desenvolvimento integral à criança e ao adolescente, prevê proteção à integridade física, moral e psicológica dos mesmos.

[...] a condição própria de desenvolvimento em que se encontram as crianças e adolescentes e, como tal, devem ser cuidados, protegidos, inseridos num processo de formação de valores e com prioridade absoluta na definição de políticas públicas e seu respectivo orçamento, bem como na organização da dinâmica familiar e social (SOUZA; ASINELLI-LUZ, 2010, p.7).

Nos próximos anos, as discriminações de gênero ocorridas também no Sistema Penitenciário deverão ser vencidas. Há necessidade de adequar a própria legislação às questões das políticas públicas para mulheres com recorte das questões de gênero, sabendo-se que estas mulheres encarceradas são em sua maioria pobre, com pouca escolaridade, provedoras do sustento de sua prole. Reclamam sobre elas, mesmo antes do cárcere, a exclusão, a violência e a discriminação social. Não é possível continuar a exclusão quando em privação de sua liberdade, o encarceramento sem as garantias necessárias pela sua condição e peculiaridades femininas. O desafio é tornar visível aos olhos da sociedade este desrespeito à integridade e direitos humanos praticados no confinamento destas mulheres que infringiram a lei, mas que continuam cidadãs e por isso merecem o tratamento digno de ser humano, incluindo as crianças e adolescentes que estão sob sua guarda.

É inconcebível, em pleno século XXI, continuar negando o direito à visita íntima, continuar tratando as relações homoafetivas dentro do cárcere como falha grave, sujeita a castigo “[...] que seja integralmente garantido, inclui-se nesta previsão o respeito à orientação sexual da mulher presa e seu direito à manutenção do vínculo familiar [...]” (BRASIL, 2008, p. 91)”.

Mesmo com tantas dificuldades e sem saber como se manifestar, as vozes das mulheres pesquisadas ousam em aclamar suas necessidades e direitos, percebendo na oportunidade de falar um canal para expressar suas angústias e aspirações.

*“- Que não cortassem o vínculo com nossa família, ela é muito importante”.*(GF)

A ação que a sociedade no papel do Estado deverá assumir com estas famílias que se encontram em vulnerabilidade social e situação de risco, mesmo antes do cárcere, é de assegurar a garantia de proteção social básica com medidas efetivas de prevenção. Há a necessidade de criar ou estender os programas de assistência social às famílias das mulheres que se encontram em privação de liberdade. O cuidado a ser despendido pelo poder público aos cidadãos tenderá a diminuir a fragilidade social a que estas mulheres e consequentemente seus/as filhas/os estão sujeitos. O relatório realizado por equipe interdisciplinar do governo federal evidencia essa necessidade detectada neste estudo.

O Grupo de Trabalho propõe a inclusão das famílias, filhos e filhas de presas nos programas de assistência social, observando-se ainda o Plano de Convivência Familiar e Comunitária, que define ações voltadas à garantia do contato de crianças e adolescentes com pais e mães que se encontrem privados de liberdade, sendo o Ministério do Desenvolvimento Social um dos atores envolvidos na implementação do Plano de Convivência Familiar. Com a finalidade de diminuir a vulnerabilidade destas pessoas, o GTI, prioritariamente, propõe a inclusão das mulheres presas e egressas, bem como seus familiares, no Programa Bolsa Família, não só por preencherem os requisitos do programa (e por ser evidente a necessidade de extensão ao suporte familiar), mas também por se tratar de medida de justiça e de garantia de direitos (BRASIL, 2008, p.93).

É importante salientarmos a necessidade de políticas públicas específicas para mulheres também no Sistema Penitenciário. A revisão dos documentos oficiais que regem o encarceramento de pessoas ignora a existência das especificidades das mulheres. Elas são enquadradas no sistema como se nada tivessem de específico, seguem as regras desumanas feitas para os homens.

No que se refere às leis, o Brasil é um país exímio na legislação para homens, reconhecido como um dos melhores códigos penais do mundo; porém, além do problema da dificuldade de implementação destas leis, falta-lhe vencer o paradigma da discriminação de gênero. A prática efetiva de encarceramento deixa muito a desejar; as reais condições de funcionamento de nossos cárceres envergonham os direitos humanos, tanto das prisões masculinas como das femininas. A sujeição de encarceramento que as pessoas que cometeram delito passam não permite que ao sair desta privação de liberdade possam ter um comportamento diferente.

Pouco se faz de efetivo para a reinserção destas pessoas, mas podemos evidenciar que, dentre as possibilidades de promoção e transformação da vida das mulheres privadas de liberdade, a educação e a profissionalização preparam para o mundo do trabalho.

As mulheres encarceradas são fruto de uma vida de violência, de privação de direitos, de dificuldades incalculáveis, que comprometem suas vidas e as vidas de seus/as filhos/as e de toda a comunidade por seguidas gerações.

São vidas impregnadas de múltiplas formas de violência que se expressam nas relações familiares e sociais pautadas pela violência física, psicológica, pelo tráfico e dependência de drogas, alcoolismo, criminalidade, trabalho infantil, vida nas ruas, abandono, enfim pelo desrespeito a direitos fundamentais da pessoa (STOLTZ; D'ARÓZ; GOIS, 2010, p.8).

Reconhecer a importância de uma LEP que contemple as necessidades e especificidades femininas é essencial e justo. Reformular, inclusive, outros documentos oficiais como Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos é fundamental, como também incluir o olhar de gênero na legislação penal permitirá assegurar as condições dignas e o respeito aos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

A situação das unidades prisionais femininas no Brasil verificada no presente relatório demonstra que as mulheres detidas no Brasil estão submetidas a graves violações de direitos, reproduzindo o mesmo desamparo experimentado pelos homens presos. A essa realidade que ultrapassa as condições inadequadas de habitabilidade e salubridade e a recorrência de tortura e maus tratos no cotidiano do cumprimento de penas, soma-se a reprodução de forma mais incisiva e agravada das recorrentes violações de gênero praticadas contra as mulheres (OEA, 2007, p. 57).

O acordo de cooperação técnica que entre si celebram a Secretaria Especial de Política para Mulheres da Presidência da República e o Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN (BRASIL, 2008) prevê em sua Cláusula primeira, parágrafo único, as ações interdisciplinares para a garantia de direitos.

a) o direito, à cidadania e à dignidade da pessoa humana; b) a elevação da escolaridade e educação continuada; c) a iniciação e qualificação profissional; d) as atividades produtivas; e) o atendimento jurídico; f) a política de saúde da mulher, contemplando a atenção à maternidade e ao direito sexual e reprodutivo; g) a interação e o convívio familiar e comunitário; h) a política de recursos humanos compatíveis com a especificidade da mulher presa; i) a valorização e a capacitação das/os profissionais que atuam em unidades prisionais; j) a readequação e construção de projetos arquitetônicos que atendem às necessidades da população penitenciária feminina; k) propiciar condições de atendimento digno aos filhos das mulheres encarceradas.

Há a necessidade de ressaltar que não só de leis vive e funciona um país. Os documentos apontam para a inclusão das mulheres encarceradas nas políticas públicas, porém devemos lembrar que o investimento em estrutura física, material e recursos humanos para a implementação de tais leis são imprescindíveis. As questões básicas de atendimento aos exames preventivos ginecológicos, DSTs e HIV, vacinação e aos tratamentos previstos pelo SUS devem ser incluídas como prática rotineira das prisões femininas.

Os cuidados em relação aos apontamentos levantados pela OEA (2007) preveem ainda, a construção de espaços adequados que atendam às necessidades de gênero e de preferência em relação a região, não afastando a mulher encarcerada de seus familiares, atendendo as Regras Mínimas para Tratamento dos Reclusos.

Investir em políticas públicas de melhorias dos contextos (comunidades) pra onde estas mulheres presas voltarão é de fundamental importância. Os investimentos no cárcere são necessários, não há como fugir disso, porém, de nada adiantará se ao voltarem a usufruir de sua liberdade, após o cárcere, continuarem a conviver com a dura realidade de violência e discriminação em sua casa, bairro ou cidade, com a falta de oportunidades e dificuldades de inserção e privação de direitos básicos fundamentais: saúde, educação, moradia, trabalho com remuneração justa, saneamento básico, aliado ao combate às fontes geradoras de violência e criminalidade globais pelos governos: combate ao tráfico de drogas e crime organizado.

A violência contra mulheres e crianças não pode levar a impotência. Novos mecanismos de proteção e de garantia de direitos necessitam ser criados para viabilizar o aprendizado de uma profissão, salário digno, educação continuada, integral e de qualidade para os seus filhos, combate a impunidade e as redes de crime organizado, que se estabelecem em comunidades carentes e roubam, inclusive, o poder de escolha das famílias pelo não envolvimento no tráfico. Nestes contextos, não há opção. Há a forçosa participação naquilo que representa a própria ruína de seus membros, como é o caso do tráfico de drogas. Só uma rede de proteção, contando com a participação de diferentes instituições, além do firme comprometimento do Estado e da sociedade organizada poderá fazer frente a uma rede que se beneficia com a exploração e a miséria (STOLTZ; D'ARÓZ; GOIS, 2010, p.93).

Interessante notar que ao fazer referência às vulnerabilidades que cercam o feminino, a indicação da rede de proteção e apoio como fator de fortalecimento e garantia de direito expressa a concepção de cuidado de que as mulheres, as crianças e os/as adolescentes costumam ser privadas/os.

Bassanezi (1996) afirma que é possível perceber na contemporaneidade a quebra do modelo dominante, o que não era fácil em outros tempos. “Uma outra mulher que começa a *ousar*, revelando, desse modo, um momento em que se coloca a possibilidade de ruptura dos papéis femininos tradicionais” (p. 112). No entanto, no cárcere, as limitações dos muros e grades, do clima punitivo e austero, da situação de suposta perda de direitos, há a necessidade de quem incansavelmente aponte os cuidados necessários e de responsabilidade de quem as encarcerou, que olhe e prime pela garantia mínima de sua dignidade e direito humano.

A realidade do cárcere reflete a relação construída ao longo da história entre homem e mulher, tida como naturalmente hierárquica apoiada na razão, teorias criadas e explicadas pelo ponto de vista dos homens, dando evidência e prioridade à ética masculina como sendo universal, imutável e inquestionável, desconsiderando a reflexão ética das mulheres. Talvez esta possa ser a razão que impeça ou dificulte sua desconstrução e o estabelecimento de uma ética que inclua homens e mulheres como partes do gênero humano.

A aceitação social desta história oportunista reflete a parcialidade e intenção histórica de manter, através das argumentações do essencialismo genérico, a depreciada posição da mulher como ser ontologicamente diferente e inferior. Tal concepção sustentou e ainda sustenta o fenômeno da desigualdade entre os sexos como determinação da natureza, delimitando a capacidade feminina. Este fator tem sido o mentor da violência e dos mais descabidos abusos contra a mulher de todas as idades e contextos sociais, inter e intramuros.

Portanto, para se encaminhar para a mudança e o reconhecimento efetivo da mulher, é preciso mudar a ordem estabelecida da história violentada sob o decreto da exclusão. A compreensão dos padrões arcaicos, cristalizados na discriminação de gênero, ajuda a orientar a construção de uma sociedade justa, onde a qualidade do pensamento e da razão (ética da justiça), dos sentimentos e das emoções (ética do cuidado) possa ser compreendida como complementares num mesmo ser humano, homem ou mulher. Assim, a partir desta percepção será possível compor e determinar outros conceitos fundamentais mais humanos, menos discriminatórios e desiguais, modificando a base da estrutura da sociedade.

As reflexões mais enfáticas sobre ética feminina ocorreram na década de 1960. Porém, de meados do século XX para cá, o feminismo cresce, influenciando a filosofia, a sociologia e a educação e tenta rever o posicionamento da mulher diante da estrutura social e da produção do



conhecimento. No Sistema Penitenciário, ela só agora começa a tomar corpo e coragem com o advento e evidência dos direitos humanos como parte da dignidade humana também para as pessoas que infringiram a lei.

Boselli (2003) identifica o preconceito e os obstáculos sociais e culturais como os fatores que dificultam a entrada da mulher na vida prática, nas relações concretas de poder. Para ela, são estes aspectos cultuados socialmente que impedem a efetivação da verdadeira democracia. Há um desequilíbrio na representação da diversidade da população, sabendo que as mulheres perfazem 52% da população mundial e estão em somente 145 dos legislativos no mundo. Permanece a ideia de a mulher ficar atrelada ao lar e à família. O fato de a mulher ter sido relegada, durante muito tempo, exclusivamente às atividades domésticas, as privou das oportunidades de ampliar seu horizonte. O longo período em que a mulher ficou exposta a não participação em atividades fora da esfera doméstica, a oportunidade ao estudo, votar e ser votada, representa atraso e desequilíbrio social complexo entre os sexos (BOSELLI, 2003).

Fora do cárcere, a realidade do processo de construção da igualdade teve significativos avanços; porém, as mulheres ainda ocupam as carreiras consideradas atividades para mulheres, ligadas à sensibilidade e ao cuidado, menos valorizadas economicamente, atreladas como sacerdócio, enquanto as mais reconhecidas e valorizadas se apresentam menos acessíveis. Portanto, a igualdade merecida e almejada entre homens e mulheres ainda tem um longo caminho a percorrer até mesmo porque o trabalho doméstico e os cuidados com as crianças têm sido destinados quase que exclusivamente às mulheres. A sociedade acrescenta às obrigações profissionais os trabalhos domésticos e o cuidado com as/os filhas/os (BEAUVOIR, 1980).

Sabemos que o homem atual não fundou o regime patriarcal, mas tira proveito dele. Precisamos lutar pela condição concreta da mulher para que ela tome seu destino nas mãos e estabeleça o respeito e a dignidade de sujeito de direito, não só de deveres e renúncias, consolidando as leis de igualdade como cidadã e ser humano. A forma com que as mulheres são tratadas no plano econômico, social e político é que faz perpetuar a ideia de que elas são inferiores aos homens. A emancipação individual não é suficiente, é preciso um trabalho coletivo, ligado às lutas de reestruturação da sociedade. É preciso que as mulheres sejam respeitadas exatamente como os homens. As diferenças existentes entre homens e mulheres não são mais importantes que as diferenças individuais que possam existir entre as mulheres ou entre os homens. Não é

possível mudar o destino da mulher sem transformar profundamente a sociedade. As feministas, ao longo de sua valoração, reivindicam a igualdade no acesso a todas as atividades próprias da humanidade, o acesso a todos os papéis e funções sociais sem discriminação. Fazendo valer a “igualdade de todos os seres humanos”, e não somente “igualdade de todos os homens” (PULEO, 2004, p.10).

Discutir hoje os valores morais e existenciais de igualdade também no Sistema Penitenciário parece ainda melindroso e cruel, pois os mesmos sempre estão impregnados de muitos conflitos e de uma negação dos homens às condições de igualdade e, então, uma aceitação em nome da compreensão por parte das mulheres. Se observarmos as ideias revolucionárias do primeiro homem filósofo a assumir abertamente a injusta posição das mulheres na relação entre os sexos, podemos perceber que na prática, passados tantos anos, pouco avançamos. Para La Barre (1673)<sup>12</sup>, a condição de desigualdade/inferioridade do sexo feminino não tem fundamento natural como defendem os filósofos tradicionais, mas se origina historicamente. Para ele, os grandes vilões que perpetuam a desigualdade entre os sexos através dos tempos são o preconceito, o costume, a tradição e o argumento de autoridade. Admite que a força física é o único traço que inferioriza a mulher diante do homem; porém, não é irrelevante em relação à capacidade moral e intelectual. As diferenças corporais não estão na alma; portanto, não impedem que esta possua capacidade racional e moral igual ao homem (*apud* CARVALHO, 1984).

Os argumentos utilizados pela humanidade para a prática da inferioridade da mulher não apresentam explicações claras. Segundo La Barre (1984), o julgamento das pessoas se apoia em preconceitos que estão de tal maneira enraizados que elas creem que a inferioridade feminina é um fato determinado pela natureza ou pela Providência Divina. Argumenta, ainda, que o preconceito da desigualdade entre os sexos é o pior de todos; porém, indica o uso da razão e do bom senso para descobrir a verdade. Para ele, “os dois sexos são iguais, quer dizer, as mulheres são tão perfeitas, tão nobres e tão capazes quanto os homens” (LA BARRE, 1984, p. 10).

Percebe-se que as próprias mulheres, em sua prática diária, educam e se comportam convencidas e/ou persuadidas de sua inferioridade e muitas vezes veem com maus olhos aquelas

<sup>12</sup> Importante filósofo do séc. XVII, defensor da igualdade já em sua época, porém pouco divulgada. A citação foi retirada de CARVALHO (1984). Polain de la Barre, publicou o livro “De l’égalité des deux sexes”, em 1673.

que procuram trilhar caminhos convencionalmente interditados e/ou negados. Infelizmente, as próprias mulheres cultuam a tese da desigualdade essencial e sua inferioridade, sendo preconceituosas sobre seu próprio sexo. Consideram-se incapazes e aceitam sua condição de subordinadas, portanto, são vítimas e cúmplices da própria situação que as oprime. Esta constatação é citada também por Beauvoir: “as mulheres não são apenas vítimas, mas são também cúmplices da condição de inferioridade que vivenciam” (BEAUVOIR, 1980, p.23).

Nietzsche (2001) propõe a utilização da teoria feminista para descobrir outra versão do eu autônomo masculino. Ele cria um ideal de moralidade, em que ocorre uma total reconciliação; todos os conflitos interpessoais são devidos a recursos escassos e no momento que se eliminarem todos os conflitos de classe, também se conseguirá extinguir toda a diferença de gênero, a heterossexualidade obrigatória, o fim do governo dos homens sobre as mulheres, uma forma de regular os conflitos interpessoais, mesmo não sendo fácil eliminá-los. Há a necessidade de uma sociedade justa, a teoria moral não pode somente representar as ideias dominantes dos varões heterossexuais. Sempre será necessário regular as causas dos conflitos e das disputas humanas e proteger os compromissos de uma existência humana compartilhada (*apud* BENHABIB, 1992, p.56).

O bom senso, entendido como o poder de bem julgar e de distinguir o verdadeiro do falso, deverá favorecer a igualdade natural, comum a todos os seres humanos, que se apresenta igual em todos os homens e em todas as mulheres. Poulain de La Barre faz uma reflexão sobre a verdadeira situação da mulher, seu estado de subordinação e dependência, contrário à ordem da natureza que faz todos os seres humanos iguais (CARVALHO, 2000).

O caminho para superar esta situação injusta e estas diferenças é a educação, baseada na formação integral do ser humano, capaz de estimular o uso da razão e do bom senso em ambos os sexos. Além do acesso às experiências e à educação para as mulheres, faz-se necessário o acesso aos cargos e profissões que pela prática ainda são dificultados. A incansável busca da igualdade ainda tem muito a percorrer até que as ações do dia a dia e as condutas de todos não discriminem nem priorizem nenhum dos sexos.

Mill (1975, p.169) argumenta que a “natureza inferior” das mulheres é resultado de que sempre lhes foi negado o acesso à informação e a oportunidade de desenvolver suas capacidades. Para romper com este estado de inferioridade, deve ser propiciada à mulher uma educação

condizente. A condição de inferioridade em que se encontra o sexo feminino é incompatível com a organização social moderna. A emancipação feminina só será possível se for permitido à mulher o direito de liberdade, igualdade e felicidade. Qualquer benefício que a mulher possa ter ou alcançar ocasionará conseqüentemente a evolução e o progresso da humanidade.

As vivências infantis dos primeiros anos de vida servem como base importante para as concepções de uma vida adulta. Assim, a propensão de as mulheres estabelecerem vínculos, buscarem relações de proximidade, estarem mais atentas às necessidades do outro é reforçada pela educação diferenciada das meninas. No entanto, após as constatações de Gilligan (1990), essa sensibilidade passou a ser vista não como um aspecto de inferiorização feminina, mas como um aspecto que valoriza as ações das mulheres. Esse aspecto ampliou o campo de estudo da moral.

Conclui-se que ninguém nasce mulher ou homem: ambos se tornam assim pela mediação de outrem, no convívio social, na interação com os sistemas bioecológicos.

A desumanização que não se verifica apenas nos que tem sua humanidade roubada, mas que ainda de forma diferente, nos que a roubam, é distorção de ser mais. É distorção passível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos a fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos (FREIRE, 1987, p. 16).

Poulain de La Barre (1984) também defendeu o acesso à educação para as mulheres, porém de forma igualitária, propiciando oportunidades iguais e como força transformadora que deve ser estendida a todo gênero humano. Ele assim argumenta:

A educação diferenciada para os dois sexos é um pecado contra a equidade natural, para a mulher tem efeitos desastrosos. Além de obscurecer seu espírito, enchendo-o de vaidade e bobagens, sufoca todas as sementes de virtude e de verdade [...] torna inúteis as disposições que as mulheres poderiam ter para as coisas importantes e suprime seus desejos de se tornarem perfeitas como nós, retirando-lhes os meios. (apud CARVALHO, 2000, p.128).

Beauvoir (1980) vai estender sua revolução aos modelos até então exercitados, afirmando que a influência da educação e do ambiente é imensa, no menino o qual está fixado no seu órgão sexual e na menina como objeto de beleza (boneca). Portanto, a passividade que se atribui à

mulher (feminino) é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos de vida, não sendo em hipótese alguma um dado biológico, “na verdade é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade” (BEAUVOIR, 1980, p. 21).

Ao menino é permitida a independência; ele domina seu corpo desde cedo pelas brincadeiras nas quais usa de forma integral suas capacidades física e intelectual, e que lhe permitem afirmar-se como sujeito, fazendo das meninas rivais e as desprezando.

A consideração comovida das mulheres adultas em relação ao homem bastaria para colocá-lo num pedestal. Tudo contribui para confirmar essa hierarquia aos olhos da menina. A cultura histórica, literária, através das canções, das lendas e da prática cotidiana embala uma exaltação ao homem.

Foucault (1984) considera o sujeito como um lugar de fala, no qual é constituída pelo domínio discursivo a forma de ser mulher, receita pronta, elaborada por uma cultura machista que não quer abrir mão de suas vantagens, “corpos constituídos como sujeitos pelos efeitos do poder” (p.183) Assim, seguindo esta mesma análise, podemos perceber que a constituição do sujeito “mulher” atravessou toda uma reflexão teórica articulada aos movimentos feministas em diferentes países ocidentais e empenhou-se em dismantelar a construção “natural” do feminino enquanto apenas o “outro” do homem. A busca de um significante geral para a multiplicidade do ser-mulher colocava a afirmação de um sujeito-em-si, não apenas um reflexo invertido ou uma construção do olhar masculino (SWAIM, 2005).

A menina talvez não sentisse essa humilhação se não perdesse o orgulho de ser humano. Há muitos casos de adolescentes que desenvolvem psicoses, pois encaram sua feminilidade como doença, sofrimento, morte, e esse destino a subjugava (GILLIGAN,1990).

Assumia-se com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança (LOURO, 2010, p.19).

Foucault (1984) convida a penetrar na rede constitutiva das relações sociais que individualizam em níveis e patamares a fim de detectar “[...] como funcionam as coisas no nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos, etc.” O pensamento foucaultiano, deste modo, casa-se à

análise feminista na medida em que ambos pretendem desvelar os discursos de verdade sobre o humano e seus recortes sexuais/sexualizados. Segundo este autor, “[...] somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a certo modo de viver ou morrer em função de discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1984, p. 182 - 183).

Para Gilligan (1990), Benhabib (1992), dentre outras pensadoras que defendem uma nova abordagem ética para o sujeito humano, as experiências ditas femininas, como os cuidados dedicados aos outros e as experiências ligadas ao fato de ser mãe, promovem valores diferentes daqueles que prevalecem na ética da justiça. Afirmam, ainda, que essas experiências estimulam a formação de conceitos do eu e da moralidade, diferentes dos conceitos tradicionais e favorecem um modo de pensamento baseado na percepção moral empática de situações particulares, em vez de recorrer a princípios gerais.

Ainda no século XVII (1673), Poulain de La Barre defendia a igualdade entre os sexos e reivindicava um modelo de educação diferente do praticado até então. Sua proposta era uma educação não diferenciada para ambos os sexos. Em sua época, era negado à mulher inclusive o direito de frequentar a escola. Sendo assim, a proposta de La Barre, revolucionária em si, era propiciar o acesso da mulher à educação. Defendeu o direito a uma educação sólida, idêntica à oferecida aos homens, sem restrições de conteúdos. Para ele, como não havia natureza feminina inferior, não havia motivos para receber uma educação seguindo os predicados específicos do confinamento à casa, do cuidado com os filhos e da submissão à autoridade masculina, atributos que até então eram destinados à mulher. Considerou um “pecado contra a equidade natural”, com efeitos desastrosos para a mulher, a forma de educação diferenciada aos dois sexos (CARVALHO, 2000, p.128).

As ideias de Nietzsche (2001) podem ser aqui representadas já que seus escritos sobre ética se referem diretamente às consequências das dominações e da subordinação sobre o desenvolvimento das características ideais. Seus ideais podem ser aplicados à educação da humanidade como um todo, pois para ele a moralidade é uma sublimação do impulso vital dos fortes sobre os fracos. A origem e sustentação da moralidade acontece pelo controle dos conteúdos internalizados que se impõem. Assim, as ideias e a moral dominante têm como resultado um sistema de opressão genérico e de classe na forma de uma heterossexualidade obrigatória. Este

é um ponto a que Gilligan (1990) também se reporta, mostrando a insistência de manter culturalmente a imagem de “menina boa” com o propósito de domesticar as mulheres, tratando-as somente como seres compreensivos, carinhosos, dados ao cuidado e responsabilidade, numa “vitimização feminina” (BENHABIB, 1992, p.56).

A noção de “diferença de sexos” engendra e delimita, restringe e produz certa sexualidade que no caso das mulheres habita totalmente seu ser. Elas passam a existir enquanto mulheres somente pela sua função específica: a reprodução. Mathieu explicita que

O gênero, isto é, a imposição de um heteromorfismo dos comportamentos sociais não é, portanto concebido [...] como a marca simbólica de uma diferença natural, mas como um operador de poder de um sexo sobre outro [...] (MATHIEU, 1991:258 in SWAIN, 2005, p. 7).

De fato, a ideologia que prevalece é a vontade de poder. A ancoragem do gênero no sexo biológico é fundamento dos mecanismos de divisão e controle de um sexo sobre outro.

A educação defendida por La Barre(1673) é uma educação diferente da tradicional. Para ele, a educação deve levar à busca da verdade, propiciando condições para o pleno desabrochar da razão e do bom senso, que são naturalmente idênticos em todos os seres humanos. Sua posição foi a força transformadora para o século seguinte, mostrando o valor da educação para o aperfeiçoamento humano. Considerou a humanidade como um todo, não usando mais “dois pesos e duas medidas” para os homens e para as mulheres. Reforçou a importância da educação para a emancipação da metade da população, tendo em vista que o homem e a mulher não têm naturezas diferentes (*in* CARVALHO, 1999, p.55).

Para Mill (1975), a educação feminina tem o propósito de preparar a mulher para a submissão:

Desde muito pequenas as mulheres são criadas na crença de que o caráter ideal para uma mulher é exatamente o oposto daquele do homem; são ensinadas a renunciar as suas vontades e a não se responsabilizarem por seus atos [...] Todos os princípios morais ditam que esses são os deveres das mulheres e todos os clichês sentimentais afirmam que essa é sua natureza, viver para os outros, fazer completa abnegação de si própria e não ter outra vida senão a afetiva (MILL, 1975, p.75)

É pela educação, enfatizando a total equidade entre os sexos, que a humanidade garantirá seu progresso moral efetivo.

Foucault (1984) afirma que as práticas sociais, mais propriamente as práticas escolares e educativas, estão envolvidas pela cultura e têm uma dimensão discursiva. E vê o discurso como uma rede de representações e significações, a qual códigos de conduta, imagens, comportamentos e estruturas narrativas contribuem para moldar a vida social. Todos esses mecanismos e tecnologias de poder têm por função impor uma conduta determinada pelos mais fortes a uma multiplicidade de indivíduos que estão sujeitos de uma ou outra forma a este poder. Estes jogos de poder funcionam de tal forma que, ao impor sua ordem, obrigam aos submissos a que respondam às expectativas das instituições criadas pela sociedade moderna. “Toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras” (PIAGET, 1932, p.11). As regras sociais que consistem na moral prática das sociedades são aprendidas e transmitidas dos adultos para as crianças. Esta é elaborada pela sucessão ininterrupta das gerações adulta anteriores, normalmente estabelecida pelo respeito à pessoa que as reproduz (ex. criança respeita a regra que o pai lhe transmite).

Acreditar que a educação pode fazer o ser humano sair de seu ponto de inércia é de fundamental importância. O/a educador/a que acreditar no potencial único de transformação individual e social que o processo educativo traz em si conseguirá mobilizar no educando a vontade de aprender, de superar as dificuldades e superar-se a si próprio. E essa realidade fica mais evidente no espaço do sistema prisional. A estudante privada de liberdade precisa da educação capaz de mobilizá-la para a inserção social, com compreensão crítica desta condição. É possível iniciar um processo educativo que avalie as condições ou os fatores que a levaram à privação de sua liberdade. A tomada de consciência sobre os erros que praticou e os danos que causou a si e à sociedade é de fundamental importância para que o processo educativo se estabeleça. A educação humanizadora para despertar o ser em si, o cuidado e a sensibilidade de construção de uma sociedade melhor, menos violenta, melhor de se viver.

A educação por si propicia aos seres humanos uma forma específica de melhorar as ações no contexto escolar no qual estão inseridos. “A educação que desvestida da roupagem alienada e alienante, seja de uma força de mudança e libertação [...] Educação para o homem-objeto ou para o homem-sujeito” (FREIRE, 2009, p.44).

Acredita-se que a educação abriga em si o potencial de transformação individual e social; o/a educador/a deve trabalhar com o resgate da identidade e autoestima do educando, e este



será imprescindível para mobilizá-lo para a aprendizagem constante na prática pedagógica. “É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo” (FREIRE, 2009, P.47). No processo educativo o ser humano dialoga sobre a sua condição no mundo. A sensibilização e as questões morais e éticas permeiam a condição de educadores no espaço penitenciário. Para Freire, o ser humano que se educa aprende a convencer e converter o seu oponente. “O sectário nada cria porque não ama. Não respeita a opinião dos outros. Pretende a todos impor a sua, que não é opção, mas fanatismo” (FREIRE, 2009, p. 59).

Ao reconhecer que pode e deve, como sujeito, interagir com outros sujeitos, modificar comportamentos e aprender novas formas de vida trazidas pela aprendizagem, o/a educando/a do sistema penitenciário se motiva e se responsabiliza para acelerar as transformações. Percebe que na medida em que aprende, conhece e ao conhecer, pode intervir e modificar os rumos de sua história. Aos poucos passa a renunciar à postura de objeto e vai assumindo a postura de sujeito. É a passagem do eu objeto para o eu sujeito. No processo escolar, a necessidade de delimitação de si próprio, de se reconhecer como sujeito, impõe trabalhar e fortalecer a auto-estima. Processo primeiro, necessário durante toda construção do conhecimento formal. Pela educação, é possível reescrever a história de forma crítica.

O processo educativo deve ser um processo dinâmico, capaz de tirar o/a estudante do seu ponto de inércia, de sua acomodação entediante e viciada, levando-a a inquietude de buscar construir novas formas e respostas, procurar as verdades comuns e coletivas, ouvindo, investigando, perguntando, falando, expressando suas experiências e avanços em relação a si e ao mundo. Assim, a educação no Sistema Penitenciário deve mediar e/ou propiciar a revalorização do sujeito, do pensar, do expressar-se de forma produtiva e fundamental, para que a educação cumpra seu papel, propiciando às mulheres encarceradas a discussão corajosa de sua problemática “Educação que o coloque em diálogo constante com o outro... no sentido mais humano da expressão... que o identificasse com métodos e processos científicos (FREIRE, 2009, p.98)”.

É pela educação que se pode devolver à estudante a sua humanização, tão fundamental no espaço privado de liberdade. Nada pode trazer significado a um sujeito que transgrediu a lei se não a tomada de consciência, bem como um sentido novo de escola e de conhecimentos científico acumulado ao longo do tempo, para quem, insensível ao outro, se rebelou de forma

agressiva e brutal.

Paulo Freire (2009) propõe uma educação que valorize o ser humano em suas condições de ser sujeito simples, em sua incompletude, dotado de capacidade e inteligência para administrar seu espaço local e social de forma democrática responsável e participativa. Sua proposta de educação parte da realidade e, a partir dela, se amplia, fazendo do/a estudante sujeito de sua própria história e da história de seu país, criando assim, relações mais iguais e talvez mais justas, menos opressoras e cheias de poder e escravizações.

A educação no contexto penitenciário deverá ser um trabalho que propicie condições de verdadeira participação, que cumpra com seu papel socializador, político e humanizador.

Entre nós, repita-se, a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude. De criação de disposições democráticas através da qual se substituíssem no brasileiro, antigos e culturólogos hábitos de passividade, por novos hábitos de participação (FREIRE, 2009, p 101).

Porém, todos os envolvidos na instituição do Sistema Penitenciário deverão estar envolvidos/as desempenhando um trabalho em teias ou redes para que possam fugir da possibilidade de estabelecer somente a passividade e a obediência nas internas, caminho avesso à possibilidade de reinserção social. A educação no sistema prisional deve trilhar o caminho diferente e desafiador de tornar as pessoas privadas de sua liberdade pessoas autônomas, capazes de pensar criticamente sobre si e sobre o mundo. Desta forma, ao se fazer valer, ela mais do que nunca deve contribuir para o processo de reinserção social, levando em conta que a estudante que está neste espaço necessita de educação que a faça refletir e superar o seu atraso escolar, a discriminação social e estigmatizante de sua condição de exclusão. O difícil e desafiador caminho de estabelecer uma educação dinâmica, onde o papel ativo do/da homem/mulher em sua e com a sua realidade aconteça de forma integrada e significativa. Onde o ser humano consiga distinguir os dois mundos, o da natureza e o da cultura. Onde ele consiga reconhecer a sabedoria na reflexão produzida pela ciência. Perceber na cultura, na arte, na literatura, na escolarização o processo de aquisição sistemática da experiência humana. Compreender de forma crítica e criadora que o aprendizado propiciado pela escola é uma chave ou uma mola propulsora que o introduzirá no mundo e, pela educação formal, estará no mundo e com o mundo, reassumirá seu papel de sujeito e não de mero e permanente objeto.

A frequência às aulas no sistema penitenciário, conforme depoimentos dos sujeitos, nem sempre está relacionada ao desejo de aprender, mas a “arejar a cabeça” e à busca da “remição da pena”. É necessário “descobrirem que podem ter voz e vez em sala de aula”, influenciando na sua autoestima, autoconfiança e, por conseguinte, “em seu processo de reinserção social” (FALCADE-PEREIRA; ASINELLI-LUZ, 2011, p. 279).

Na **análise intranúcleos** podemos relacionar a complexidade da realidade do Sistema Penitenciário pela teoria bioecológica que permite a análise mais aprofundada entre o tempo do encarceramento, a pessoa privada de liberdade, o processo de (re)socialização e reinserção e o contexto onde elas estão inseridas e a partir desta realidade possibilitar o repensar e possíveis transformações para as mazelas sociais, especificamente no que diz respeito às mulheres que cometeram crimes infringido a ética moral da sociedade.

Assim, a compreensão possibilitada por esta pesquisa nos aponta para a amplitude e complexidade do Sistema Penitenciário e principalmente para a especificidade das discriminações de gênero intramuros nas ações do cuidado. E ao obter essa sustentação no modelo bioecológico apresentado por Bronfrenbrenner (2011) nos foi possível analisar, através da compreensão histórica da humanidade, os processos de desenvolvimento humanos envolvidos. Procuramos não deixar de lado as características biopsicossociais das pessoas envolvidas, acompanhando ainda o movimento das ações realizadas e significadas em seus sentimentos e percepções, bem como a identificação e caracterização dos contextos, ambientes constituintes da pesquisa buscando contribuir para encontrar alternativas concretas para as inúmeras incógnitas que o aprisionamento feminino nos apresenta.

Nesta perspectiva, podemos apontar que as construções humanas no espaço de privação de liberdade para mulheres precisam sofrer as intervenções necessárias apontadas ao longo desta pesquisa no que diz respeito às interações sociais previsíveis e imprevisíveis do ciclo vital. Evidenciamos, ainda, que a compreensão do cuidado e afeto pelas interações humanas, nas ações e reações das zonas proximais, dos vínculos e respeito à dignidade de cada mulher encarcerada poderá ser o caminho e o canal aberto às possibilidades favoráveis de mudança e transformação do conservadorismo e estagnação impessoal vivido e reproduzido pelo Sistema Penitenciário, instituição total (GOFFMANN, 2008). Ao propiciar interações humanas favoráveis, estaremos possibilitando o verdadeiro desenvolvimento integral e restaurador a estas mulheres, compensando o abandono e o descaso social vivido e encaminhando com elementos e oportunidades

concretas para a mudança de vida e consequentemente efetivando a reinserção social tão necessária para as encarceradas e para a sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS

Ao iniciarmos esta pesquisa, tivemos como objetivo possibilitar outros paradigmas para o Sistema Penitenciário no atendimento às mulheres a partir da perspectiva da complexidade que envolve a ética do cuidado, ética da justiça e o desenvolvimento humano. A pesquisa possibilitou-nos descrever o perfil das mulheres privadas de liberdade, internas no CMP que frequentam a escola no Sistema Penitenciário, os motivos que as levaram à privação de liberdade, bem como as manifestações de autoestima e autoconceito.

Através deste estudo, chegamos ao perfil das dez mulheres participantes da pesquisa. Evidenciamos que as mulheres encarceradas são jovens com idades entre 24 e 43 anos, noventa por cento possui filhos/as, setenta por cento está separada e de alguma forma não conta com o apoio do pai de seus filhos/as, a maioria possui baixa escolaridade e profissionalização. A maior parte está presa devido a alguma forma de tráfico ou uso de drogas como elo da criminalidade, aliado ao furto, ao roubo ou ao homicídio (oitenta por cento das mulheres pesquisadas).

As mulheres privadas de liberdade manifestaram compreender os papéis sociais apresentados pela sociedade como atribuições e construção social, percebendo o cuidado e a justiça como fatores morais importantes na vida do homem e da mulher. No entanto, deixam transparecer em suas falas que o contexto social onde estiveram inseridas possui uma cultura de inversão de alguns valores no cuidado com as crianças. A situação de vulnerabilidade social a que foram submetidas estas mulheres nem sempre lhes é consciente. Parece que se acostumaram com a falta, salta aos olhos a evidência que a forma com que viveram lhes parece natural. E comparada à situação precária do Sistema Penitenciário, somente a vantagem da liberdade lhes parece suficiente para a supervalorização de sua condição anterior à prisão.

A situação de cuidado apresentada revela seus sentimentos e percepções acerca da infância, evidenciando terem vivido situações de maus tratos, abusos e abandono propiciados pelos adul-

tos cuidadores/as e aí estão inclusas a escola e a sociedade. Nos papéis dos adultos cuidadores a que foram submetidas, está expressa a atrofia social e crise de valores no cuidado e educação propiciados às crianças e adolescentes.

Os riscos e situações de vulnerabilidade são encarados como naturais à postura dos adultos, é se deixar levar pelo contexto, pela cultura local, violência, prostituição, gravidez precoce, dentre outros. Há a aceitação pré-estabelecida de seguir aos determinantes da falta de expectativa de vida diferente, se reproduz a constância da realidade do contexto, de seu microssistema comunidade.

A situação de cuidado compreendida pela instituição carcerária é expressa por situações de descuidos, pelas situações adversas a que estão submetidas, principalmente pela demora na liberação após o cumprimento da medida, pelo rompimento com os vínculos afetivos e familiares, escassez e deficiência no atendimento técnico especializado (psicológico, psiquiátrico, odontológico, ginecológico, jurídico, assistência social, escolarização e profissionalização).

A fragilidade e precariedade que as mulheres apresentam ao chegarem ao cárcere abre a necessidade imperiosa à administração dos cuidados que deveriam ser estabelecidos no Sistema Penitenciário: os cuidados básicos específicos e fundamentais, desintoxicação, educação, orientação e profissionalização necessárias à mudança de paradigmas e transformação social. A situação de privada de liberdade deveria garantir o cumprimento do estabelecido na LEP: oferta de oportunidades reais que possibilitem a reinserção social após o cumprimento da pena ou medida. Não será possível cumprir o objetivo de reinserção social se não houver a possibilidade de mudança de postura e atitude, se a instituição não oferecer reais oportunidades para que os projetos pessoais possam começar a se estruturar com reais possibilidades de acontecerem. O espaço penitenciário deverá ser capaz de propiciar e estabelecer a oportunidade para criar novos sonhos para continuar a vida e romper com o ciclo da violência em que estão inseridas. Mas acima dela, a sociedade necessita de políticas públicas sérias que ofereçam oportunidades iguais a todos/as, quebrando o ciclo de garantias de privilégios e desigualdades.

A discriminação estabelecida, a sobrecarga que sociedade impõe à mulher, delegando quase que exclusivamente a ela a responsabilidade e os cuidados com as/os filhas/os aparecem nas mulheres presas pesquisadas, que por sua condição vulnerável, sujeitam a outra geração (filhos/as) aos riscos, violências e discriminações sociais: negligenciam-se os direitos humanos

básicos.

A maioria dos presídios não está preparada para o abrigo de crianças e as especificidades das mulheres. As condições apresentadas nesta pesquisa com as mulheres encarceradas apontam para a estruturação de espaços prisionais apropriados às condições e necessidades femininas previstas em lei, incluindo aí a gestação, maternagem das encarceradas e o cuidado com seus/as filhos/as. A necessidade de criar espaço específico e próprio às mulheres é um direito na construção da cidadania, assegurando à dignidade e os direitos a igualdade, cuidados e justiça social.

As mulheres encarceradas são submetidas a um tratamento fruto de uma sociedade machista, patriarcal, que não garante o espaço e o reconhecimento da mulher como ser humano digno de tratamento igual. Há a necessidade de superar as discriminações de gênero, estabelecer locais apropriados para elas e o direito à visita íntima é o início dessa superação.

As percepções em relação à discriminação por ser mulher, trazem o estigma social da desvalia ainda maior pela prostituição, pela condição de presa. A superação da herança histórica e cultural do moralismo em relação à prisão de mulheres é necessária e fundamental para que se estabeleça o mínimo de condições de igualdade e equidade; possibilitar o direito de pensar por si só, decidir e ser pessoa. Muito além dos muros e grades, a superação do sentimento e emoções de desvalia, sobrecarga e discriminações pela condição de gênero demonstrada nos relatos apresentam aspectos de violência sofrida em sua infância e adolescência: estupro por pessoas próximas e queridas, espancamento, prostituição, sobrecarga e desespero em prover sozinha os cuidados com os/as filhos/as. É fundamental que a sociedade como um todo enxergue a violência invisibilizada nas relações diárias.

Reafirmamos aqui que, ao mesmo tempo em que estas mulheres são condenadas pelo crime que cometeram, são vítimas de violências anteriores. Elas precisam, em seu período de privação de liberdade, de ter o direito assegurado ao atendimento psicológico para refazer as dores e violações sofridas, amenizar e contornar a quebra dos vínculos afetivos com filhos/as e família, precisam de tratamento e acompanhamento das DSTs e outras doenças adquiridas pela vida pregressa na prostituição, drogadição e desinformação vividas.

Dentro e fora do cárcere, há a necessidade emergente de oferecer uma educação sem os ranços e discriminações culturais, virar a página, educar pessoas com sentimentos e emoções, com inteligência e senso de justiça independente do sexo, respeitando as diferenças individuais, su-

perar a educação massificadora, ficticiamente igualitária. Há que se considerar a biologia do desenvolvimento humano, que destaca a importância do contexto relacional no qual a pessoa se encontra inserida, o que torna as pessoas mais humanas, mediadas pelas emoções, pelas relações afetivas, interpessoais encontradas nos microssistemas como família, escola, vizinhança, instituição penitenciária, no mesossistema, exossistema e macrosistema. Bronfenbrenner (1996) nos alerta que todos somos responsáveis por gerar um desenvolvimento saudável. Quer dizer que a qualidade das relações e interações afetivas são significativas e fundamentais em todos os contextos, tempos e processos relacionais onde as pessoas interagem e se envolvem, não sendo diferente no Sistema Penitenciário.

Segundo os dados apresentados na pesquisa sobre a ética da justiça, há consciência sobre sua aplicação prática na vida de cada uma. Muitas de suas atitudes estão guiadas pelos efeitos da prisionização, nem sempre lhes é consciente, porém umas ensinam as outras como se comportar para tentar conquistar a liberdade. Assim, o processo, o contexto e o tempo de prisionização as impulsionam a dar uma resposta pontual, tentando driblar a justiça, de forma que não as comprometa no prolongamento de sua pena e represente uma evolução e possibilidade de conquistar a tão almejada liberdade.

Entender as afirmações de Bronfenbrenner (1996) em nosso contexto estudado requer compreender que as transições ecológicas estabelecidas entre os microssistemas do Sistema Penitenciário influenciam todos os níveis do contexto de desenvolvimento humano e estas, por sua vez, especificam a compreensão da ecologia do desenvolvimento humano das mulheres em privação de liberdade. A socialização e os conteúdos científicos apreendidos no microssistema escola, por sua vez, interferem diretamente nos outros microssistemas do espaço penitenciário. Sabendo que sua condena tem envolvimento direto ou indireto com o uso ou tráfico de drogas, se faz necessário no contexto prisional feminino incluir como campo prioritário para o desenvolvimento de todos os eixos da Política Nacional sobre Drogas: tratamento, prevenção, redução de danos e redução de oferta.

Todas as ações estabelecidas no contexto prisional deverão estar integradas as ações e políticas públicas sociais, estancando a produção do crime e favorecendo o seu reingresso e reinserção em sua comunidade de origem. Assim, se reforça a importância das atividades escolares, laborais e de profissionalização como formação de oportunidade para reinserção social. As



mulheres pesquisadas reconhecem a necessidade e importância do trabalho e da escola como espaços de promoção de autoconfiança, desenvolvimento da autoestima, companhias com objetivos e sonhos de querer melhorar e mudar de vida.

Mesmo que esta pesquisa não se refira especificamente às questões de escolarização e aos efeitos da educação formal no espaço do cárcere, ainda que este atendimento nem sempre consiga ser o ideal oferecido, a oportunidade disponibilizada, a retomada aos estudos depois da resistência inicial é reconhecida, entendida, valorizada, é vista como um espaço onde pode ser reconhecida como pessoa com capacidade.

A promoção da paz e qualidade de vida da sociedade requer a compreensão de que as deficiências históricas de abandono do Sistema Penitenciário devem ser discutidas pelos cidadãos/ãs. Elas devem interessar a todos/as como problema que interfere diretamente na vida de cada um, mas infelizmente a realidade de abandono exalta o estado lastimável de degradação, risco, conflito, violência, insalubridade e vulnerabilidade de suas práticas e regras. A escola, apesar de sua incompletude, é hoje um dos poucos espaços, pra não dizer o único, que as mulheres têm para ocupar suas mentes e refazer suas vidas. Esta falta de investimentos nega a possibilidade de rever suas práticas delituosas, e assim o tempo de prisão pouco modifica seu comportamento, pouco agrega à sua conduta. O confinamento e o tratamento medicamentoso, aliados às poucas vagas para frequentar a escola, são suficientes para tornar o tempo e o espaço de privação de liberdade ainda mais hostil e em vários casos servem para empurrar ainda mais ao mundo marginalizado e excludente do crime.

Assegurar a convivência familiar e comunitária é um dos caminhos que pode contribuir para a recuperação e superar parte da discriminação e exclusão sofrida por estas mulheres.

A educação de toda a sociedade é necessária e fundamental para superar esta situação desfavorável pela condição de ser mulher, através de campanhas educativas nas redes sociais, livros didáticos, escolas, atividades esportivas e culturais.

O Sistema Penitenciário, no que se refere à ética do cuidado e à ética da justiça para mulheres estudantes, deve assumir o compromisso de cumprir seu propósito, levando em consideração, não só a punição, mas também o de criar espaços e condições de socialização saudável, monitorada, onde tenha atividades que permitam a convivência entre seus pares de forma mais humana, com atendimento humanizado por parte dos profissionais que trabalham com este pú-

blico. Há necessidade de aumentar o efetivo de recursos humanos nos espaços de carceragem e assegurar a essas profissionais, formação continuada para que possam garantir esses cuidados que exigem um tratamento mais individualizado e não tão massificado como ocorre atualmente. Assim, o tempo de prisão no contexto carcerário poderá contribuir para o desenvolvimento efetivo dessas mulheres que, por omissão social, ainda não haviam tido a confiança e oportunidade de investir em si próprias, de se desenvolverem adequadamente. Desta forma, acredito que ao proporcionar ambiente adequado, com atividades diversas e cuidados dignos, as mulheres presas poderão se desenvolver, apesar da situação de isolamento e privação de liberdade.

Através desta pesquisa, pudemos perceber que a escola pode contribuir de forma significativa para romper com a lógica institucional instituída e instituinte de discriminação da mulher dentro do cárcere. Muito além das dificuldades e limitações que o Sistema Penitenciário como um todo atravessa, perceber a prisão como instituição incompleta, com necessidade de exercer conexões constantes com a sociedade como um todo, visando, a partir deste princípio, o estabelecimento de Políticas Públicas de tratamento penitenciário, as quais prevejam projetos institucionais no tempo de privação de liberdade, mas articulados aos projetos de políticas públicas sociais de prevenção ao crime (investimento nas políticas articuladas para crianças e jovens), bem como aos egressos.

Há a necessidade inerente à condição feminina de exclusão e discriminação que deve ser enfrentada mesmo antes do encarceramento. A prisão repete a discriminação que ocorre fora de suas grades. Diante desta realidade, fica evidente a necessidade de implantação e construção de políticas públicas voltadas à condição de gênero, bem como política de execução penal para as mulheres.

Na condição de institucionalizadas, as mulheres necessitam de cuidadores/as, outra pessoa com discernimento e cuidados que irá estabelecer condições e limites necessários de convivência no espaço limitado do cárcere. Esse sujeito cuidador/a, representado/a na figura das agentes penitenciárias, necessita de formação continuada, assim, poderá intervir de forma adequada colaborando de forma efetiva para a (re)socialização e reinserção social. Neste sentido estará cumprindo a Lei de Execução Penal - LEP, ajudando na compreensão e entendimento dos limites, na preservação da ética e moral da sociedade humana, impedindo-as de agir movidas pela raiva ou pelo medo, colaborando efetivamente no processo de reinserção das mulheres presas.

As discriminações de gênero ocorridas também no Sistema Penitenciário deverão nos próximos anos ser vencidas. Há necessidade de adequar a própria legislação às questões das políticas públicas para mulheres com recorte das questões de gênero, sabendo-se que estas mulheres encarceradas são em sua maioria pobre, com pouca escolaridade, provedoras do sustento de sua prole. Recae sobre elas, mesmo antes do cárcere, a exclusão, a violência e a discriminação social. Não é possível continuar a exclusão quando em privação de sua liberdade, o encarceramento sem as garantias necessárias pela sua condição e peculiaridades femininas. O desafio é tornar visível aos olhos da sociedade este desrespeito à integridade e direitos humanos praticados no confinamento destas mulheres que infringiram a lei, mas que continuam cidadãs e por isso merecem o tratamento digno de ser humano, incluindo as crianças e adolescentes que estão sob sua guarda. Estas mulheres encarceradas são fruto de uma vida de violência, de privação de direitos, de dificuldades incalculáveis, que comprometem suas vidas e as vidas de seus/as filhos/as e de toda a comunidade por seguidas gerações.

É importante salientar a necessidade de políticas públicas específicas para mulheres também no Sistema Penitenciário. A revisão dos documentos oficiais que regem o encarceramento de pessoas deve levar em conta a existência das especificidades das mulheres. Atualmente elas são enquadradas no sistema como se nada tivessem de específico, seguem as regras desumanas feitas para os homens.

Vencer a sujeição de encarceramento sofrida pelas pessoas que cometeram delito poderá permitir que, ao sair desta privação de liberdade, possam ter um comportamento diferente. Até retornarem ao mercado de trabalho, encontram resistências e dificuldades financeiras para prover o seu sustento e de seus/suas filhos/as, que normalmente ficam sob a responsabilidade da família materna. O pai, em grande maioria se omite e este fator dificulta ainda mais o reingresso e a vida destas mulheres fora do crime.

Reforçando a evidência, investir em políticas públicas de melhorias dos contextos (comunidades) pra onde estas mulheres voltarão é de fundamental importância. Os investimentos no cárcere são necessários, não há como fugir disto; porém, de nada adiantará se ao voltarem a usufruir de sua liberdade, após o cárcere, continuem a ter que conviver com a dura realidade de violência e discriminação em sua cidade, com a falta de oportunidades e dificuldades de inserção e privação de direitos básicos fundamentais: saúde, educação, moradia, trabalho com

remuneração justa, saneamento básico. Aliado ao combate às fontes geradoras de violência e criminalidade globais pelos governos: combate ao tráfico de drogas e crime organizado.

As argumentações de Gilligan se confirmam em grande parte da pesquisa ao defender que a sociedade/humanidade exerce a influência da diferença de tratamento para ambos os sexos, onde destinaria exclusivamente à mulher a responsabilidade de cuidar da prole. Ao argumentar sobre “a reprodução dentro de cada geração, de certas diferenças gerais, e quase universais, que caracterizam a personalidade e os papéis masculinos e femininos”, atribuindo essas diferenças entre os sexos não à anatomia, mas antes ao “fato de que as mulheres, universalmente, são grandemente responsáveis pelo cuidado inicial dos filhos” (GILLIGAN, 1990, p.17).

No Sistema Penitenciário não é diferente; os homens/pais, ao abandonar as mulheres e seus/suas filhos/as, deixam à mercê dos cuidados e a grande maioria casa-se logo em seguida da prisão de sua companheira. Confirma-se o que Gilligan (1990) relata; o lugar das mulheres na vida dos homens tem sido o de alimentadora, cuidadora, companheira e tecelã dos relacionamentos. Quando esta é retirada do espaço familiar, a família se desfaz e coloca os próprios/as filhos/as em situação de mais vulnerabilidade; a ausência da mãe e a omissão do pai.

As acusações sociais e os enfoques que evidenciam a depreciação do julgamento moral das mulheres podem ser postos à prova no momento em que fica evidente que as mantenedoras de suas famílias, no âmbito emocional, cuidados e muitas vezes no aspecto financeiro, são as mulheres. Portanto, é injustificável a concepção de discriminação que a mulher enfrenta. Neste aspecto, as qualidades que a sociedade julga ser da idade adulta são a capacidade para pensamentos autônomos, poder decisório e ação responsável, todos associados à masculinidade e considerados indesejáveis como atributos do gênero feminino. Esta mesma sociedade cultiva o estereótipo de divisão entre amor e trabalho, concepção desequilibrada por favorecer a separação do eu individual em detrimento da conexão com os outros, pendendo mais no sentido de uma vida autônoma de trabalho do que no sentido da interdependência de amor e cuidado.

Em análise dos argumentos apresentados por Habermas (1989) e Kohlberg (1969), percebemos que ambos descon sideram a concreta realidade de que antes de qualquer indivíduo ser adulto foi necessariamente uma criança, e que as responsabilidades e o cuidado são essenciais para que se torne um adulto moralmente competente e autossuficiente.

Agregamos a esta pesquisa a real percepção e forma de interpretar a vida e as relações fe-

mininas e a distinção entre ética da justiça e do direito, e ética do cuidado e da responsabilidade percebida por Gilligan (1990). O desenvolvimento moral das mulheres revela sentimentos de empatia e simpatia, seu julgamento contextualizado, imerso nos relacionamentos e seus pormenores. Não seria aspecto para uma análise discriminatória do julgamento e enquadramento moral, colocando a mulher como fraca ou deficiente, mas sim uma manifestação de maturidade moral que encara o eu como imerso numa rede de relacionamentos com os outros, aqui ressaltada, pois mesmo as mulheres estando presas, se esforçam para manter o contato, preocupação e responsabilidade com suas/seus filhas/os e familiares. Assim, Gilligan (1990) conclui: “dadas as diferenças nas concepções das mulheres do eu e da moralidade, as mulheres trazem ao ciclo da vida um diferente ponto de vista e organizam a experiência humana em termos de diferentes prioridades”. (GILLIGAN, 1990, p. 32).

Frente às adversidades da ideologia do discurso moderno, na universalização do modelo de homem branco, ocidental, adulto, heterossexual e civilizado, mantiveram a sombra das luzes do Iluminismo: mulheres, negros, orientais, gays, lésbicas, doentes mentais, selvagens e crianças. Podemos incluir aí a própria natureza, que se tornou um lugar de dominação no decurso da modernidade e do desenvolvimento tecnológico-científico que acompanha seus passos (KOHAN, 1999).

Ao apresentarmos a teoria da ética do cuidado, aparece a voz diferente de Gilligan (1990) que percebe a evidência dos pressupostos citados, os perigos e injustiças da dominação, da invisibilidade feminina, da falta de respeito para com a diferença. O direito a discernir, diante da particularidade de uma cultura dominante, elevada à categoria universal, reivindica um modelo de educar diferente das formas clássicas, que mantém a estrutura social de dominação dos mais fracos. Essa nova proposta precisa ser construída de forma essencialmente dialógica e democrática, e qual todos, sem exclusão, estariam convidados a construir.

Mesmo sendo efetivados e transmitidos os valores rançosos da inferioridade feminina pela sociedade como um todo, há um grande número de mulheres e meninas que optam por resistir à degradação moral e psicológica que estes “imperativos da feminilidade” propiciam: submissão, dependência, domesticação e passividade.

Embora na atualidade, com o advento da teoria de gênero, com a nova significância do papel masculino e feminino reconhecido socialmente, com os avanços e o reconhecimento da

mulher como cidadã, com direitos e possibilidades de assumir outras funções sociais além das pré-determinadas até então, ocorrem ainda muitas desigualdades e discriminações que se apresentam invisibilizadas pela cultura. Apesar das leis que promulgam, asseguram e reconhecem a igualdade entre os sexos, compromisso legal que assumiu a sociedade, ainda está impregnada nas práticas das relações diárias a divisão de papéis, mantendo a desigualdade de gênero, e esta realidade não é diferente no Sistema Penitenciário.

O respaldo científico encontrado nas teorias da ética da justiça (Kohlberg, 1989), da ética do cuidado (Gilligan, 1990) e Teoria Bioecológica de Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1996) nos abriu espaço para repensar o Sistema Penitenciário, buscando contribuir para as novas possibilidades e oportunidades de construção de políticas públicas voltadas a este público excluído desde antes do seu encarceramento; repensar o modelo de sociedade que está posta e que notoriamente não tem dado certo, fato esse provado pelas estatísticas estarrecedoras do crescimento da violência. Esta pesquisa buscou contribuir na reflexão, construção e sistematização de conhecimentos no campo da ética do cuidado e ética da justiça na perspectiva da discriminação de gênero dentro do Sistema Penitenciário.

A educação, enquanto direito a ser vivenciado no cárcere, bem como outros direitos (lazer, saúde, atendimento psicológico, atendimento espiritual, trabalho) deverão ser capazes de possibilitar às mulheres presas a qualidade de vida mediada pelos/as agentes de transformação social, os/as professores/as, ou seja, “[...] educadores que têm como desafio permanente discutir, re- ver, refazer o sentido histórico de inovação e humanização [...]”. Despertar neste processo de aprendizagem, no movimento que a educação propicia o repensar da memória histórica de suas estudantes e como “sujeitos sociais que criam e recriam o espaço e a vida social” (ONOFRE, 2007, p.11) emergir para a tomada de consciência de sua condição de vida, abrindo-lhes novas possibilidades e escolhas a partir da autonomia e liberdade propiciadas.

Esta pesquisa buscou ainda contribuir no sentido de preencher a lacuna da necessidade de ampliar e possibilitar pesquisas científicas no Sistema Penitenciário e mais especificamente com mulheres privadas de liberdade apresentando respostas efetivas de construção de ações possíveis de serem contempladas e delimitadas nas políticas públicas. Não esgotamos os questionamentos acerca dos cuidados, justiça e ações no encarceramento de mulheres, pois o que conseguimos coletar de informações abre portas a tantas possibilidades de investigação e aprofundamento

para buscar respostas, através de pesquisas às tantas incógnitas e demandas de investigação e compreensão ainda presentes.

O tema (re)socialização do/a preso/a é um compromisso legal que o Estado, representado pelos governos federal e estadual, assumiu com a sociedade, mas que ainda se encontra obscurecido pela astronômica mudança dos paradigmas sociais e pelo crescimento estrondoso da violência urbana. Nesta esfera, a educação moral, desempenhada pelas diferentes esferas e formas de atendimento no cárcere, se apresenta como tema com a emergente necessidade de compreensão e estudos os quais possam agregar conhecimentos e elementos importantes na construção de alternativas inovadoras de atendimento ao público encarcerado, pensando também em políticas públicas interligadas antes e depois de seu encarceramento como medidas de prevenção e efetiva possibilidade de reinserção social após o cárcere. As pesquisas científicas devem ser demarcadores imprescindíveis para as ações efetivas no Sistema Penitenciário. O acaso, o empirismo devem ser postos de lado diante da crescente necessidade de mudanças efetivas nas relações sociais estabelecidas.

Esta pesquisa, mesmo não sendo específica em relação à educação e sua importância na vida de cada uma, revelou que diante de tantas dificuldades, desigualdades e exclusões, ela se apresenta como um fator que mobiliza a esperança e a transformação de vida pessoal e de sociedade, permitindo, através do acesso ao conhecimento, a possibilidade e as condições para que as mulheres construam a sua cidadania.

A construção da cidadania requer o reconhecimento das mulheres como categoria importante e fundamental, parte da sociedade, com direitos e necessidades específicas de seu gênero. Esta construção requer transformações profundas na sociedade e mudanças de paradigma nas questões ética, moral e política, desencadeando simultaneamente a mudança e investimento nas pessoas e nos contextos em que estão inseridas, seja o cárcere ou a comunidade onde vivem ou voltarão a viver.

A luta para vencer as desigualdades socioeconômicas carregam em si a superação da desigualdade de gênero também no cárcere. As ações que superem a passividade e obediência do cárcere devem ser vencidas, pois não se constrói cidadãos/ãs efetivos sem a possibilidade do exercício e experiência de cidadania. Não é possível propiciar transformação e cidadania e igual oportunidade com os níveis de escolaridade que as mulheres encarceradas apresentaram. Esta

oportunidade, aliada à capacitação específica para o mundo do trabalho, abre a possibilidade da autonomia, dignidade e cidadania.

O investimento em qualificação profissional a todas as pessoas que trabalham com as mulheres em privação de liberdade é uma necessidade emergente e necessária, tendo em vista que o cárcere tem o objetivo de ser ou propiciar um processo educativo constante, integral e integrado. Compreender a vulnerabilidade e fragilidade de sua população, mas que acima de tudo acredite na transformação e propicie oportunidades de quebra dos preconceitos sociais estabelecidos, livrando essas mulheres dos estereótipos e acreditando na possibilidade de tomarem novo rumo em suas vidas.

Não é possível (re)socializar pessoas, neste caso presas, com as condições atuais de nossas prisões e muito menos sem políticas efetivas para egressos. Se faz necessário abrir espaços nas cadeias para planejamento e acompanhamento individual de cada sujeito, buscando oferecer projetos e a educação formal com objetivo de ressignificar suas vidas, abrir espaço para o exercício das relações e interações sociais, onde cada uma consiga expressar suas angústias e aflições, suas ideias e opiniões, descobrir suas fraquezas e fortalezas, despertar sua criticidade. É possível, por meio da educação, executar e despertar o processo de formação e ação política necessária e imprescindível ao acesso à autonomia e consequentemente à efetiva liberdade. A possibilidade de estabelecer objetivos e sonhos próprios lhe permitirá a abertura para se colocar e se perceber no contexto do cárcere. E neste processo, estabelecer relações maduras e solidárias para se conhecer e vencer seus limites e os limites sociais, mas também a oportunidade para descobrir suas potencialidades e autoestima.

Esta pesquisa abre espaço para aprofundar estudos científicos referentes às questões específicas do Sistema Penitenciário, como as questões de gênero, as contribuições da escolarização e seus efeitos práticos na (re)socialização e reinserção social de mulheres no Estado do Paraná. A relevância dos resultados encontrados nesta pesquisa, abrem espaço para ampliar a discussão em nível global, internacional, além de aprofundar cada uma das discussões aqui elencadas.

[...] nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça (SCOTT, 1995, p. 93).



Podemos aqui, diante de tantos dados, de tantas reflexões e apontamentos, afirmar que a ética do cuidado está na natureza e na constituição humana, como afirmou La Barre (1673), Gilligan (1982), Boff (1999). Sem o cuidado, o ser humano deixa de ser humano. Qualquer forma de vida e principalmente a existência humana, sem os cuidados do nascer a todas as suas fases de existência, desestrutura, define, perde o sentido e morre. Tudo o que o ser humano empreender necessita cuidado; portanto, o cuidado está na essência humana e não só no feminino. Como afirma Heidegger (1889-1976), cuidado significa um fenômeno ontológico existencial básico, é um fenômeno possibilitador e essencial da existência humana enquanto humana (*apud* BOFF, 1999, p. 89).

O cuidado com o povo, com os marginalizados e excluídos da sociedade se faz tão necessário quanto fundamental para a evolução da humanidade. O resgate da essência humana passa pelo cuidado. “O cuidado foi difamado como feminilização das práticas humanas, como empecilho à objetividade na compreensão e como obstáculo à eficácia (BOFF, 1999, p. 98)”.

A sequência da violação dos direitos do outro, a desconsideração dele como ser humano e cidadão de direitos, discriminando-o, às vezes, por idade, gênero, etnia, religião, orientação sexual ou nível socioeconômico, expressa-se em relações de exclusão, subordinação e desigualdade, que são comumente antecedentes de atos violentos (LISBOA ; KOLLER, 2001 *apud* KOLLER, 2011, p. 375).

A ética do cuidado implica, portanto, na superação da dominação dos sexos: o machismo de um lado e o feminismo excludente de outro. Exige inventar relações que propiciem manifestar as diferenças, propiciar a humanização do ser humano através da ética do cuidado. Assim, a ética do cuidado traduzida por cuidar da vida, cuidar do conjunto das relações, chegando ao estado de pessoas amadurecidas, autônomas, sábias e plenamente livres. Negar a essência do cuidado é tornar-se cruel consigo mesmo, é o embrutecimento das relações, a desumanização do ser humano, independente do gênero e independente dos muros e grades.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia, Ciência e Profissão**. [online] 2006, v.26, n.2, p. 222-245. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v26n2/v26n2a06.pdf>>. Acesso em 14/10/2012.

ARISTÓFANES, Lisistrat. **A greve do sexo**. Tradução de Millor Fernandes. Porto Alegre: L&M, 2003.

AMORÓS, L. **Tiempo de feminismo** - sobre feminismo, projeto ilustrado y postmodernidad. Madrid: Ediciones Cátedra, 1997.

AÑANOS, F. T. Mujeres presas y su relación con las drogas. Implicaciones desde la educación social. In: AÑANOS, F. T. (coord.). **Las mujeres en las prisiones: la educación social en contextos de riesgo y conflicto**. Barcelona: Gedisa, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Persona, 1977.

BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.1, 1996.

BENHABIB, Seyla. **O outro generalizado e o outro concreto: a controvérsia Kohlberg-Gilligan e a teoria feminista. Feminismo como crítica da modernidade**. Tradução Nathanael de Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

BENHABIB, Seyla. Una revisión del debate sobre las mujeres y la teoría moral. **Isegoria**, Revista de Filosofía moral y política: Madrid, p. 37-63. n. 6. Novembro de 1992.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Vol I e II .Tradução de Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política (7ª ed.). São Paulo: Brasiliense. 1994.

BOSELLI, Giane. Dimensões da violência contra a mulher: construindo bases de dados. **Revista Cfemea**. 2003. Disponível em: <[http://www.cfemea.org.br/pdf/dimensoesdaviolencia.contraamulher\\_gianeboselli.pdf](http://www.cfemea.org.br/pdf/dimensoesdaviolencia.contraamulher_gianeboselli.pdf)>. Acesso em 28/02/07.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar - ética do humano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BOSCH, Philippe. **A Filosofia e a felicidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. Brasília, 1988.

BRASIL. **Regras mínimas para o tratamento dos presos no Brasil**. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 1995.

BRASIL. Grupo de trabalho interministerial, **Reorganização e reformulação do sistema prisional feminino**. Presidência da República, Secretaria Especial de políticas para mulheres. Brasília, 2008.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CATTERAL, M. e MACLARAN, P. Agrupar dados e análise qualitativa Programas de codificação. Pesquisas Sociológicas. 1997. <<http://www.socresonline.org.uk/socresonline/2/1/6.html>>. Acesso em 08/11/2012.

CAMPOS, C. J. G.; TURATO, E. R., Análise de conteúdo em pesquisa que utilizam metodologia clínica-qualitativa: aplicação e perspectivas. Rev Latinoam de Enfermagem v.17, n.2, 2009.

CARVALHO, Maria da P. F. S. **A inclusão do feminino na reflexão ética**. Rio de Janeiro, 1999, 174 p. Tese Doutorado em Filosofia. UGF.

CARVALHO, Maria da P. F.S. As duas faces da moral na casa de bonecas. **Ethica** – Cadernos Acadêmicos, Rio de Janeiro,v.5.n.2. p. 140-152.1998.

CARVALHO, Maria da P.F.S. Igualdade dos sexos segundo Poulain de la Barre. **Ethica** – Cadernos Acadêmicos, Rio de Janeiro,v.7.n.2.p. 117-137. 2000.

CANTO-SPERBER, Monique. (org.); JAGGAR. **Dicionário de ética e filosofia moral**. Vb Ética feminista. São Leopoldo: UNISINOS, p.623-629, 2003.

CHAUÍ. Marilena. **Introdução à história da filosofia**. Vol I e II. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo, subsídios para sua história**. Imprensa Oficial do Paraná: Curitiba, 2002.

CORNELL, Drucilla; BENHABIB, Seyla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2004.

COSTA, A. C. G. da. **Por uma pedagogia da presença**. Brasília, 2002.

CUNHA, Maria de Fátima da. Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido? In: **HISTÓRIA. Questões & Debates**. Gênero e História,ano 18, n.34, jan. a jun. 2001, Curitiba: Editora da UFPR.

D'AROS, M. S. **Concepções de cuidado familiar na visão de adolescentes abrigados, das suas famílias e de educadores de uma ong.** 216p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

DIAS, Cláudia Augusto. **Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas.** <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/DIAS%20Grupo%20Focal.pdf>>. Acesso: 30/05/2012.

DINIZ, Débora, GUILHEM, Dirce. Bioética feminista: a emergência da diferença e o resgate político do conceito de vulnerabilidade. **Revista Bioética**, Série Anis. Brasília, n.2., v.2, p. 181-187. Junho, 2000.

DUTRA, Elza. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, 2002, 7(2), 371-378. <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a18v07n2.pdf>>. Acesso: 31/05/2012.

ESPINOZA, Olga. **A mulher como vítima e agressora no sistema punitivo.** In: Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias. Universidade Católica de Pelotas. V.2, N. 1 EDUCAT, 2003.

FALCADE-PEREIRA, Ires. A. & ASINELLI-LUZ, Araci. **A educação sociambiental e o princípio da responsabilidade para estudantes privados de liberdade.** In: *Olhar de Professor*, n.14, v.2, p. 273-283, Ponta Grossa, 2011.

FISCHER, R. M. B. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**: v. 28, n. 1, p. 151-162 São Paulo, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, 2000.

O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H. E RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica** (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 235-249, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da liberdade.** 32ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2009.

GARLAND, David. **As contradições da sociedade Punitiva.** Revista de Sociologia e política n 13: 59-80. Nov. Curitiba: UFPR, 1999.

Entrevista. Revista eletrônica de jornalismo científico: SBPC. <[www.comciencia.br/comciencia/?detalhes.asp?cod\\_artigo=436](http://www.comciencia.br/comciencia/?detalhes.asp?cod_artigo=436), 10/05/2008> - acesso em 24/01/2012.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente.** Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

- GIL, A.C. **Como elaborar projetos e pesquisa**. 3a ed. São Paulo: Atlas; 1995.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva AS, 2008.
- GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro, Objetiva, 1995.
- GUTIÉRREZ, R. **O feminismo é um humanismo**. Rio de Janeiro: Nobel-Antares, 1985.
- GUARESCHI P. Introdução, pp.17-25. In P Guareschi e S Jovchelovitch (orgs.). **Textos em representações sociais**. 6a ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, Jurgen. Integridad Y deprecio – motivos básicos de una concepcion de la moral de la teoria del reconocimiento. **Revista Isegoria**. V.5. p. 78-92. Madrid.1992.
- JOLIVET, R. **Curso de filosofia**. Tradução de Eduardo Prado Mendonça. Rio de Janeiro: Agir, 2001.
- JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro:UERJ, 2009.
- KOHAN, Walter O. ; KENNEDY, David. Org. **Filosofia e infância**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- KOLLER, Silvia. H. (org). **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, 2011.
- LAROSSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: Silva, T.T. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. P.35-84. 5ªed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LEMGRUBER, Julita. **Arquitetura institucional do sistema único de segurança pública: sistema penitenciário**. Estudo produzido a partir de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre Ministério da Justiça, PNUD, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e Serviço Social da Indústria. Rio de Janeiro: 2003.
- LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos – análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Achiamé, 1983.
- LERVOLINO, SA.; PELICIONI, MCF. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista Esc Enf USP**, v. 35, n.2, p.115-21, jun, 2001.
- LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. 4 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2010.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Ed Petrópolis: Vozes, 2010.

MACEDO, Lino (Org.). **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude**. Bauru: EDUSC, 2001.

MATHEUS, M.C.C. **Os fundamentos da pesquisa qualitativa**. In: MATHEUS, M.C.C; FUSTINONI, S.M. Pesquisa qualitativa em enfermagem. São Paulo: Livraria Médica Paulista, 2006.

MARCON, S. S. **Criando os filhos e construindo maneiras de cuidar**. In: ELSEN, I. *et al.* O viver em família e sua interface com a saúde e a doença. Maringá: Eduem, 2002.

MARTINELLI, Maria Lucia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MILL, John S. **L'asservissement des femmes**. Tradução de Marie Françoise Cachin. Paris: Payot, 1975.

MILLER, Jean Baker. **Toward a New Psychology of Women**. Boston, 1976.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2008.

MONTENEGRO, Thereza. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol 11. N.2.p.1-12.Julho de 2003.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. In: BURSZTYN, Marcel (org.). No meio da rua - nômandes, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. Cap.02, p. 56-87.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro: Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988.

NODDINGS, Nel. **O cuidado**. Tradução de Magda Lopes: UNISINOS, 2003.

NOGUEIRA-MARTINS, M.C.F; BOGUS, C.M.; **Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde**. Saúde e Sociedade, v.13, n.3, p.44-57, 2004.

OEA. **Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil**. 2007. Cfr. o site: <[http://www.funap.sp.gov.br/legislacao/manual/Manual\\_de\\_proc\\_reg\\_interno.pdf](http://www.funap.sp.gov.br/legislacao/manual/Manual_de_proc_reg_interno.pdf)>

ONOFRE, Elenice. **Educação atrás das grades**. UFSCAR: São Carlos, 2004. 2007.

PIAGET, Jean. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

PÉREZ, Violeta Nuñez. Espacio carcelario/espacios educativos. In: AÑAÑOS, F. T. (coord.). **Las mujeres en las prisiones: la educación social en contextos de riesgo y conflicto**. Barce-

Iona: Gedisa, 2010.

PULEO, Alícia H. **La polémica de los sexos en el siglo XVIII Condorcet, de Gouges, De Lambert y outros.** Madrid. N.81. Série Cultura y Diferencia, 1993.

PULEO, Alícia H. **Filosofia e gênero:** da memória do passado ao projeto de futuro. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

REGRAS **mínimas para o tratamento do preso no Brasil.** Brasília : conselho Nacional de política criminal e penitenciária, 1995.

RIBEIRO, Tammy. **Mães sociais, que profissão é essa?** 151p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

RUSS, J. **Pensamento ético contemporâneo.** Tradução de Constança M. César. São Paulo: Paulus, 2003.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **A origem da desigualdade entre os homens.** São Paulo: Escala, s.d. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, v.7.

SÁ, A. A. Prisionização: um dilema para o cárcere e um desafio para a comunidade. **Revista Brasileira de Ciências criminais**, ano 6, nº 21, janeiro – março 1998: 117-123.

SALLES, I. C. Di Mare. Uma odisséia no corpo e no espaço íntimo. Revista Psicoterapia. Disponível em: <[http://www.bapera.com.br/REVISTA/Psicoterapia/2001\\_odisseia.htm](http://www.bapera.com.br/REVISTA/Psicoterapia/2001_odisseia.htm)>. Acesso em: 05/06/2005.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** Campinas: Mercado de Letras, 1983.

SANTA RITA, Rosângela Peixoto. **Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade humana.** Dissertação de mestrado, UNB. Ministério da Justiça: Brasília, 2007.

SCHNITTMAN, D. F. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SCHMIDT, M. L. S. A experiência de psicólogas na comunicação de massa. **Tese de doutorado.** Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1990.

SERRÃO, M. & BALEEIRO, M. C. **Aprendendo a ser e a Conviver.** 2<sup>a</sup> Ed, São Paulo: FTD, 1999.

SIELSKI, F. **Filhos que usam drogas:** guia para os pais. Curitiba: Adrenalina, 1999.

SILVA, Anderson Moraes de Castro e. **Nos braços da lei:** uso da violência negociada no interior das prisões. Rio de Janeiro, Editora e+a, 2008.

SOUZA, O. A.; ASINELLI-LUZ, A. **Família e escola em rede de proteção**. Curitiba, Pr: Base Sistema, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SPITZ, R. **O primeiro ano de vida**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

STOLTZ, T, D'AROS, M. S & GOIS, F. F. **Mulheres buscando saídas no beco**. Curitiba: Instituto HSBC solidariedade, 2010.

STUDART, Heloneida. **Mulher objeto de cama e mesa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

SWAIM, Tânia N. **Quem tem medo de Foucault?** Feminismo, corpo e sexualidade. Brasília: UNB, 2005.

TIBA, Içami. **Disciplina: o limite na medida certa**. São Paulo: Editora Gente, 1996.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino (Org.). **Virtudes e educação: o desafio da modernidade**. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

TUGENDHAT, Ernest. **Lições sobre ética**. Petrópolis: Vozes, 1996.

VELES, Ana Cristina ; DINIS, Débora. Bioética feminista e emergência da diferença. **Revista Estudos Feministas**. Brasília, v.6., n. 2, p.255-264, Junho/2000.

VENTURA. Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa: Pedagogia Médica. **Revista SOCERJ**. N. 20(5), p. 383-386, setembro/outubro/2007.

WARTOFSKY, Marx. **A construção do mundo da criança e a construção da criança do mundo**. Filosofia e Infância. Vol III. P.89-128. Petrópolis: Vozes. 1999.

WACQUANT, Loïc J. D. **Da América como utopia às avessas**. In. BOURDIEU, Pierre. (Org.). A miséria do mundo. 5ª . ed. Petrópolis: Vozes, 2003 p. 167-175.

WACQUANT, Loïc. J. D. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. 2 A . ed. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2005.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Vindication de los derechos de la mujer**. Tradução de Carmen Martinez Gimeno. Madrid: Ed Cátedra, 1994.

YOUNG, Iris M. **A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política, feminismo como crítica da modernidade**. Tradução de Nathanael de Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

ZATZ, Lia. **Mulher, que bicho é esse?** São Paulo: Tatu Editorial, 1993.



# Apêndices

## APÊNDICE A – Questionário

1. Nome que gostaria de utilizar para ser identificada na pesquisa:
2. Idade: Estado civil:
3. Profissão: Grau de escolaridade:
4. Quanto tempo de medida?
5. Quanto tempo está presa?
6. É a primeira vez que está presa?
7. Existe outra pessoa de sua família que já esteve ou está presa? Quem?
8. Quantos filhos/as você têm? Idade e sexo.
9. Com quem estão os filhos?
10. Você acha que seus filhos estão bem cuidados?
11. Você mantém contato com eles e com os familiares? Com quem?
12. Qual é a sua condição atual e realidade financeira familiar?
13. Relate seu processo de escolarização?
14. Por que está presa? Que tipo de crime cometeu?
15. **Leia e depois dê sua opinião**, tentando solucionar o dilema de Heinz:


Um homem chamado Heinz, extremamente pobre, tem sua esposa com quadro grave de câncer. Sua esposa não pode ficar sem tomar o medicamento, sua vida depende dele. Seu remédio acabou e Heinz não possui dinheiro para comprá-lo por ser caro demais. Ele dirige-se à farmácia e pede para comprar fiado, porém o farmacêutico se recusa a vender e a baixar o preço. Sabendo que este medicamento representa a vida ou a morte da esposa: O que você acha que Heinz deverá fazer? Heinz deve roubar o remédio? Por que sim ou por que não?

**2 - Leia cada frase com atenção e faça um círculo em torno da opção mais adequada**

1. Eu sinto que sou uma pessoa de valor, no mínimo, tanto quanto as outras pessoas.  
(1) Discordo Totalmente    (2) Discordo    (3) Concordo    (4) Concordo Totalmente  
(5) Não sei precisar
2. Eu acredito que eu tenho várias boas qualidades.  
(1) Discordo Totalmente    (2) Discordo    (3) Concordo    (4) Concordo Totalmente  
(5) Não sei precisar
3. Levando tudo em conta, eu penso que eu sou um fracasso.  
(1) Discordo Totalmente    (2) Discordo    (3) Concordo    (4) Concordo Totalmente  
(5) Não sei precisar
4. Eu acredito que sou capaz de fazer as coisas tão bem quanto a maioria das pessoas.  
(1) Discordo Totalmente    (2) Discordo    (3) Concordo    (4) Concordo Totalmente  
(5) Não sei precisar
5. Eu acredito que eu não tenho muito do que me orgulhar.  
(1) Discordo Totalmente    (2) Discordo    (3) Concordo    (4) Concordo Totalmente  
(5) Não sei precisar
6. Eu tenho uma atitude positiva com relação a mim mesma.  
(1) Discordo Totalmente    (2) Discordo    (3) Concordo    (4) Concordo Totalmente  
(5) Não sei precisar
7. No conjunto, eu estou satisfeita comigo.  
(1) Discordo Totalmente    (2) Discordo    (3) Concordo    (4) Concordo Totalmente  
(5) Não sei precisar
8. Eu gostaria de poder ter mais respeito por mim mesma.  
(1) Discordo Totalmente    (2) Discordo    (3) Concordo    (4) Concordo Totalmente  
(5) Não sei precisar
9. Às vezes eu me sinto inútil.  
(1) Discordo Totalmente    (2) Discordo    (3) Concordo    (4) Concordo Totalmente  
(5) Não sei precisar
10. Às vezes eu acho que não presto para nada.  
(1) Discordo Totalmente    (2) Discordo    (3) Concordo    (4) Concordo Totalmente  
(5) Não sei precisar

## APÊNDICE B – Roteiro para o grupo focal

- Esclarecimentos e agradecimentos da pesquisa.
  - Autorização para gravar
  - Sequência de tópicos trabalhados no grupo.
- 
12. Falem sobre o que é cuidar para vocês e quem são os seus/as cuidadores/as;
  13. Comentem como vocês se veem na prisão/privação de liberdade;
  14. Falem sobre os fatos/fatores que contribuíram para estarem presas;
  15. Falem sobre os motivos que as levaram a infringir a lei;
  16. Falem sobre o modelo de justiça do Brasil e se o consideram justo;
  17. O que sugerem para o tipo de erro que cometeram de tal forma a propiciar mudança de vida e nova oportunidade;
  18. Comentem sobre a pena recebida e se a consideram justa e porque;
  19. Comentem sobre sua condição de vida atual;
  20. Se pudessem escolher uma pena para pagar seu crime, expressem suas ideias sobre ela;
  21. Comente se o sofrimento da cadeia mobilizou um comportamento e visão diferente do mundo e sociedade;
  22. Relatem se a discriminação entre homens e mulheres ocorreu em sua vida e como isso se manifesta no presídio;
  23. Comentem se o crime que cometeram influencia no tratamento que recebem no presídio pelo fato de serem mulheres.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
	SETOR DE EDUCAÇÃO
Setor de Pós-graduação stricto sensu	

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Ires Aparecida Falcade-Pereira e Araci Asinelli-Luz, pesquisadoras da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando você, estudante mulher do CMP, a participar de um estudo intitulado "ÉTICA DO CUIDADO X ÉTICA DA JUSTIÇA: O OLHAR FEMININO DE ESTUDANTES PRIVADAS DE LIBERDADE" que irá verificar como as mulheres entendem e dão importância ao cuidado em suas vidas (cuidar de si, da família, de suas coisas, de seu nome, bem como valoriza o cuidado que recebe dos outros, da família, do Estado, por exemplo) e à justiça (valor da justiça, sua compreensão, cumprimento da pena, etc.). Estamos à disposição para esclarecimentos necessários e quaisquer dúvidas.

- a) Caso você faça parte da pesquisa, será necessário participar de atividades em grupo, junto com outras nove mulheres que, como você, frequentam a escola do Sistema Penitenciário, bem como deverá responder a um questionário e ainda realizar a escrita de uma carta.
- b) Para tanto você deverá comparecer na sala de aula, nos dias e horários agendados previamente para participar das atividades combinadas, por aproximadamente 4 a 6 encontros nos meses de janeiro e fevereiro, após o término das aulas, pelo tempo de uma hora/aula a cada encontro (aproximadamente 50 minutos).
- c) Os benefícios da pesquisa podem não ser percebidos diretamente por você, mas é importante saber que está contribuindo com o conhecimento sobre os cuidados e a justiça no âmbito do Sistema Penal. Com esta pesquisa você terá a oportunidade de falar e escrever anonimamente, se quiser e sentir-se à vontade e confiante para isso, sobre a compreensão que tem a respeito da noção de cuidado e de justiça ao longo de sua vida.

Rubricas:  
 Sujeito da Pesquisa e /ou responsável legal \_\_\_\_\_  
 Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_  
 Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
 Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

Aprovado pelo Comitê de Ética  
 em Pesquisa do Setor de Ciências  
 da Saúde/UFPR.

Em, 23 / 03 / 2013

- d) Os riscos relativos à sua participação decorrem de possível constrangimento e desconforto em falar ou escrever sobre momentos de sua vida que lhe foram desagradáveis e de grande impacto. Caso isto venha a acontecer, você tem a liberdade de interromper a participação na pesquisa, comunicar o que está sentindo e solicitar ajuda. Neste caso, receberá o atendimento da pesquisadora que acionará a agente penitenciária de plantão para que seja encaminhada ao atendimento especializado pelo profissional de plantão do CMP.
- e) As pesquisadoras Ires Aparecida Falcade-Pereira, mestranda (iresfalcade@hotmail.com) e Araci Asinelli-Luz, Orientadora (asinelli@ufpr.br) responsáveis por este estudo, deixarão junto a direção da escola penitenciária, ao setor de segurança e o CMP, os telefones, os endereços e os horários onde poderão ser contatados para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- f) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.
- g) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas pela orientadora, pessoa autorizada representante da UFPR. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação acadêmica, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade. A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa o conteúdo será desgravado ou destruído.
- h) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo você não receberá qualquer valor em dinheiro.
- i) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Rubricas:  
 Sujeito da Pesquisa e /ou responsável legal \_\_\_\_\_  
 Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_  
 Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
 Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

Aprovado pelo Comitê de Ética  
 em Pesquisa do Setor de Ciências  
 da Saúde/UFPR.

Em, 23 / 03 / 2012

Eu, \_\_\_\_\_ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona as implicações de minha participação na pesquisa. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Pinhais, de de 2013.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do sujeito de pesquisa ou responsável legal)

\_\_\_\_\_  
Ires Aparecida Falcade-Pereira  
Mestranda em Educação

\_\_\_\_\_  
Araci Asinelli-Luz  
Orientadora

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

Aprovado pelo Comitê de Ética  
em Pesquisa do Setor de Ciências  
da Saúde/UFPR.

Em, 23 / 03 / 2012

- d) Os riscos relativos à sua participação decorrem de possível constrangimento e desconforto em falar ou escrever sobre momentos de sua vida que lhe foram desagradáveis e de grande impacto. Caso isto venha a acontecer, você tem a liberdade de interromper a participação na pesquisa, comunicar o que está sentindo e solicitar ajuda. Neste caso, receberá o atendimento da pesquisadora que acionará a agente penitenciária de plantão para que seja encaminhada ao atendimento especializado pelo profissional de plantão do CMP.
- e) As pesquisadoras Ires Aparecida Falcade-Pereira, mestranda (iresfalcade@hotmail.com) e Araci Asinelli-Luz, Orientadora (asinelli@ufpr.br) responsáveis por este estudo, deixarão junto a direção da escola penitenciária, ao setor de segurança e o CMP, os telefones, os endereços e os horários onde poderão ser contatados para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- f) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.
- g) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas pela orientadora, pessoa autorizada representante da UFPR. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação acadêmica, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade. A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa o conteúdo será desgravado ou destruído.
- h) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo você não receberá qualquer valor em dinheiro.
- i) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Rubricas:  
 Sujeito da Pesquisa e /ou responsável legal \_\_\_\_\_  
 Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_  
 Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
 Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

Aprovado pelo Comitê de Ética  
 em Pesquisa do Setor de Ciências  
 da Saúde/UFPR.

Em, 23 / 03 / 2012



## B.1 Carta 1 - Drika

A minha infância foi maravilhosa, estudava e brincava muito, meus pais viviam juntos casados morávamos em Londrina e eu adorava o meu colega, participava de campeonatos, jogos de Handebol e sempre me saía muito bem.

Aos meus dezesseis anos, fiquei revoltada e saí de casa.

Comecei a trabalhar em uma sauna e fiz um programa para me sustentar.

Aos dezesseis anos fiquei grávida e me amaguei, depois que o menino nasceu o pai dele foi para o Japão.

Fiquei na casa da minha sogra, depois de 1 ano tivemos uma discussão e não entendemos, não separamos.

Depois disso, encontrei outro homem e tive mais um filho, porém não deu certo.

Até que encontrei o verdadeiro amor, tivemos uma menina linda, mas também não deu certo.

Depois veio a depressão pós parto e no surto tive outros filhos, e pra finalizar tive um gêmeo que foi no envolvimento em uma clínica Psiquiátrica.

Estou bem e muito feliz, hoje ganhei um presente a minha liberdade, vou fazer de um tudo para merecer a liberdade. Obrigada pelo espaço.

## B.2 Carta 2 - Camille

Fui criada pela minha mãe, meus pais são separados desde meus 8 anos. Tenho uma irmã de 17 anos. Nessa vida foi separada pois, se mantivermos com o salário de minha mãe ela trabalha e eu e minha irmã ficamos segzinhas em casa acho que faltou minha mãe ser mais vigorosa pois ficamos meia largada, mais não culpo ele pois se ela não trabalhasse não teria o que comer.

Com 10 anos comeci a trabalhar, e conhecer a conhecer o mundo.

Bem em relação aos meus pais digo que se que eles me amam muito mais acho que eles deveriam ter sido mais presente.

Aqui nesse lugar o tratamento é ruim pois somos tratados como animais. Com a oportunidade de voltar a estudar e ver que as esperanças resurgiram e a vontade de viver uma vida melhor. Pois agora planejo pra colher e apison de ter provada da minha liberdade estou renovada, liberta de todos os vícios e com a vontade de ser feliz ao lado da minha família.

## B.3 Carta 3 - Pipa



21 de novembro de 2012

É muito difícil começar falando em coisas boas nesse momento.

Hoje fazem 23 dias que eu tive o filho luar meu nenê, não consigo esquecer dele nenhum momento nesse lugar, tenho comigo a foto dos meus 3 filhos que estão em casa, João, Pedro e Luis mas nessa foto falta 1 que tem que ser incluído junto com os irmãos dele.

Tudo era muito bom na minha vida, eu estudava trabalhava, era feliz, nunca imaginei parar num lugar como este.

Eu tive uma infância ótima, tudo que uma criança quis ter eu tive, tudo, uma infância feliz.

Meu pai e minha mãe me mimaram sempre fazendo tudo que eu queria.

Nunca passei vontade de nada, eles sempre fizeram o que eu pedia, praticamente isso é até hoje, mas só que







agora eu tive que escutar  
meu pai dizendo que  
não podia fazer mais  
nada, que agora estava  
fora do alcance dele.

Estou muito revoltada  
com meu destino e arre-  
pendida de tudo o que  
aconteceu. Queria voltar  
no tempo, mas só uns  
anos atrás para poder  
acertar uns erros que  
cometi, como me envolver  
com pessoas erradas.

Tu acho que todo mundo  
tem um pouco de culpa  
no meu caso. Mas agora  
não adianta fulgar mais  
nada, o pior já aconteceu.  
Deixei meu bebê para  
trás, parece que tem um  
buraco no chão na mi-  
nha frente e horrível.

Talvez se me dessem a chance  
de cuidar do meu bebê seria  
diferente. Ele seria um apoio  
para mim. Mas agora  
eu tento que pensar em dar  
o melhor de mim nesse

tempo que eu estiver aqui.





Buro estudar, se puder  
trabalhar, o tempo maior  
do dia para que o  
tempo passe rapido, que  
minha felicidade me espere  
lá fora.

meu único desejo é encon-  
trar meu bebê e leva-lo  
junto com os irmãos dele  
que estão esperando ele lá  
fora muito ansiosos para  
conhecer seu novo irmão.

Sei que como medida de  
segurança tento um bom  
tempo para ficar aqui  
e isso vai me fazer pensar  
mais no meu futuro.

Espero terminar meus estu-  
dos e me formar em enfer-  
magem. Que é uma pro-  
fissão que eu vou poder  
ajudar pessoas que preci-  
sam realmente de ajuda.

Sempre gostei de ajudar  
pessoas que precisam, como  
trabalhar profissionalmente  
com deficientes mentais.

Por enquanto é só o que  
tento para dizer sobre mim  
e sobre essa aula de







aleati eu gostei muito  
de ter alguém que se  
preocupa com a gente  
nesse lugar esquecido,  
também gostei muito  
da professora Reis, muito  
atenciosa e muito gentil  
Uma pessoa certa  
para trabalhar com presos  
que ela deixa a gente -  
se expor e dá atenção  
para cada uma em igual.

Sem mais assunto

## B.4 Carta 4 - Iza

07-11-12



Professora Iza

Estou neste momento te escrevendo para lhe dizer, que estou muito feliz por estar dando essa chance de te falar sobre o que penso neste momento, estou aqui neste lugar me recuperando do vício por uso do crack, fui presa no dia 29/06/10 já estou privada da minha liberdade há 3 anos e 4 meses, puchei um tempo de 2 anos e 8 meses em uma comarca em dendrino até que surgiu uma vaga para eu estar aqui, cheguei no C.M.P no dia 09/03/12, já estou aqui a quase 9 meses, foi difícil aceitar essa medida de segurança até que por inclinar que parece foi a melhor coisa que me aconteceu, pois posso lhe garantir que nada do que imaginei pudesse ser tão diferente, pois achava que onde eu estava era tudo de bom, com regalos fazendo tudo

vida, porque logo comigo  
 que nem criança era,  
 só fiz o que fiz porque queria,  
 um celular, mandei muito, fiquei  
 perguntando o meu Deus o que fiz  
 de tão ruim assim para ter que  
 vir para este lugar, achei que  
 Deus não olhava para mim, e  
 nem ouvia meus orações, para  
 mim era o fim, eu estava  
 numa revolta só, não queria  
 nem saber de Deus nem da  
 família, para mim estava tudo  
 acabado, enfim subi cheguei  
 e os dias foram passando, sai  
 da trégua e fui para o  
 quarto com os outros meninos,  
 e lá fui ~~para~~ fazer minha  
 matrícula e voltar estudar e lá  
 me apresentaram um bote e por  
 fim comecei participar do A.A  
 e assim foram se passando  
 meus dias, fui fazendo amizade  
 com os demais meninos com os  
 guardas, agora posso dizer  
 Sou a pessoa mais feliz do





mundo e me arrependo de não  
 ter vindo antes, agora trabalhei  
 e me deram essa chance, eu  
 achava que nunca mais iria  
 estudar estar terminando o fundo  
 mental, participo do A.A. está  
 sendo maravilhoso tudo, nunca  
 imaginei que pudesse ser tão  
 bom e minha vida mudou de  
 aqui para o vinho, Deus sabe  
 o orgulho que sinto hoje parece  
 que minha vida nasceu de novo  
 nunca imaginei que eu tinha  
 tanto valor, hoje tenho certeza  
 que mudei e sou feliz, minha  
 família está orgulhosa de mim  
 agradeço a Deus por tudo que  
 ele fez na minha vida hoje tenho  
 outro coração e peso perdão  
 por tudo que murmurei contra  
 ele, hoje sou feliz e gostaria  
 que todos pudessem ter essa  
 chance, pois este lugar é  
 minha libertação e o começo  
 de uma vida nova.



Vinha cheio e muito obrigado  
 por tudo.

A.C.C. Th...